

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	2
5.3 - Descrição - Controles Internos	5
5.4 - Alterações significativas	7
5.5 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	9

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	10
10.2 - Resultado operacional e financeiro	66
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	73
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	75
10.5 - Políticas contábeis críticas	77
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	91
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	92
10.8 - Plano de Negócios	93
10.9 - Outros fatores com influência relevante	96

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

(a) Política formalizada de gerenciamento de riscos:

A Companhia não possui uma Política de Gerenciamento de Riscos formalizada. Os riscos aos quais a Companhia está exposta foram materializados em uma Matriz de Risco, a qual foi produzida pelo departamento de Gerenciamento de Projetos e está em fase de validação interna. A unidade de Compliance tem trabalhado em conjunto com o mencionado departamento a fim de aprimorar formas de mapeamento e análise de riscos.

(b) Objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos:

A Companhia não possui uma Política de Gerenciamento de Riscos formalizada. Entretanto, o departamento de Gerenciamento de Projetos mapeou os riscos aos quais a Companhia está exposta, e que está em fase de validação interna, de modo que a unidade de Compliance, em conjunto com o referido departamento, aprimorará suas ferramentas de controle por meio de desenvolvimento de treinamentos específicos para funcionários e fornecedores, preenchimento de questionários e entrevistas periódicas com as áreas de risco da Companhia, no sentido de prevenir condutas inapropriadas e estancar deficiências, com o intuito de melhor identificar e analisar os riscos aos quais estamos expostos e definir limites, controles e monitoramento de riscos apropriados.

(i) Riscos para os quais se busca proteção

Devido à natureza de nosso negócio e ao curso normal de nossas atividades, buscamos proteção essencialmente contra riscos relacionados aos nossos negócios, ao nosso setor de atuação e sua regulamentação, conforme descritos no item “4.1 - Descrição dos fatores de risco” deste Formulário de Referência.

(ii) Instrumentos utilizados para proteção

Não utilizamos instrumentos financeiros com objetivo de proteção.

(iii) Estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

Ainda não possuímos uma estrutura formal de gerenciamento de riscos.

(c) Adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada:

A matriz de risco desenvolvida internamente teve por objetivo identificar os principais riscos aos quais a Companhia está exposta. Entendemos que, após a sua validação interna, que ocorrerá no ano de 2017 e revisões periódicas, a serem conduzidas pela unidade de Compliance, teremos condições de verificar a sua efetividade.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

(a) Política formalizada de gerenciamento de riscos do mercado

A Companhia não possui uma Política de Gerenciamento de Riscos formalizada. Os riscos aos quais a Companhia está exposta foram materializados em uma Matriz de Risco, a qual foi produzida pelo departamento de Gerenciamento de Projetos e está em fase de validação interna. A unidade de Compliance tem trabalhado em conjunto com o mencionado departamento a fim de aprimorar formas de mapeamento e análise de riscos.

(b) Objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos do mercado

(i) Riscos de mercado para os quais se busca proteção.

Devido à natureza de nosso negócio e ao curso normal de nossas atividades, buscamos proteção essencialmente contra riscos macroeconômicos e operacionais, riscos associados a nossa liquidez, às taxas de inflação, às taxas de juros e à flutuação da taxa de câmbio. Nosso gerenciamento de risco busca identificar e analisar os riscos aos quais estamos expostos a fim de definir limites e controles de riscos apropriados, bem como monitorar os riscos e sua aderência aos limites.

(ii) Estratégia de proteção patrimonial (*hedge*)

Nós e nossas controladas não fazemos uso recorrente de instrumentos financeiros de proteção patrimonial, pois:

- Acreditamos que os riscos aos quais estão habitualmente expostos nossos ativos e passivos e das nossas controladas compensam-se mutuamente no curso natural de suas atividades operacionais, constituindo situação de *hedge* natural;
- Com relação às nossas dívidas financeiras, nossa exposição às dívidas denominadas em moeda estrangeira no Brasil não é material a ponto de trazer maiores riscos. Com relação à nossa subsidiária na Colômbia, sua dívida denominada em dólar possui um *hedge* natural com a sua estrutura de receitas, a qual também é referenciada em dólar;

Em relação ao caixa, nossas aplicações financeiras são geridas conservadoramente, com foco na disponibilidade de recursos para fazer frente às nossas necessidades, com a maior parte do nosso caixa aplicados em Títulos do Tesouro Brasileiro.

Em determinados momentos, como já aconteceu, podemos vir a fazer uso de instrumentos de *hedge* para a proteção de algum descasamento de moeda que venha a ocorrer momentaneamente. Para isso, nossa diretriz é de sempre buscar instrumentos derivativos simples, como por exemplo os contratos a termo de moeda sem liquidação física (NDF).

(iii) Instrumentos utilizados para proteção patrimonial (*hedge*)

Conforme acima disposto, não operamos instrumentos financeiros com objetivos de proteção patrimonial (*hedge*).

(iv) Parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

Ainda não possuímos uma Política de Gerenciamento de Riscos formalizada. Os riscos aos quais a Companhia está exposta foram materializados em uma Matriz de Risco, a qual foi produzida pelo departamento de Gerenciamento de Projetos e está em fase de validação interna. A unidade

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de merc

de Compliance tem trabalhado em conjunto com o mencionado departamento a fim de aprimorar formas de mapeamento e análise de riscos.

(v) instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são os seus objetivos

Não operamos instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge).

(vi) Estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado

Ainda não possuímos uma estrutura formal de gerenciamento de riscos. Adotamos um perfil conservador de investimentos e a maioria dos nossos investimentos estão aplicados em um fundo conservador.

Além da estrutura descrita acima, possuímos:

- (a) Comitê de Finanças, Auditoria e Contratação de Partes Relacionadas, que é composto por três membros e possui competência para analisar:
 - (i) matérias de finanças, pelo que lhe compete assessorar o Conselho de Administração em nossas políticas de finanças corporativas, plano de investimentos, financiamento, bem como acompanhar e analisar sua efetividade e implementação;
 - (ii) matérias de auditoria, pelo que lhe compete manifestar-se sobre o relatório e as contas da Administração, bem como sobre as demonstrações financeiras do exercício que deverão ser submetidas à assembleia geral ordinária e avaliar o escopo dos trabalhos a serem desenvolvidos pela empresa de auditoria independente por nós contratada ou de nossas controladas; e
 - (iii) matérias de contratação de partes relacionadas, pelo que lhe compete manifestar sobre a celebração de todo e qualquer contrato entre nós e nossas controladas/coligadas, nossos membros da administração, nosso Acionista Controlador, e, ainda, nós e sociedades controladas e coligadas dos administradores e do Acionista Controlador, assim como, com outras sociedades que com qualquer dessas pessoas integre o mesmo grupo de fato ou de direito, sempre que for atingido num único contrato ou em contratos sucessivos, com ou sem o mesmo fim, em qualquer período de um ano, valor igual ou superior a R\$200 mil ou valor igual ou superior a 1% sobre o nosso patrimônio líquido, considerando-se aquele que for maior.
- (b) Comitê de Governança, Sucessão e Remuneração, que é composto por três membros e possui competência para analisar:
 - (i) matérias de governança, pelo que lhe compete assessorar nosso processo de implementação de boas práticas de governança corporativa e recomendar as alterações necessárias nas práticas por nós adotadas;
 - (ii) matérias de sucessão, pelo que lhe compete acompanhar e avaliar o processo de planejamento sucessório dos membros da nossa Diretoria e de nossas controladas, bem como de nossos empregados que ocupam cargos estratégicos e de nossas controladas; e
 - (iii) matérias de remuneração, pelo que lhe compete revisar e recomendar as políticas de gestão dos recursos humanos para o nosso Conselho de Administração (acompanhando seus principais indicadores).

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercados

Adicionalmente às informações prestadas acima, esclarecemos que nosso Conselho de Administração tem como atribuição a gestão de nosso Código de Conduta, o qual tem por objetivo oferecer uma compreensão clara sobre as condutas que orientam os negócios e relacionamentos da Companhia e de suas controladas e que devem estar presentes no exercício diário das atividades de todos os colaboradores.

Em decorrência da promulgação da lei Anticorrupção nº 12.846, de agosto de 2013, nosso Código de Conduta foi alterado, de forma que também passou a ser de responsabilidade do nosso Conselho de Administração a função *Compliance*, a qual tem por finalidade orientar os profissionais da Companhia quanto aos conceitos e métodos de controle que, além de atenderem às exigências legais, devem ser adotados como uma melhora nos parâmetros e padrões éticos de controles, transferência e eficiência.

Assim, a função *Compliance* permitirá que a Companhia e seus colaboradores ajam em conformidade com as normas, políticas e diretrizes que regulamentam os negócios de uma empresa, além de buscar detectar e, punir, conforme o caso, o desvio de comportamento, e a consequente, ocorrência da inconformidade.

Para maiores informações sobre nossa estrutura de administração, vide o item “12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa” deste Formulário de Referência.

(c) Adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada.

Nossas diretrizes de administração de risco e de nossas controladas foram estabelecidas a fim de identificar e analisar riscos os quais enfrentamos a fim de estabelecer limites apropriados e monitorar controles e aderência aos limites. Tais diretrizes são revisadas regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e em nossas atividades e de nossas controladas e controladas em conjunto.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

(a) principais práticas de controles internos e grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

A administração é responsável pelo estabelecimento e manutenção de controles internos adequados relativos aos relatórios financeiros da Companhia. Acreditamos que no exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a Companhia mantinha controles internos adequados sobre os relatórios financeiros, sem identificação de deficiências significativas.

O sistema de controle interno da Companhia foi elaborado para garantir de forma razoável e em todos os aspectos relevantes a confiabilidade dos relatórios financeiros e a preparação das demonstrações financeiras para divulgação externa, conforme práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS). Estamos atentos às novas tecnologias e investimos em seus controles a fim de aprimorá-los cada vez mais, atualmente a Companhia possui o sistema ERP RM (TOTVS).

Devido a limitações inerentes, os controles internos sobre os relatórios financeiros podem não prevenir ou não detectar erros. As projeções sobre qualquer avaliação de efetividade para períodos futuros estão sujeitas ao risco de que os controles podem se tornar inadequados devido a mudanças nas condições existentes.

(b) estruturas organizacionais envolvidas

A Diretoria Administrativa Financeira e Relações com Investidores – principal área responsável pelas demonstrações financeiras – conta com o suporte da Gerência de Controladoria para elaboração, garantindo a adoção das boas práticas de controle interno e observação das normas contábeis aplicadas.

A Companhia também possui os seguintes comitês com seus respectivos regimentos internos para apoia-la em seus controles: (i) Comitê de Governança, Sucessão e Remuneração; e (ii) Comitê de Finanças, Auditoria e Contratação de Partes Relacionadas.

(c) supervisão dos controles internos pela administração, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

A gerência de controladoria é responsável pela revisão dos controles internos adotados que garantem a correta preparação dos relatórios financeiros e a preparação das demonstrações financeiras para divulgação externa de forma razoável e em todos os aspectos relevantes de confiabilidade. A Companhia não possui plano de auditoria interna.

(d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado do auditor independente

Os auditores externos conduziram um estudo e avaliação do sistema contábil e de controles internos da Companhia em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras do relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 com o objetivo de determinar a natureza, oportunidade e extensão da aplicação dos procedimentos de auditoria, mas não para fins de expressar uma opinião específica sobre esses controles internos.

Como resultado desse estudo e avaliação para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, foram comunicadas à Companhia sugestões de aprimoramento dos controles internos e procedimentos contábeis que, na avaliação da administração da Companhia e dos auditores, não se configuram como deficiências significativas ou materiais.

A Carta de recomendação sobre os controles internos para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 foi emitida em 28 de abril de 2016.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

(e) comentários dos Diretores sobre as deficiências apontadas no relatório do auditor independente

A Administração concorda com o relatório do auditor independente sobre os controles internos da Companhia relacionados ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, não tendo sido identificadas deficiências ou recomendações significativas sobre os controles internos. Sendo um relatório destinado a aprimorar os procedimentos contábeis e o sistema de controle interno, essas recomendações visam a melhoria continua no aspecto sistêmico e de governança. A Companhia, ao longo dos últimos anos, vem adotando medidas que visam as melhorias necessárias.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Alterações significativas

A elevação das taxas básicas de juros estabelecidas pelo Banco Central do Brasil pode ter impacto adverso no nosso resultado na medida em que pode inibir o crescimento econômico do País e, consequentemente, a demanda por energia. E, para exercer nossas atividades, necessitamos de elevado investimento de capital, o qual, em sua maioria, é financiado com recursos de terceiros e remunerados com taxas de juros pós-fixadas. Em 31 de dezembro de 2016, o valor consolidado de nossa dívida (empréstimos, financiamentos e debêntures, de curto e longo prazo) era de R\$4,6 bilhões. Desse montante, 27,4% estão indexados à TJLP, 30,5% à taxa dos CDI, 8,8% a taxas pré-fixadas, 11,0% à cesta de moeda e 22,3% ao IPCA. Na hipótese de elevação das taxas de juros, poderá haver aumento nos nossos custos do serviço da dívida e das despesas financeiras deles originadas, o que poderá causar redução na demanda pelos nossos serviços ou ter um impacto adverso nos nossos negócios, na nossa condição financeira e nos resultados de nossas operações.

Além dos fatores econômicos, a Companhia pode ser afetada pelo GSF, que pode ser interpretado como o percentual de energia que todos os geradores participantes do MRE geraram em relação ao total da Garantia Física conjunta do MRE em um determinado mês. Quando o GSF for menor que 100%, os geradores participantes do MRE estão gerando menos energia do que o montante total de sua Garantia Física. Este déficit de geração, usualmente ocasionado pelo risco hidrológico, incorre em uma exposição que é rateada proporcionalmente levando-se em conta a Garantia Física de cada um dos participantes do MRE, desta forma, cada geradora necessita comprar os MWh faltantes para cobrir a exposição e cumprir com seus contratos de venda, a um preço PLD calculado pela CCEE, o que pode impactar negativamente a nós e a nossos resultados.

Em maio de 2015, devido as primeiras disputas judiciais e requerimentos sobre a aplicação do fator de ajuste da garantia física das usinas integrantes do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE, a ANEEL deu início a Audiência Pública nº 032/2015, que resultou na Resolução Normativa ANEEL nº 684/2015, que foi o resultado da edição da Medida Provisória nº 688/2015, em agosto de 2015, posteriormente convertida na Lei 13.203/2015, que estabelece os critérios para anuência e as demais condições para repactuação do risco hidrológico de geração hidrelétrica por agentes participantes do MRE.

Nossas controladas Foz do Rio Claro Energia S.A., Ijuí Energia S.A. e Ferreira Gomes Energia S.A. aderiram à proposta de repactuação do risco hidrológico no ACR (Ambiente de Contratação Regulado). A adesão à repactuação teve efeitos retroativos a partir de janeiro de 2015, e conta com a desistência das ações judiciais que protegia as usinas do Grupo contra os efeitos do GSF.

A Companhia contabilizou os efeitos positivos da repactuação para as empresas que aderiram no Resultado de 4T15. É importante ressaltar que este prêmio (vide tabela), com correção pelo IPCA, passará a ser pago apenas após a quitação do “ativo gerador”, sendo para Foz do Rio Claro e Ijuí a partir de julho de 2020 e para Ferreira Gomes a partir de maio de 2029.

A tabela abaixo apresenta o resultado da adesão ao ACR em 2015, por Usina, por meio de despachos publicados pela ANEEL:

Ativo	Garantia Física no CCEAR	Prêmio - data base	Produto de	Valor do Produto REN	Despacho ANEEL
-------	--------------------------	--------------------	------------	----------------------	----------------

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Alterações significativas

	(MWm)	Janeiro/2015	Adesão	684/2015	
UHE São José (Ijuí)	29,48	R\$ 9,50/MWh	SP 100	33,55	DSP nº 027/2016
UHE Foz do Rio Claro	39,0	R\$ 9,50/MWh	SP 100	33,55	DSP nº 083/2016
UHE Ferreira Gomes	105,0	R\$ 2,50/MWh	SP 92	18,26	DSP nº 140/2016

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e

Entendemos não haver quaisquer informações relevantes adicionais a serem apresentados nessa Seção “5 - Política de Gerenciamento de Riscos e Controles Internos”, deste Formulário de Referência.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

A Companhia não adotou antecipadamente nenhuma norma ou pronunciamento cuja adoção não fosse obrigatória no exercício findo em 31 de dezembro de 2016. As seguintes IFRS novas e revisadas emitidas cujas datas de adoção inicial ainda não se efetivaram: IFRS 9, IFRS 15, IFRS 16 e modificações às IFRS 16/CPC 27 norma anterior IAS 17/CPC06 (R1).

(a) condições financeiras e patrimoniais gerais

Nosso patrimônio líquido total em 31 de dezembro de 2016 era de R\$ 4.557,8 milhões, o que representa uma variação positiva de 12,1% em relação a 31 de dezembro de 2015. Essa variação ocorreu, especialmente, pelo aumento de capital social no montante de R\$ 523 milhões, tendo o primeiro aumento ocorrido em 20 de abril de 2016 no montante de R\$ 173 milhões através de capitalização da reserva de investimento da Companhia a título de bonificação em ações à razão de 6,5% e o segundo aumento ocorrido em 21 de julho de 2016 no montante de R\$ 350 milhões através de subscrição de novas ações. O montante total de R\$ 523 milhões corresponde à subscrição total de 125.984.470 ações sendo 92.989.859 ações ordinárias e 32.994.611 preferenciais. As demais variações ocorreram pelo pagamento de dividendos adicional proposto no montante de R\$ 75 milhões referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e pela redução dos resultados abrangentes no montante de R\$ 45 milhões negativos referente aos ajustes de conversão cumulativa de balanços (*Cumulative Translation Adjustment - CTA*) das empresas La Virgen, Transchile, Alupar Peru e Risaralda e resultado do exercício de 2016.

Nosso patrimônio líquido total em 31 de dezembro de 2015 era de R\$ 4.067,0 milhões, o que representa uma variação positiva de 4,8% em relação a 31 de dezembro de 2014. Essa variação ocorreu, especialmente, pelo lucro dos acionistas controladores e não controladores auferidos no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015 no montante de R\$ 130 milhões, pelos ajustes de conversão cumulativa de balanços (*Cumulative Translation Adjustment - CTA*) das empresas La Virgen, Transchile, Alupar Peru e Risaralda reconhecidos ao longo do exercício de 2015 que totalizaram a importância de R\$ 27,3 milhões, pelo registro no montante de R\$ 10,4 milhões na reserva legal e de R\$ 23,7 milhões na reserva para reinvestimento.

Em função do nosso volume de investimentos na implantação de novos ativos de transmissão e geração de energia elétrica, e também dentro da política de melhores práticas do mercado no gerenciamento de passivos com o alongamento de nossas dívidas, captamos com terceiros recursos da ordem de R\$ 800 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, sendo 22% inferior ao montante de R\$ 1.022,9 milhões captados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, sendo que nesses exercícios realizamos o pagamento de principal das dívidas no valor de R\$ 1.329 milhões, sendo 44,26% superior ao montante de R\$ 921,21 milhões pagos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015.

O montante de R\$ 1.562,0 milhões, captado em 31 de dezembro de 2014, foi superior 52,82% ante o montante de R\$ 1.022,9 milhões captado em 31 de dezembro de 2015, sendo que no exercício de 31 de dezembro de 2014 realizamos o pagamento de principal e juros das dívidas de empréstimos e financiamentos no valor de R\$ 1.220,4 milhões, superior 32,46% quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, em que realizamos o pagamento de principal e juros das dívidas de empréstimos e financiamentos no montante de R\$ 921,2 milhões.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, nossa liquidez corrente, calculada pelo ativo circulante dividido pelo passivo circulante, foi de 1,45, superior em 19,80% quando comparada à do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, quando nossa liquidez corrente corrente foi de 1,21, que por sua vez representou uma redução de 38,95% em relação à nossa liquidez corrente de 1,98 referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, nossa liquidez geral, calculado pelo ativo circulante somado ao ativo não circulante dividido pelo valor do passivo circulante somado ao passivo não circulante, foi de 1,80, superior em 6,33% quando comparada à do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, quando nossa liquidez geral foi de 1,70, que por sua vez representou uma redução de 4,06% em relação a nossa liquidez geral de 1,77, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014.

Acreditamos que nossos índices de liquidez acima informados representam disponibilidade de recursos suficientes para cobertura de nosso passivo.

Patrimônio líquido e participação de acionistas não controladores

O saldo dessa conta passou de R\$4.067,0 milhões, em 31 de dezembro de 2015, para R\$ 4.557,8 milhões, em 31 de dezembro de 2016, representando um aumento de 12,1%. Essa variação ocorreu, especialmente, pelo aumento de capital social no montante de R\$ 523 milhões, tendo o primeiro aumento ocorrido em 20 de abril de 2016 no montante de R\$ 173 milhões através de capitalização da reserva de investimento da Companhia a título de bonificação em ações à razão de 6,5% e o segundo aumento ocorrido em 21 de julho de 2016 no montante de R\$ 350 milhões através de subscrição de novas ações. O montante de R\$ 523 milhões corresponde à subscrição de 125.984.470 ações sendo 92.989.859 ações ordinárias e 32.994.611 preferenciais. As demais variações ocorreram pelo pagamento de dividendos adicional proposto no montante de R\$ 75 milhões e pela redução dos resultados abrangentes no montante de R\$ 45 milhões negativos referente aos ajustes de conversão cumulativa de balanços (*Cumulative Translation Adjustment - CTA*) das empresas La Virgen, Transchile, Alupar Peru e Risaralda e resultado do exercício de 2016.

O saldo dessa conta passou de R\$ 3.878,3 milhões, em 31 de dezembro de 2014, para R\$4.067,0 milhões, em 31 de dezembro de 2015, representando um aumento de 4,8%. Essa variação ocorreu, especialmente, pelo lucro dos acionistas controladores e não controladores auferidos no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015 no montante de R\$ 130 milhões, pelos ajustes de conversão cumulativa de balanços (*Cumulative Translation Adjustments - CTA*) das empresas La Virgen, Transchile, Alupar Peru e Risaralda reconhecidos ao longo do exercício de 2015 que totalizaram a importância de R\$ 27,3 milhões, pelo registro no montante de R\$ 10,4 milhões na reserva legal e de R\$ 23,7 milhões na reserva para investimento.

(b) estrutura de capital

Nossa estrutura de capital consolidada no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 passou a ter 49,9% de recursos próprios e 50,1% de capital de terceiros, enquanto no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015 nossa estrutura de capital consolidada teve 46,8% de recursos próprios e 53,2% de capital de terceiros e, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014, nossa estrutura de capital consolidada teve 49,4% de recursos próprios e 50,6% de capital de terceiros.

Nos mesmos períodos citados acima, possuímos uma relação dívida bruta sobre patrimônio líquido total de 100,2%, 113,8% e 102,5%, respectivamente.

Entendemos que a atual estrutura de capital, mensurada principalmente pela relação dívida líquida sobre patrimônio líquido, apresenta hoje níveis de alavancagem em linha com a prática de mercado para o setor de atuação da Companhia.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, nosso capital social era de R\$ 2.148,5 milhões, totalmente subscrito e integralizado, representado por 554.233.455 ações ordinárias e 196.652.815 ações preferenciais. Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2015 e 2014, nosso capital social era de R\$ 1.625,3 milhões, totalmente subscrito e integralizado, representado por 461.243.596 ações ordinárias e 163.658.204 ações preferenciais. Todas as ações ordinárias e preferenciais de emissão da Companhia são nominativas, escriturais e sem valor nominal. Possuímos um capital autorizado de 500.000.000 ações ordinárias e/ou ações preferenciais. O nosso Conselho de Administração está autorizado a aumentar o capital social até esse limite, independentemente de reforma estatutária.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

(c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Acreditamos ter geração de caixa e liquidez de recursos de capital suficientes para cobrir os investimentos, despesas, dívidas e outros valores a serem pagos nos próximos anos, embora não possamos prever que tal situação se mantenha.

Nossa dívida bruta (total de empréstimos e financiamentos e debêntures, circulante e não circulante) no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 totaliza R\$ 4.567,6 milhões, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 totalizava R\$ 4.628,3 milhões e no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 totalizava R\$3.977,0 milhões.

Nossa dívida líquida ajustada considera nossa “Dívida Bruta” menos as disponibilidades, as quais são a soma das rubricas “Caixa e Equivalentes de Caixa”, “Investimentos de Curto Prazo” e “Títulos e Valores Mobiliários”, tendo atingido R\$ 3.633,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, valor inferior em 6,9% ao registrado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, que foi de R\$3.902,3 milhões, valor superior em 16,5% ao registrado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, no montante de R\$3.350,8 milhões. A posição consolidada das disponibilidades em 31 de dezembro de 2016 era de R\$ 934,3 milhões, em 31 de dezembro de 2015 era de R\$ 726,0 milhões e em 31 de dezembro de 2014 era de R\$ 626,2 milhões.

É importante ressaltar que, nosso EBITDA consolidado (calculado conforme Instrução CVM 527/2012) foi de R\$ 1.329,5 milhões em 31 de dezembro de 2016, R\$ 1.150,8 milhões em 31 de dezembro de 2015 e R\$ 1.088,9 milhões em 31 de dezembro de 2014. Nossa dívida de longo prazo, que corresponde a 74,06% de nossa dívida bruta em 31 de dezembro de 2016, possui um horizonte largo de amortização, com 64,36% dessa dívida sendo amortizada até 2020 e 35,64% após esse período. Outro ponto importante é que 81,6% dessa dívida bruta refere-se ao endividamento das nossas subsidiárias, sendo em sua grande maioria na modalidade de *project finance*, captados juntos ao BNDES e outras instituições de fomento.

(d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Para financiar nosso capital de giro e nossos investimentos em ativos não-circulantes (“CAPEX”), utilizamos do caixa gerado por nossas atividades, de empréstimos e financiamentos contraídos junto a instituições financeiras de primeira linha, bem como de emissão de debêntures.

Acreditamos estar em uma situação confortável em relação às nossas fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes, tendo em vista principalmente (i) nossa capacidade de geração de caixa, (ii) nossa qualidade de crédito determinada por agências internacionais de classificação de risco, (iii) nosso limite de crédito não utilizado e (iv) a qualidade de nossas subsidiárias, as quais nos permitem financiar investimentos de capital utilizando-nos da modalidade de *project finance*.

(e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Dentro de nossa estratégia de crescimento, as necessidades de financiamento para novos investimentos de capital (construção de novos ativos) são usualmente buscadas junto ao BNDES e outras instituições financeiras de desenvolvimento, juntamente com outros financiamentos estruturados de dívidas públicas ou privadas, além da utilização da nossa geração interna de caixa decorrente de nossas subsidiárias em operação.

A necessidade de eventual captação fora destas linhas é, em geral, para alongar o perfil de endividamento e manter os níveis de alavancagem que são adequados tanto para nossos acionistas quanto para nossos credores. Caso nossa capacidade de geração de caixa não seja suficiente para cobrir eventuais deficiências de liquidez, acreditamos que conseguiremos saná-las com os limites de crédito já disponibilizados e ainda não utilizados (vide subitem 10.1(g) abaixo) ou através de novas linhas de financiamento. Na contratação de

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

novos financiamentos, buscamos analisar as opções disponíveis naquele momento, dependendo das condições de mercado, almejando sempre o prazo médio máximo para taxas de juros condizentes.

(f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo:

(i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes:

Abaixo descrevemos os contratos de empréstimo e financiamento relevantes tanto para nós quanto para nossas controladas.

Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP

Alupar

Em 17 de dezembro de 2009, celebramos com a Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP contrato de financiamento em que a FINEP concedeu um crédito no valor de R\$72.840.822,74, desembolsado em quatro parcelas. Sobre o valor principal, incidem juros de 8% ao ano. O contrato possui vencimento em 15 de maio de 2018 e é garantido por fiança prestada pela Guarupart Participações Ltda. (“Guarupart”). O empréstimo tem como objetivo custear, parcialmente, as despesas incorridas na elaboração do Projeto “Estudos e Projetos para Pré-Investimento em Infraestrutura”. A FINEP poderá declarar o contrato antecipadamente vencido, dentre outras hipóteses usuais, nos casos de (i) aplicação dos recursos do financiamento em fins diversos do pactuado ou em desacordo com o cronograma de desembolso; (ii) existência de mora no pagamento de qualquer quantia devida à FINEP; (iii) inexatidão nas informações prestadas à FINEP pela Companhia, objetivando a obtenção do financiamento ou durante a execução do contrato; (iv) paralisação culposa do projeto; (v) outras circunstâncias que, a juízo da FINEP, tornem inseguro ou impossível o cumprimento pela Companhia das obrigações assumidas no contrato ou a realização dos objetivos para os quais foi concedido o financiamento; (vi) inadimplemento de qualquer obrigação assumida no contrato por parte da Companhia; ou (vii) recuperação judicial ou extrajudicial, falência decretada ou protesto de título cambial em relação à Companhia e/ou seu garantidor, ressalvada a hipótese de protesto indevido e/ou devidamente justificado. Adicionalmente, este contrato prevê nossa obrigação de notificar a FINEP de todas as alterações realizadas no nosso capital social e/ou estrutura societária, no prazo de 10 dias após o registro na Junta Comercial competente.

Banco do Nordeste do Brasil S.A. – BNB

STN

Em 25 de junho de 2004, a STN, uma de nossas subsidiárias, celebrou contrato de financiamento por meio de escritura particular de crédito junto ao Banco do Nordeste do Brasil S.A. (“BNB”) no valor de R\$299.995.032,33. Sobre o valor do principal, incidem juros de 10% ao ano. A amortização é realizada em 216 prestações mensais e sucessivas, vencendo a última em 25 de junho de 2024. O financiamento tem como finalidade a construção, operação e manutenção das instalações de transmissão, com origem na subestação de Teresina II e término na subestação Fortaleza II, conforme contrato de concessão 005/2004 – ANEEL. Para garantir que quaisquer obrigações decorrentes do contrato de financiamento sejam cumpridas, há (i) penhor da totalidade das nossas ações ordinárias da STN; (ii) penhor de direitos emergentes do contrato de concessão nº 005/2004; (iii) fiança prestada por nós, obrigando-nos solidariamente ao cumprimento de todas as obrigações assumidas pela STN no contrato; (iv) fundo de liquidez, em que a STN deposita o valor de três parcelas de amortização da principal em conta corrente vinculada ao BNB (quantia sempre aplicada em títulos do tesouro nacional ou fundos lastreados nesses títulos); e (v) seguro garantia de forma a viabilizar a conclusão da obra ou o pagamento ao BNB do saldo devedor da operação. Independentemente de aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, o BNB poderá declarar vencimento antecipado, dentre outras hipóteses, caso a STN: (i) perca a concessão objeto do contrato de concessão nº 005/2004 - ANEEL; (ii) grave, alienie, arrende, ceda, transfira de qualquer forma em favor de terceiros, ou remova os bens lastradores dos créditos, sob qualquer pretexto e para onde quer que seja; (iii) contrate com outra instituição financeira financiamento para cobertura de itens

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

previstos no orçamento financiado pelo BNB; e (iv) proceda a venda, aquisição, incorporação, fusão, cisão de ativos ou qualquer outro ato que importe ou possa vir a importar em modificações na atual configuração societária da STN, alteração na composição do capital votante ou em transferência do controle acionário da STN, nos termos do art. 116 da Lei das Sociedades por Ações.

Transleste

Em 10 de março de 2005, foi celebrado Contrato de Financiamento de Instrumento Particular de Abertura de Crédito entre o BNB e a Transleste – Companhia Transleste de Transmissão (“Transleste”), sendo intervenientes anuentes, na forma de fiadoras deste contrato, a Guarupart (como sucessora da Cia. Técnica de Engenharia Elétrica) e a Orteng Equipamentos e Sistemas S.A. (“Orteng”). O valor do referido contrato é de R\$15.000.000,00 com vencimento da última parcela em 11 de março de 2025. Sobre o principal, incide juros devidos à taxa efetiva de 9,5% ao ano, sendo o valor dos juros exigível: (i) trimestralmente no dia 11 de cada mês, durante o período de carência fixada em 16 meses e compreendido entre 11 de março de 2005 e 11 de setembro de 2006; e (ii) mensalmente, durante o período de amortização a partir de 11 de outubro de 2006, juntamente com as prestações vincendas do principal, e no vencimento e na liquidação da dívida, sobre o saldo devedor médio diário do período de cálculo. O financiamento teve como motivação a construção, operação e manutenção das instalações de transmissão de 345 Kv, com origem na subestação de Montes Claros, Minas Gerais, e término na subestação de Irapé, Minas Gerais. Para assegurar o pagamento de quaisquer obrigações decorrentes do contrato, dentre outras garantias, foram dadas: (i) penhor da totalidade das ações ordinárias de emissão da Transleste detidas pelas intervenientes fiadoras; (ii) penhor dos direitos emergentes do Contrato de Concessão nº 009/2004, firmado em 18 de fevereiro de 2004, com a União; (iii) fiança, por parte da Guarupart e da Orteng, responsabilizando-se as fiadoras solidariamente, pelo cumprimento de todas as obrigações decorrentes do contrato de financiamento; (iv) fundo de liquidez, por meio do qual a Transleste comprometeu-se a manter, até o prazo final do contrato, o equivalente a três parcelas de amortização vincendas em conta vinculada do BNB; (v) seguro-garantia de obrigações públicas, com validade durante toda duração do contrato, cobrindo todos os riscos do projeto.

Por fim, ressalta-se que a BNB poderá declarar o contrato antecipadamente vencido caso a Transleste: (i) perca a concessão objeto do Contrato de Concessão nº 009/2004, firmado junto à Aneel; (ii) deixe de cumprir qualquer obrigação firmada com o BNB ou com o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A. (“BDMG”); (iii) sofra protesto de dívida líquida e certa; (iv) suspenda suas atividades por mais de 30 dias; (v) seja declarada impedida nas normas do Banco Central do Brasil; (vi) aplique irregularmente recursos oriundos de financiamentos contratados junto ao BNB ou BDMG; (vii) deixe de reforçar as garantias de crédito imediatamente após notificação do BNB nesse sentido; (viii) seja sujeito passivo de demanda judicial cujo valor possa vir a atingir os direitos creditórios do BNB e BDMG; (ix) contrate outra instituição financeira para cobertura do contrato celebrado com o BNB; (x) tenha sua conta de depósitos encerrada no BNB; (xi) peça recuperação judicial ou tenha decretada sua falência; (xii) grave, alienie, arrende, ceda ou transfira de qualquer forma em favor de terceiros os bens lastreadores do crédito; ou (xiii) deixe, por três meses consecutivos alternados, de cumprir com as obrigações estabelecidas. Ademais, a Transleste obrigou-se a submeter à aprovação do BNB quaisquer propostas de matérias concernentes à venda, aquisição, incorporação, fusão, cisão de ativos ou qualquer outro ato que importe ou possa vir a importar em modificações da configuração societária vigente naquela data.

Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A. – BDMG

Transleste

Em 10 de março de 2005, foi celebrado o Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito, com Garantia Real e Fidejussória BDMG/BF nº 127.314, entre o BDMG e a Transleste, sendo intervenientes anuentes, na forma de fiadoras deste contrato, a Guarupart (como sucessora da Cia. Técnica de Engenharia Elétrica) e a Orteng. O valor de referido contrato é de R\$12.971.000,00, dividido em 21 parcelas, com pagamento dividido em prestações semestrais e sucessivas, vencíveis sempre em 31 de

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

janeiro e/ou 31 de julho. Ressalta-se que a primeira parcela para pagamento de juros venceu em 31 de julho de 2005, a primeira parcela para pagamento do principal adicionado de juros venceu em 31 de janeiro de 2007 e a última parcela venceu em janeiro de 2017. Ressalta-se que este financiamento por intermédio do BDMG decorre de repasses do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste ("FNE"), gerido pelo BNB e financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento ("BID"). Desse modo, os juros sobre este contrato serão de 5% ao ano acima da taxa variável. O financiamento teve como motivação a construção, operação e manutenção das instalações de transmissão de 345 Kv, com origem na subestação de Montes Claros, Minas Gerais, e término na subestação de Irapé, Minas Gerais. Para assegurar o pagamento de quaisquer obrigações decorrentes do contrato, dentre outras garantias, foram dadas as mesmas garantias oferecidas no âmbito do Contrato de Financiamento de Instrumento Particular de Abertura de Crédito entre o BNB e a Transleste, também sendo intervenientes anuentes, na forma de fiadoras deste contrato, a Guarupart (como sucessora da Cia. Técnica de Engenharia Elétrica) e a Orteng, celebrado na mesma data, quais sejam:

(i) penhor da totalidade das ações ordinárias de emissão da Transleste detidas pelas intervenientes fiadoras; (ii) penhor dos direitos emergentes do Contrato de Concessão nº 009/2004, firmado em 18 de fevereiro de 2004, com a União; (iii) fiança, por parte da Guarupart e da Orteng, responsabilizando-se as fiadoras solidariamente, pelo cumprimento de todas as obrigações decorrentes do contrato de financiamento; (iv) fundo de liquidez, por meio do qual a Transleste comprometeu-se a manter, até o prazo final do contrato, o equivalente a três parcelas de amortização vincendas em conta vinculada do BNB; e (iv) seguro-garantia de obrigações públicas, com validade durante toda duração do contrato, cobrindo todos os riscos do projeto.

Por fim, ressalta-se que o BDMG poderá declarar o contrato antecipadamente vencido caso a Transleste: (i) perca a concessão objeto do Contrato de Concessão nº 009/2004, firmado junto à Aneel; (ii) deixe de cumprir qualquer obrigação firmada com o BDMG ou com o BNB; (iii) sofra protesto de dívida líquida e certa; (iv) suspenda suas atividades por mais de 30 dias; (v) seja declarada impedida nas normas do Banco Central do Brasil; (vi) aplique irregularmente recursos oriundos de financiamentos contratados junto ao BNB ou BDMG; (vii) deixe de reforçar as garantias de crédito imediatamente após notificação do BDMG nesse sentido; (viii) seja sujeito passivo de demanda judicial cujo valor possa vir a atingir os direitos creditórios do BNB e BDMG; (ix) contrate outra instituição financeira para cobertura do contrato celebrado com o BDMG; (x) tenha sua conta de depósitos encerrada no BNB; (xi) peça recuperação judicial ou tenha decretada sua falência; (xii) grave, alienie, arrende, ceda, transfira de qualquer forma em favor de terceiros os bens lastreadores do crédito; ou (xiii) deixe, por três meses consecutivos alternados, de cumprir com as obrigações estabelecidas. Ademais, a Transleste obrigou-se a submeter à aprovação da BDMG quaisquer propostas de matérias concernentes à venda, aquisição, incorporação, fusão, cisão de ativos ou qualquer outro ato que importe ou possa vir a importar em modificações da configuração societária vigente naquela data.

Transleste

Em 10 de março de 2005, foi celebrado o Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito, com Garantia Real e Fidejussória BDMG/BF nº 127.315, entre o BDMG e a Transleste, sendo intervenientes garantidoras pignoratícias, a Transminas Holding S.A. e a Orteng. Posteriormente este contrato foi retificado e ratificado em 28 de abril de 2008 ("Primeiro Termo Aditivo"). O valor do referido contrato é de R\$47.029.000,00, dividido em 222 prestações mensais e sucessivas, tendo a primeira parcela vencimento em 10 de outubro de 2006 e a última em 10 de fevereiro de 2025. O valor de cada parcela é obtido mediante a divisão do saldo devedor do principal somado ao valor correspondente de juros. Os juros sobre este contrato serão de 9,5% ao ano, sendo calculados e capitalizados mensalmente e exigíveis: (i) trimestralmente, durante o período de carência, fixado em 18 meses da data de contratação; e (ii) mensalmente, durante o período de amortização iniciado em 10 de outubro de 2006. O financiamento teve como motivação a construção, operação e manutenção das instalações de transmissão de 345 Kv, com

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

origem na subestação de Montes Claros, Minas Gerais, e término na subestação de Irapé, Minas Gerais. Para assegurar o pagamento de quaisquer obrigações decorrentes do contrato, dentre outras garantias, foram dadas: (i) penhor da totalidade das ações ordinárias de emissão da Transleste detidas pelas intervenientes fiadoras; (ii) penhor dos direitos emergentes do Contrato de Concessão nº 009/2004, firmado em 18 de fevereiro de 2004, com a União; (iii) fiança, por parte da Transminas e da EATE, responsabilizando-se as fiadoras solidariamente, pelo cumprimento de todas as obrigações decorrentes do contrato de financiamento; (iv) fundo de liquidez, por meio do qual a Transleste comprometeu-se a manter, até o prazo final do contrato, o equivalente a três parcelas de amortização vincendas em conta vinculada do BNB; e (v) seguro-garantia de obrigações públicas, com validade durante toda duração do contrato, cobrindo todos os riscos do projeto. Por fim, ressalta-se que o BDMG poderá declarar o contrato antecipadamente vencido caso a Transleste: (i) perca a concessão objeto do Contrato de Concessão nº 009/2004, firmado junto à Aneel; (ii) deixe de cumprir qualquer obrigação firmada com o BDMG ou com o BNB; (iii) sofra protesto de dívida líquida e certa; (iv) suspenda suas atividades por mais de 30 dias; (v) seja declarada impedida nas normas do Banco Central do Brasil; (vi) aplique irregularmente recursos oriundos de financiamentos contratados junto ao BNB ou BDMG; (vii) deixe de reforçar as garantias de crédito imediatamente após notificação do BDMG nesse sentido; (viii) seja sujeito passivo de demanda judicial cujo valor possa vir a atingir os direitos creditórios do BNB e BDMG; (ix) contrate outra instituição financeira para cobertura do contrato celebrado com o BNB; (x) tenha sua conta de depósitos encerrada no BDMG; (xi) peça recuperação judicial ou tenha decretada sua falência; (xii) grave, alienie, arrende, ceda, transfira de qualquer forma em favor de terceiros os bens lastreadores do crédito; ou (xiii) deixe, por três meses consecutivos alternados, de cumprir com as obrigações estabelecidas. Ademais, a Transleste obrigou-se a submeter à aprovação da BDMG quaisquer propostas de matérias concernentes à venda, aquisição, incorporação, fusão, cisão de ativos ou qualquer outro ato que importe ou possa vir a importar em modificações da configuração societária vigente naquela data.

Transirapé – BDMG/BF nº 147.068

Em 30 de junho de 2010, foi emitida a Cédula de Crédito Bancário BDMG/BF nº 147.068 pela Companhia Transirapé de Transmissão S.A. (“Transirapé”) em favor do BDMG. O valor do referido contrato é de R\$1.187.708,00, dividido em 108 prestações mensais e sucessivas, vencíveis sempre no dia 15 de cada mês. Ressalta-se que a primeira parcela para pagamento de juros venceu em 15 de outubro de 2010, a primeira parcela para pagamento do principal adicionado de juros venceu em 15 de agosto de 2012 e a última vencerá em 15 de julho de 2020. O valor de cada parcela é obtido mediante a divisão do saldo devedor do principal somado ao valor correspondente de juros. Ressalta-se que este financiamento por intermédio do BDMG decorre de repasses da Agência Especial de Financiamento Industrial - FINAME. Os juros sobre este contrato serão de 4,5% ao ano, sendo calculados e exigíveis: (i) trimestralmente, durante o período de carência, fixado em 12 meses da data de contratação; e (ii) mensalmente, durante o período de amortização iniciado em 15 de agosto de 2012. O financiamento destina-se a ampliação da Subestação Araçuaí 2 – unidade industrial da Transirapé, situada na Rodovia BR 367 KM 275,8 no município de Araçuaí, Minas Gerais. Para segurança e garantia deste contrato é dada em garantia a propriedade fiduciária, nos termos da legislação vigente, dos bens vinculados e obligatoriamente segurados por valor a ser fixado pelo BDMG, obedecidas as condições estipuladas na cláusula de seguros, a serem adquiridos com recursos deste financiamento, e que serão instalados na unidade industrial/comercial da Transirapé, qual seja, um sistema de transmissão e distribuição de energia constituído por: 1) Um Disjuntor 145 KV, 2) uma Chave Seccionadora 145 KV Abertura Central com LT, 3) Duas Chaves Seccionadoras 145 KV Abertura Central sem LT, 4) Uma Chave Seccionadora 145 KV AP sem LT, 5) Três Transformadores de Corrente 145 KV, 6) Um Transformador de Potencial 145 KV, 7) Três Para Raios 120 KV e 8) Um Painel de Proteção e Controle. Por fim, ressalta-se que o BDMG poderá declarar vencimento antecipado da dívida nos seguintes casos: (i) inadimplemento de qualquer obrigação da Transirapé, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial; (ii) a não disponibilização dos dados e das informações necessárias ao acompanhamento da execução do projeto, bem negativa de acesso físico ao representante

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

do BDMG ou do Órgão Repassador e (iii) não complementar as garantias quando notificado de sua insuficiência.

Transirapé – BDMG/BF nº 177.906

Em 27 de dezembro de 2013, foi celebrado Contrato de Financiamento BDMG/BF nº 177.906/13, entre o BDMG e a Transirapé. O valor do referido contrato é de R\$ 19.761.371,26, dividido em 96 prestações mensais e sucessivas, vencíveis sempre no dia 15 de cada mês. Ressalta-se que a primeira parcela para pagamento de juros venceu em 4 de abril de 2014, a primeira parcela para pagamento do principal adicionado de juros vencerá em 15 de fevereiro de 2016 e última vencerá em 15 de janeiro de 2024. O valor de cada parcela é obtido mediante a divisão do saldo devedor do principal somado ao valor correspondente de juros. Ressalta-se que este financiamento por intermédio do BDMG decorre de repasses da Agência Especial de Financiamento Industrial - FINAME. Os juros sobre este contrato serão de 3,5% ao ano, sendo calculados e exigíveis: (i) trimestralmente, durante o período de carência, fixado em 24 meses da data de contratação; e (ii) mensalmente, durante o período de amortização que iniciará em 15 de fevereiro de 2016. O financiamento destina-se a aquisição de um SISTEMA DE TRANSMISSÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA – ACIMA DE 52 KV e um SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA – ACIMA DE 52 KV. Para assegurar o pagamento de quaisquer obrigações decorrentes do contrato, dentre outras, foram dadas as seguintes garantias: (i) Penhor de Ações de Emissão da Transirapé de propriedade da Transminas, correspondentes a 51% do capital social da Transirapé; (ii) Cessão Fiduciária e Vinculação de Receitas, Administração de Contas, Cobrança, Depósito com Interveniência e Outras Avenças; e (iii) Cessão Fiduciária de parte dos Direitos Emergentes da Concessão. Por fim, ressalta-se que o BDMG poderá declarar vencimento antecipado do financiamento em caso de: (i) não comprovação física e/ou financeira da produção ou comercialização de máquinas e/ou equipamentos objeto da colaboração financeira; (ii) aplicação dos recursos concedidos em finalidade diversa daquela prevista no Contrato; (iii) inadimplemento de qualquer obrigação assumida pela Transirapé ou por coobrigado(s) junto ao BDMG; (iv) descumprimento de qualquer obrigação assumida no Contrato na data de seu vencimento, ficando caracterizada a mora de pleno direito; (v) qualquer medida judicial ou extrajudicial, que possa afetar as garantias ou a situação patrimonial dos garantidores vinculadas ao Contrato; (vi) falecimento de qualquer um dos coobrigados, sem que haja sua substituição no prazo de 30 dias; (vii) requerimento de recuperação judicial, falência ou insolvência civil ou por qualquer motivo encerrarmos nossas atividades e (viii) qualquer mudança que, direta ou indiretamente, implique em alteração do controle societário sem prévia anuência do BDMG.

Transirapé – BDMG nº 193.292

Em 23 de outubro de 2014, foi celebrado Contrato de Financiamento Mediante Repasse Indireto de Recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES entre o BDMG e a Transirapé. O valor do referido contrato é de R\$5.893.000,00, dividido em 168 prestações mensais e sucessivas, vencíveis sempre no dia 15 de cada mês. Ressalta-se que a primeira parcela para pagamento de juros tem vencimento previsto para março de 2015, e a primeira parcela para pagamento do principal adicionado de juros vencerá em 15 de novembro de 2015 e última vencerá em 15 de outubro de 2029. O valor de cada parcela é obtido mediante a divisão do saldo devedor do principal somado ao valor correspondente de juros. Ressalta-se que este financiamento por intermédio do BDMG é composto de recursos ordinários do BNDES, originários do Fundo de Amparo do Trabalhador – FAT, do FAT – Depósitos Especiais e do Fundo de Participação PIS/PASEP. Os juros sobre este contrato serão de 3,5% ao ano acima da TJLP, sendo calculados e exigíveis: (i) trimestralmente, durante o período de carência, fixado em 12 meses da data de contratação; e (ii) mensalmente, durante o período de amortização que iniciará em 15 de novembro de 2015. O financiamento teve como motivação a implantação de reforços nas instalações de transmissão da Transirapé dos segundos Bancos Autotransformadores, sendo um na Subestação Irapé e outro na Subestação Araçuaí 2, com os seus respectivos módulos de conexões, interligações e infraestrutura de manobras necessárias. Para assegurar o pagamento de quaisquer obrigações decorrentes do contrato, dentre outras garantias, foram dadas: (i) cessão fiduciária dos direitos emergentes do contrato

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

de prestação de serviços de transmissão nº 007/2005, firmado em 1 de abril de 2005, com o ONS; (ii) fundo de liquidez, por meio do qual a Transirapé comprometeu-se a manter, até o prazo final do contrato, o equivalente a três parcelas de amortização vincendas em conta vinculada; e (iii) penhor de ações das detidas pelas intervenientes Transminas e EATE que deram em caução a totalidade das ações ordinárias da Transirapé. Por fim, ressalta-se que o BDMG poderá declarar o contrato antecipadamente vencido em caso de: (i) falsidade da declaração firmada pela Transirapé em 20 de outubro de 2014, previamente à contratação, negando a existência de gravames sobre os direitos creditórios oferecidos ao BDMG à exceção daquele constituído no âmbito do Contrato de Financiamento BDMG nº 177.906/13; (ii) constituição sem prévia autorização do BDMG, de penhor ou gravame sobre direitos creditórios dados em garantia ao BDMG; (iii) extinção do Contrato de Concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 12/2005-ANEEL; e (iv) vencimento antecipado do Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quiografária, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Transirapé.

Transirapé – BDMG nº 215.411/16

Em 1º de abril de 2016, foi celebrado o Contrato de Financiamento nº 215.411/16 entre o BDMG e a Transirapé. O valor do referido contrato é de R\$4.000.000,00, com pagamento de principal adicionado de juros dividido em 99 prestações mensais e sucessivas, vencíveis sempre no dia 15 de cada mês. Ressalta-se que a primeira parcela tem vencimento previsto para 15 de fevereiro de 2018 e última vencerá em 15 de abril de 2026. O valor de cada parcela é obtido mediante a divisão do saldo devedor do principal somado ao valor correspondente de juros. Os juros sobre este contrato serão de 6,0% ao ano acima da TJLP. O financiamento teve como motivação a expansão da subestação Irapé, localizada em Grão Mogol (MG). Para assegurar o pagamento de quaisquer obrigações decorrentes do contrato, dentre outras garantias, foram dadas: (i) penhor de ações de emissão da Transirapé, equivalente a 51% de seu capital social, de propriedade da Transminas e da EATE; (ii) cessão fiduciária dos direitos emergentes do contrato de prestação de serviços de transmissão nº 007/2005, firmado em 1 de abril de 2005, com o ONS; e (iii) fundo de liquidez, por meio do qual a Transirapé comprometeu-se a manter, até o prazo final do contrato, o equivalente a três parcelas de amortização vincendas em conta vinculada. Por fim, ressalta-se que o BDMG poderá declarar o contrato antecipadamente vencido em caso de: (i) constituição sem prévia autorização do BDMG, de penhor ou gravame sobre ativos dados em garantia ao BDMG; (ii) extinção do Contrato de Concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 12/2005-ANEEL; (iii) vencimento antecipado das obrigações decorrentes dos contratos celebrados com o BDMG em 27 de dezembro de 2013 e 24 de outubro de 2014; e (iv) descumprimento de qualquer obrigação da Transirapé, Transminas ou EATE perante o BDMG.

Transirapé – BDMG nº 215.485/16

Em 5 de abril de 2016, foi celebrado o Contrato de Financiamento nº 215.485/16 entre o BDMG e a Transirapé. O valor do referido contrato é de R\$4.469.000,00, com pagamento de principal adicionado de juros dividido em 36 prestações mensais e sucessivas, vencíveis sempre no dia 15 de cada mês. Ressalta-se que a primeira parcela tem vencimento previsto para 15 de maio de 2018 e última vencerá em 15 de abril de 2021. O valor de cada parcela é obtido mediante a divisão do saldo devedor do principal somado ao valor correspondente de juros. Os juros sobre este contrato serão de 4,5% ao ano acima da TJLP. O financiamento teve como motivação a expansão da subestação Irapé, mediante aquisição de equipamentos, visando à instalação de reatores de barra. Para assegurar o pagamento de quaisquer obrigações decorrentes do contrato, dentre outras garantias, foram dadas: (i) penhor de ações de emissão da Transirapé, equivalente a 51% de seu capital social, de propriedade da Transminas e da EATE; (ii) cessão fiduciária dos direitos emergentes do contrato de prestação de serviços de transmissão nº 007/2005, firmado em 1 de abril de 2005, com o ONS; e (iii) fundo de liquidez, por meio do qual a Transirapé comprometeu-se a manter, até o prazo final do contrato, o equivalente a três parcelas de amortização vincendas em conta vinculada. Por fim, ressalta-se que o BDMG poderá declarar o contrato

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

antecipadamente vencido em caso de: (i) constituição sem prévia autorização do BDMG, de penhor ou gravame sobre ativos dados em garantia ao BDMG; (ii) extinção do Contrato de Concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 12/2005-ANEEL; e (iii) descumprimento de qualquer obrigação da Transirapé, Transminas ou EATE perante o BDMG.

Banco do Brasil S.A.

ETVG

Em 23 de dezembro de 2011, a Empresa de Transmissão de Várzea Grande S.A. ("ETVG") constituiu em favor do Banco do Brasil S.A. ("BB"), uma nota de crédito comercial de nº 40/00039-7 no valor de R\$17.835.000,00, a ser paga em 150 parcelas mensais e sucessivas, sendo todas de valor nominal de R\$118.900,00, acrescidas dos respectivos encargos básicos e encargos adicionais integrais (encargos estes que serão pagos trimestralmente). A primeira parcela vencerá em 1º de julho de 2014 e a última em 1º de dezembro de 2026. O valor do crédito será liberado em uma ou várias parcelas. Os encargos financeiros na conta vinculada deste financiamento, bem como no saldo devedor daí decorrente, sofrerão incidência de juros à taxa efetiva de 10% ao ano. Ressalta-se que os encargos financeiros poderão ser reajustados sempre que a TJLP apresentar variação acumulada, para mais ou para menos, superior a 30%. Referidos encargos serão calculados e debitados – no dia primeiro de cada mês, nas remições – proporcionalmente aos valores remidos, no vencimento e na liquidação da dívida e serão exigidos nas remições – proporcionalmente aos valores remidos, no período de carência – integralmente no dia primeiro do último mês de cada trimestre, a partir da data da contratação, no período pós-carência – integralmente no dia primeiro de cada mês, no vencimento e na liquidação da dívida. Esta nota de crédito prevê um bônus de adimplência de 15% sobre os encargos financeiros pagos integralmente até a data do respectivo vencimento. Caso seja comprovada aplicação irregular ou desvio de parcelas liberadas, o a ETVG perderá todos os benefícios referentes ao Bônus de Adimplência, estando obrigado, inclusive, a devolver as quantias beneficiadas por esta ferramenta em ocasiões passadas. Há, ainda, obrigação em constituir um pacote de seguros (engenharia, performance, patrimonial, etc.) para o projeto objeto do financiamento, bem como somente realizar modificações no projeto após aprovação do BB e contratar uma consultoria para fiscalizar a conformidade do projeto. Nossas obrigações decorrentes desta nota de crédito comercial são garantidas (por aval) pela Guarupart. Por fim, ressalta-se que o BB poderá declarar a nota de crédito antecipadamente vencida caso: (i) não ocorra o pagamento das parcelas em suas respectivas datas de vencimento; (ii) a ETVG sofra protesto cambiário superior a R\$1.000.000,00; (iii) a ETVG requeira recuperação judicial ou tenha a sua falência decretada; (iv) a ETVG encerre as atividades por qualquer motivo; (v) a ETVG sofra procedimento judicial ou fiscal capaz de colocar em risco as garantias constituídas ou o cumprimento das obrigações assumidas; (vi) a ETVG preste informações incompletas ou alteradas ao BB; (vii) a ETVG se torne inadimplente em outras obrigações assumidas com o BB; (viii) manterá ETVG não mantenha em dia o seguro do bem dado em garantia; (ix) a ETVG ceda ou vincule a terceiros a receita cedida e vinculada ao pagamento da obrigação sem a prévia anuência do BB; (x) a ETVG não constitua instrumento de garantia de suporte aos acionistas, para cobertura de eventuais custos adicionais ao projeto; (xi) a ETVG conceda preferências a outros créditos, faça amortizações de ações ou emita debêntures sem anuência do BB; e (xii) efetue qualquer alteração societária até a liquidação final da dívida decorrente da referida operação sem análise e anuência do BB; (xiii) efetue distribuição de resultados que não dividendos mínimos até a liquidação da operação.

Banco Santander

ETVG

Em 17 de junho de 2015, foi emitida pela ETVG, a Cédula de Crédito Bancário para Capital de Giro nº 000270589715, em favor do Banco Santander (Brasil) S.A., conforme aditada em 28 de junho de 2016 e 12 de janeiro de 2017. O valor do referido contrato, atualmente, é de R\$20,0 milhões, com prazo de 121 dias e vencimento em 30 de junho de 2017. Os juros sobre este contrato serão equivalentes à 128,5% da Taxa do

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

CDI ao ano. Para segurança e garantia deste contrato, a Companhia figura como avalista. Por fim, ressalta-se que o Santander poderá declarar vencimento antecipado da dívida nos seguintes casos, dentre outros: (i) inadimplemento de qualquer obrigação da ETVG e Companhia; (ii) descumprimento de qualquer obrigação da ETVG e Companhia perante o Santander; e (iii) não reforço das garantias quando notificado de sua insuficiência.

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES

A partir de 2004, diversas de nossas subsidiárias celebraram contratos de financiamento mediante abertura de crédito, junto ao BNDES, nos quais somos intervenientes (ou uma de nossas subsidiárias). Para assegurar o pagamento de quaisquer obrigações decorrentes de tais contratos, dentre outras garantias específicas, é dada em penhor a totalidade das ações de emissão da respectiva subsidiária. Há ainda previsão de uma conta reserva, não movimentável pela respectiva subsidiária e movimentável unicamente por uma instituição financeira, a ser mantida até o final da liquidação de todas as obrigações dos contratos de financiamento com o BNDES. Em geral, a conta reserva deverá ser mantida com saldo mínimo equivalente a três vezes a próxima prestação vincenda de amortização, juros e demais acessórios do contrato de financiamento. O BNDES poderá declarar o contrato antecipadamente vencido, dentre outras hipóteses específicas, caso ocorra (i) redução do quadro de pessoal da respectiva subsidiária sem atendimento às condições impostas pelo BNDES no contrato; (ii) inclusão em acordo societário, estatuto social da respectiva subsidiária, ou das empresas que a controlam, de dispositivo que importe em restrições ou prejuízo à capacidade de pagamento das obrigações financeiras decorrentes desta operação; (iii) falsidade da declaração firmada pela respectiva subsidiária previamente à contratação, que nega existência de gravames sobre direitos creditórios oferecidos ao BNDES; (iv) existência de sentença condenatória transitada em julgado relativa à prática de atos, pela respectiva subsidiária, que importem em infringência à legislação que trata do combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo; (v) constituição, sem prévia autorização do BNDES, de penhor ou gravame sobre os direitos creditórios dados em garantia ao BNDES; (vi) diplomação como Deputado Federal ou Senador de pessoa que exerce função remunerada na Companhia, ou esteja entre os seus proprietários, controladores ou diretores; e (vii) inadimplemento de qualquer obrigação assumida perante o BNDES e suas subsidiárias, por parte de empresa ou entidade integrante do grupo a que a beneficiária pertença, sendo certo que, verificado o inadimplemento, poderá o BNDES considerar vencidos antecipadamente todos os contratos celebrados com a beneficiária, independentemente da aplicação das sanções estabelecidas.

Adicionalmente, as seguintes obrigações, se inadimplidas, poderão acarretar o vencimento antecipado do contrato: (i) obrigação da garantidora do crédito de aportar capital no caso dos índices de cobertura do serviço de dívida da tomadora beneficiada serem insuficientes; (ii) obrigação de não firmar contratos de mútuo com pessoas do grupo econômico da beneficiária sem a prévia e expressa autorização do BNDES; (iii) inclusão, em acordo societário ou estatuto social da beneficiária, ou das empresas que a controlam, de dispositivo pelo qual se exija “quórum” especial para deliberação ou aprovação de matérias que limitem ou cerceiem o controle de qualquer dessas empresas pelos respectivos controladores, ou ainda, a inclusão de dispositivo que importe em: (a) restrições à capacidade de crescimento da beneficiária ou ao seu desenvolvimento tecnológico; (b) restrições de acesso da beneficiária a novos mercados; ou (c) restrições ou prejuízo à capacidade de pagamento das obrigações financeiras decorrentes da operação; (iv) concessão, sem prévia autorização do BNDES, de preferência a outros créditos, amortização de ações, emissão de debêntures e partes beneficiárias e assunção de novas dívidas; (v) realização, sem prévia autorização do BNDES, de distribuição de dividendos superiores ao mínimo obrigatório e pagamento de juros sobre capital próprio; (vi) obrigação de não efetuar qualquer alteração societária pelo prazo de vigência da presente operação relacionada à liquidação, dissolução, cisão, fusão, incorporação, qualquer outro ato que importe ou possa vir a importar em modificações na atual configuração da beneficiária ou qualquer forma de reorganização que represente alteração de controle ou transferência relevante de ativos envolvendo a Beneficiária; e (vii) descumprimento dos índices financeiros e de capitalização dispostos nos contratos.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

A tabela a seguir contém as informações referentes aos empréstimos contraídos por nossas controladas perante o BNDES.

Credor	Número do Referência do contrato	Início	Valor do crédito	Vencimento	Finalidade	Outras Garantias	Outras hipóteses de Vencimento Antecipado	Observações	(% a.a.) Taxa efetiva Versão : 9
10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais									
EBTE	09.2.1409.1	28/12/2009	R\$165.150.000,00, dividido em dois subcréditos: Subcrédito A: R\$141.652.000,00 Subcrédito B: R\$23.498.000,00	15/05/2025 (subcrédito A) e 15/11/2019 (subcrédito B)	Implantação das Linhas de Transmissão Brasnorte- Juína, Brasnorte-Parecis, Brasnorte-Juba, Nova Mutum-Sorriso e Sorriso-Sinop	(i) cessão fiduciária dos direitos creditórios emergentes do Contrato de Concessão nº 011/2008 – ANEEL e do Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão nº 017/2009 firmado entre a Beneficiária e o ONS; (ii) Seguro patrimonial do projeto; (iii) penhor da totalidade das ações detidas pela EATE no capital social da EBTE; (v) Fiança concedida pela Companhia e por outras sócias da EBTE.	Não há hipóteses adicionais.	(i) somente distribuir dividendos e pagar juros sobre capital próprio e bonificações acima do mínimo legal com prévia autorização do BNDES	TJLP + 2,56% ao ano (subcrédito A) 4,50% ao ano (subcrédito B)
ETEM	11.2.1030.1	21/12/2011	R\$46.800.000,00, dividido em dois subcréditos: Subcrédito A: R\$44.700.000,00 Subcrédito B: R\$2.100.000,00	15/04/2026	Implantação das instalações de transmissão compostas pela linha de transmissão com origem na Subestação Nobres e término na Subestação Cuiabá; linha de transmissão origem na Subestação Nova Mutum e término na Subestação Nobres	(i) cessão fiduciária dos direitos creditórios emergentes do Contrato de Concessão nº 005/2010-ANEEL; (ii) cessão fiduciária dos direitos provenientes do Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão nº 015/2010, e seus posteriores aditivos, firmado entre a beneficiária e o ONS; (iii) penhor de ações de emissão da	extinção do Contrato de Concessão nº 005/2010-ANEEL	(i) não alterar seu objeto social e o valor dos dividendos mínimos obrigatórios, previstos em seu Estatuto Social, sem a prévia anuência do BNDES; (ii) sem prévia autorização do BNDES, não conceder preferência a outros créditos, não fazer amortização de ações, não emitir debêntures e partes beneficiárias e não assumir novas dívidas, salvo aquelas previstas no contrato de	TJLP + 2,44% ao ano (subcrédito A) TJLP + 2,04% ao ano (subcrédito B)

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

						ETEM de titularidade da Companhia; (iv) fiança prestada pela Alupar, Bimetal e sócios finais da Bimetal à época..		financiamento; (iii) não firmar contratos de mútuo com as pessoas físicas ou jurídicas componentes do Grupo Econômico a que pertença a beneficiária, bem como, não efetuar redução de seu capital social até a liquidação de todas as obrigações assumidas no contrato de financiamento, sem anuênciam prévia do BNDES	
ETES	09.2.0118.1	04/05/2009	R\$27.714.000,00	15/09/2023	Construção da Linha de Transmissão interligando a subestação de Mascarenhas à de Verona, bem como reforços na Subestação Verona	(i) penhor dos direitos emergentes do Contrato de Concessão nº 006/2007; (ii) cessão fiduciária dos direitos creditórios decorrentes da prestação de serviços de transmissão de energia elétrica; (iii) Seguro garantia de execução dos reforços da subestação Verona	Não há hipóteses adicionais.	Somente realizar distribuição de dividendos ao mínimo obrigatório, pagamento de juros sobre o capital próprio e concessão de bonificações, a partir do exercício de 2010	TJLP + 2,37% ao ano
ETES	09.2.1467.1	29/12/2009	R\$17.337.800,00, dividido em dois subcréditos: Subcrédito A: R\$3.356.600,20 Subcrédito B: R\$13.981.039,80	Subcrédito A: 15/09/2023 Subcrédito B: 15/10/2019	Ampliação e reforço da subestação Verona	(i) penhor dos direitos emergentes do Contrato de Concessão nº 006/2007; (ii) cessão fiduciária dos direitos creditórios decorrentes da prestação de serviços de transmissão de energia elétrica	Não há hipóteses adicionais.	Não há outras observações	TJLP + 2,38% ao ano (Subcrédito A) 4,5% ao ano (Subcrédito B)

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Foz	08.2.0070.1	09/04/2008	R\$ 201.630.000,00, dividido em dois subcréditos: Subcrédito A: R\$188.740.000,00 Subcrédito B: R\$12.890.000,00	03/2027	Implantação da Usina Hidrelétrica Foz do Rio Claro e implantação da Linha de Transmissão para conexão ao SIN da Hidrelétrica Foz do Rio Claro	(i) penhor dos direitos emergentes do Contrato de Concessão nº 005/2006; (ii) penhor dos direitos creditórios provenientes dos CCVE, dos CCEAR e outros contratos de compra e venda de energia firmados; (iii) Seguro patrimonial do projeto; (iv) penhor da totalidade das ações detidas pela Companhia e pelo FI-FGTS no capital social da Foz; e (v) Fiança concedida pela Companhia	Não há hipóteses adicionais.	(i) não realizar transações com partes relacionadas sem prévia autorização do BNDES (Deliberação CVM 26/86)	TJLP + 2,44% ao ano
Ijuí	08.2.0071.1	09/04/2008	R\$ 168.200.000,00, dividido em dois subcréditos: Subcrédito A: R\$ 161.889.000,00 Subcrédito B: R\$ 6.311.000,00	15/09/2027	Construção da Usina Hidrelétrica São José, assim como a implantação da linha de transmissão para conexão do Sistema Interligado Nacional da Usina Hidrelétrica São José	(i) penhor dos direitos emergentes do Contrato de Concessão nº 006/2006; (ii) penhor dos direitos creditórios provenientes dos CCVE, dos CCEAR e outros contratos de compra e venda de energia firmados; (iii) Seguro garantia de execução do projeto e patrimonial; e (iv) Penhor da totalidade das ações de emissão da beneficiária de titularidade da Companhia.	Não há hipóteses adicionais.	(i) não realizar transações com partes relacionadas sem prévia autorização do BNDES (Deliberação CVM 26/86)	TJLP + 3,13% ao ano

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Lavrinhais	08.02.0976.1	11/03/2009	R\$ 111.185.000,00 , dividido em dois subcréditos: Subcrédito A: R\$ 108.811.000,00 Subcrédito B: R\$ 2.374.000,00	15/04/2025	Implantação da PCH Lavrinhas e implantação da Linha de Transmissão necessária para conexão da PCH ao SIN	(i) penhor dos direitos emergentes da Autorização nº 138 de 2004 expedida pela ANEEL; (ii) penhor dos direitos creditórios oriundos do CCVE 115/2007, firmado entre a Beneficiária e a Perdigão Agroindustrial S.A.; (iii) Seguro- Garantia na modalidade "performance e completion", pelo prazo de 180 dias após operação da PCH em percentual correspondente a 100% do valor da colaboração financeira; (iv) Penhor da totalidade das ações da beneficiária detidas pela Companhia e por outros acionistas intervenientes no contrato; (v) Fiança concedida pela Companhia	(i) descumprimento de quaisquer das cláusulas do Contrato de Penhor, Administração de Contas e Outras Avenças; (ii) extinção da autorização expedida à beneficiária pela ANEEL, ou alterações que, a critério do BNDES, causem impacto relevante na condição econômico-financeira da beneficiária; (iii) alteração ou rescisão, sem prévia e expressa anuência do BNDES, do CCVE 115/2007; (iv) perda, suspensão ou renovação de quaisquer licenças ambientais pertinentes ao projeto; (v) não cumprimento das obrigações relativas à fiança; (vi) não cumprimento da outorga de poderes ao BNDES em caráter irrevogável das apólices dos seguros	(i) não celebrar contrato de mútuo ou contrato de valor superior a R\$200.000,00 com seus acionistas ou empresas coligadas sem prévia aprovação do BNDES, salvo algumas exceções; (ii) não conceder preferência a outros créditos, realizar amortização de ações, emitir debêntures ou partes beneficiárias, ou assumir novas dívidas, sem prévia e expressa autorização do BNDES, salvo as dívidas assumidas até o término da fase de liberação de recursos pelo BNDES e os mútuos celebrados de acordo com o estipulado no contrato; (iii) somente pagar dividendos ou juros sobre o capital próprio aos seus acionistas após 12 meses do início de operação comercial da PCH Lavrinhas, bem como após estarem integralmente cumpridas outras condições estipuladas no contrato; (iv) não promover, sem prévia autorização, alteração no estatuto social, de forma a manter-se, durante toda a vigência do contrato, como uma sociedade de propósito específico, voltada à finalidade referida no contrato	TJLP + 1,93% ao ano
Lavrinhais	10.2.0477.1	08/09/2010	R\$ 16.875.000,00	15/04/2025	Suplementação de recursos para a implantação da PCH Lavrinhas	(i) penhor dos direitos emergentes da Autorização nº 138 de 2004 expedida pela ANEEL; (ii) penhor dos direitos creditórios oriundos do CCVE 115/2007, firmado entre a Beneficiária e a Perdigão Agroindustrial S.A.; (iii) endosso da apólice do	(i) não cumprimento das obrigações relativas à fiança; (vi) não cumprimento da outorga de poderes ao BNDES em caráter irrevogável das apólices dos seguros	integralmente cumpridas outras condições estipuladas no contrato; (iv) não promover, sem prévia autorização, alteração no estatuto social, de forma a manter-se, durante toda a vigência do contrato, como uma sociedade de propósito específico, voltada à finalidade referida no contrato	TJLP + 2,22% ao ano

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

						Seguro- Garantia realizado para o financiamento anterior; (iv) Penhor da totalidade das ações da beneficiária detidas pela Companhia e por outros acionistas intervenientes no contrato; (v) Fiança prestada pela Companhia			
Queluz	08.2.0975.1	11/03/2009	R\$ 114.647.000,00 , dividido em dois subcréditos: Subcrédito A: R\$ 111.100.000,00 Subcrédito B: R\$ 3.547.000,00	15/01/2025	Implantação da PCH Queluz e implantação da Linha de Transmissão necessária para conexão da PCH ao SIN	(i) penhor dos direitos emergentes da Autorização nº 139 de 2004 expedida pela ANEEL; (ii) penhor dos direitos creditórios oriundos do CCVE 090/2007, firmado entre a Beneficiária e a Perdigão Agroindustrial S.A.; (iii) Seguro- Garantia na modalidade "performance e completion", pelo prazo de 180 dias após operação da PCH em percentual correspondente a 100% do valor da colaboração financeira; (iv) Penhor da totalidade das ações da beneficiária detidas pela Companhia e por outros acionistas intervenientes no contrato; (v) Fiança prestada pela Companhia.	(i) descumprimento de quaisquer das cláusulas do Contrato de Penhor, Administração de Contas e Outras Avenças; (ii) extinção da autorização expedida à beneficiária pela ANEEL, ou alterações que, a critério do BNDES, causem impacto relevante na condição econômico-financeira da beneficiária; (iii) alteração ou rescisão, sem prévia e expressa anuência do BNDES, do CCVE 090/2007; (iv) perda, suspensão ou renovação de	(i) não celebrar contrato de mútuo ou contrato de valor superior a R\$200.000,00 com seus acionistas ou empresas coligadas sem prévia aprovação do BNDES, salvo algumas exceções; (ii) não conceder preferência a outros créditos, realizar amortização de ações, emitir debêntures ou partes beneficiárias, ou assumir novas dívidas, sem prévia e expressa autorização do BNDES, salvo as dívidas assumidas até o término da fase de liberação de recursos pelo BNDES e os mútuos celebrados de acordo com o estipulado no contrato; (iii) somente pagar dividendos ou juros sobre o capital próprio aos seus acionistas após 12 meses do início de operação comercial da PCH Lavrinhas,	TJLP + 1,93% ao ano

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Queluz	10.2.0478.1	03/08/2010	R\$ 27.716.000,00	15/01/2025	Suplementação de recursos para a implantação da PCH Queluz	(i) penhor dos direitos emergentes da Autorização nº 139 de 2004 expedida pela ANEEL; (ii) penhor dos direitos creditórios oriundos do CCVE 090/2007, firmado entre a Beneficiária e a Perdigão Agroindustrial S.A.; (iii) endosso da apólice do Seguro- Garantia realizado para o financiamento anterior; (iv) Penhor da totalidade das ações da beneficiária detidas pela Companhia por outros acionistas intervenientes no contrato; (v) Fiança prestada pela Companhia.	quaisquer licenças ambientais pertinentes ao projeto; (v) não cumprimento das obrigações relativas à fiança; (vi) não cumprimento da outorga de poderes ao BNDES em caráter irrevogável das apólices dos seguros	bem como após estarem integralmente cumpridas outras condições estipuladas no contrato; (iv) não promover, sem prévia autorização, alteração no estatuto social, de forma a manter-se, durante toda a vigência do contrato, como uma sociedade de propósito Específico, voltada à finalidade referida no contrato	TJLP + 2,22% ao ano
ESDE	12.2.1001.1	13/11/2012	R\$ 42.797.000,00 , dividido em dois subcréditos: Subcrédito A: R\$26.319.000,00 Subcrédito B: R\$16.478.000,00	Subcrédito A: 04/2027 Subcrédito B: 09/2022	Implantação das instalações de transmissão compostas pela Subestação Santos Dumont e demais conexões, localizadas no Estado de Minas Gerais	(i) cessão fiduciária dos direitos creditórios emergentes do Contrato de Concessão nº 025/2009-ANEEL; (ii) cessão fiduciária dos direitos creditórios emergentes do serviço de transmissão de energia; (iii) penhor de ações de emissão da ESDE de titularidade da ETEP ; (iv) Carta-Fiança prestada pelos então sócios da ESDE.	(i) utilização dos recursos em finalidade diversa da prevista no contrato; (ii) constituição sem a prévia autorização do BNDES de penhor ou gravame sobre os direitos dados em garantia ao BNDES	(i) realizar distribuição de dividendos superiores ao mínimo obrigatório e/ou somente se em cumprimento dos índices financeiros e de capitalização mediante apresentação ao BNDES de ratificação de auditor independente de suas Demonstrações Financeiras; (ii) não realizar, sem prévia autorização do BNDES, operações de mútuo com quaisquer beneficiários	TJLP + 2,08% ao ano (Subcrédito A) 2,5% ao ano (Subcrédito B)

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Ferreira Gomes	12.2.1390.1	28/12/2012	R\$ 470.610.000,00 (dividido em cinco subcréditos)	Subcrédito A: 04/2031 Subcrédito B: 04/2031 Subcrédito C: 04/2031 Subcrédito D: 12/2022 Subcrédito E: 04/2031	Implantação da UHE Ferreira Gomes, com potência instalada de 252 MW, a ser implantada no rio Araguari, município de Ferreira Gomes	(i) cessão fiduciária dos direitos dos Contratos de Compra de Energia; (ii) totalidade dos direitos creditórios do contrato de concessão 02/2010; (iii) Fiança da Alupar; (iv) Penhor da totalidade das ações de emissão beneficiária de titularidade da Companhia	(i) utilização dos recursos em finalidade diversa da prevista no contrato; (ii) constituição sem a prévia autorização do BNDES de penhor ou gravame sobre os direitos dados em garantia ao BNDES	(i) realizar distribuição de dividendos superiores ao mínimo obrigatório e/ou somente se em cumprimento dos índices financeiros e de capitalização mediante apresentação ao BNDES de ratificação de auditor independente de suas Demonstrações Financeiras; (ii) não realizar, sem prévia autorização do BNDES, operações de mútuo com quaisquer beneficiários pessoas do mesmo grupo econômico; (iii) manter o ICSD acima de 1,3 ou 1,2, caso tenha ocorrido a emissão de debêntures em condições específicas; (iv) manter o ICP superior a 20%. A Companhia deverá submeter à aprovação dos BNDES quaisquer matérias que se refira à venda, aquisição, incorporação, fusão, cisão de ativos ou qualquer outro ato que importe em modificação da atual configuração da beneficiária.	TJLP + 2,34% ao ano (Subcréditos A, B e C) 2,5% ao ano (subcrédito D) TJLP apenas (Subcrédito E)
ETSE	13.2.1413.1	30/12/2013	R\$ 78.413.000,00 , dividido em dois	Subcrédito A: 11/2028 Subcrédito B: 11/2023	Implantação das instalações de transmissão compostas pelas Subestações Abdon	(i) cessão fiduciária dos direitos creditórios emergentes do Contrato de Concessão nº 006/2012-ANEEL e	(i) utilização dos recursos em finalidade diversa da prevista no contrato; (ii) Extinção do	(i) realizar distribuição de dividendos superiores ao mínimo obrigatório e/ou após apresentação da declaração e memória de cálculo, por	TJLP + 2,02% ao ano (Subcrédito A)

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

			<p>subcréditos:</p> <p>Subcrédito A: R\$39.159.000, 00</p> <p>Subcrédito B: R\$39.254.000, 00</p>		<p>Batista e Gaspar 2 e demais conexões, localizadas no Estado de Santa Catarina</p>	<p>provenientes do Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão nº 031/2012; (ii) a controlada ECTE dá ao BNDES, em penhor a totalidade de ações de emissão da controlada ETSE de sua titularidade; (iii) penhor da totalidade das ações detidas pela ECTE no capital social da ETSE; (iv) Carta-Fiança prestada pelos então sócios da ETSE. .</p>	<p>Contrato de Concessão nº 006/2012 (iii) constituição sem a prévia autorização do BNDES de penhor ou gravame sobre os direitos dados em garantia ao BNDES</p>	<p>auditor independente, de que o índice financeiro atingiu no exercício base para cálculo dos dividendos o valor mínimo previsto em contrato; (ii) não realizar, sem prévia autorização do BNDES, operações de mútuo com quaisquer beneficiários</p>	<p>3,5% ao ano (Subcrédito B)</p>
EDV I, EDV II, EDV III, EDV IV e EDV X	15.2.0778.1	11/02/2016	<p>R\$ 261.300.000,00</p> <p>EDV I: R\$57.990.000,00</p> <p>EDV II: R\$32.220.000,00</p> <p>EDV III: R\$49.007.000,00</p> <p>EDV IV: R\$81,041.000,00</p> <p>EDV X: R\$41.042.000,</p>	10/2032	<p>Implantação dos Parques Eólicos Pitombeiras, Ubatuba, Santa Catarina, VENTOS do Nordeste e Pitombeira localizados no município de Aracati estado do Ceará, com capacidade instalada de 98,7MW</p>	<p>(i) Penhor de ações pela Alupar e pela Windepar; (ii) cessão fiduciária da totalidade dos direitos creditórios pelas EDVs e pela Windepar; (iii) conta reserva; (iv) Fiança Corporativa da Windepar e da Alupar.</p>	<p>(i) descumprimento de quaisquer das cláusulas do Contrato de Penhor, bem como do Contrato de Cessão Fiduciária; (ii) constituição sem a prévia autorização do BNDES de penhor ou gravame sobre os direitos dados em garantia ao BNDES; (iii) existência de ato definitivo de autoridade administrativa ou decisão judicial que impeça a conclusão ou a continuidade da operação do</p>	<p>(i) realizar distribuição de dividendos superiores ao mínimo obrigatório e/ou após apresentação da declaração e memória de cálculo, por auditor independente, de que o índice financeiro atingiu no exercício base para cálculo dos dividendos o valor mínimo previsto em contrato; (ii) não realizar, sem prévia autorização do BNDES, operações de mútuo com quaisquer beneficiários</p>	<p>TJLP + 2,18% ao ano</p>

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

			00				Complexo Eólico Energia dos Ventos; (iv) não implantação, abandono ou desistência da implantação de qualquer das Centrais Geradoras Eólicas que integram o projeto.		
--	--	--	----	--	--	--	---	--	--

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Santander – Alupar Peru

Em 10 de outubro de 2014, a controlada Alupar Peru celebrou junto ao Banco Santander Peru a contratação de empréstimo, no montante de USD 15.000 mil. O empréstimo será remunerado pela variação da Libor acrescida de spread de 3,85% ao ano. O pagamento dos encargos financeiros e do principal serão efetuados no vencimento do contrato. O contrato prevê, entre outros, restrições para contratação de novas dívidas, alienação de ativos e distribuição de dividendos pela Alupar Peru. A Companhia é garantidora das obrigações da Alupar Peru no âmbito deste empréstimo. O referido empréstimo tem vencimento previsto para o dia 10 de outubro de 2017.

Em 12 de dezembro de 2014, a controlada Alupar Peru celebrou junto ao Banco Santander (Panama), S.A. a contratação de empréstimo, no montante de USD 5.000 mil. O empréstimo será remunerado pela variação da Libor acrescida de spread de 3,85% ao ano. O pagamento dos encargos financeiros e do principal serão efetuados no vencimento do contrato. O contrato prevê, entre outros, restrições para contratação de novas dívidas, alienação de ativos e distribuição de dividendos pela Alupar Peru. A Companhia é garantidora das obrigações da Alupar Peru no âmbito deste empréstimo. O referido empréstimo tem vencimento previsto para o dia 12 de dezembro de 2017. Em 31 de dezembro de 2016, o saldo em aberto dos dois empréstimos era de R\$71,3 milhões.

Itau e CorpBanca – Risaralda

Em 14 de novembro de 2014, a controlada Risaralda celebrou junto ao Banco Itaú a contratação de um crédito, no montante de COP\$ 32.000.000 mil (primeira tranche). Em 25 de março de 2015, a controlada Risaralda celebrou junto ao Banco CorpBanca Colombia S.A. Corporación Financiera e Itaú um aditivo ao contrato celebrado em 14 de novembro de 2014, o qual aumentou o montante do empréstimo de COP\$ 32.000.000 mil para COP\$ 120.000.000 mil, mediante extensão de crédito pela CorpBanca no valor de COP\$ 88.000.000 mil (segunda tranche). O contrato será remunerado pela variação do *Indicador Bancario de Referencia - IBR* trimestral na Colômbia acrescida de spread médio de 3,60% ao ano. O pagamento dos encargos financeiros serão realizados trimestralmente e do principal serão efetuados no vencimento do contrato. O contrato prevê, entre outros, restrições para contratação de novas dívidas, alienação de ativos e distribuição de dividendos pela Risaralda. A Companhia é garantidora das obrigações da Alupar Peru no âmbito deste empréstimo. O referido contrato de crédito tem vencimento previsto para o dia 14 de novembro de 2017.

Santander – La Virgen (Contratos de Préstamo de Corto Plazo)

Em 22 e 23 de dezembro de 2015, a controlada La Virgen celebrou junto ao Banco Santander (Panama) S.A., com participação da *Corporación Financiera de Desarrollo S.A. – COFIDE*, a contratação de dois empréstimos, no montante de USD 15.000 mil cada. Os empréstimos serão remunerados a uma taxa nominal anual em dólares equivalente ao spread de 2,45% ao ano, do mês um ao mês seis, e de 3,00% ao ano, nos meses seguintes, até o vencimento final dos empréstimos. O pagamento dos encargos financeiros e do principal serão efetuados trimestralmente. O contrato prevê, entre outros, restrições para contratação de novas dívidas, alienação de ativos e distribuição de dividendos pela La Virgen. A Companhia é garantidora das obrigações da La Virgen no âmbito destes empréstimos. O vencimento final dos dois empréstimos foi prorrogado para 22 de março de 2017.

Santander – La Virgen (Loan Agreement)

Em 15 de janeiro de 2016, a controlada La Virgen celebrou junto ao Banco Santander (Brasil) S.A., Grand Cayman Branch a contratação de empréstimo no montante de USD 50.000 mil. Os empréstimos serão remunerados pela variação da Libor acrescida de spread de 5,19% ao ano. O pagamento dos encargos financeiros e do principal serão efetuados no vencimento do contrato. O contrato prevê, entre outros, restrições para alienação de ativos e distribuição de dividendos pela La Virgen. A Companhia é garantidora

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

das obrigações da La Virgen no âmbito deste empréstimo. O vencimento final do empréstimo foi prorrogado para 15 de março de 2017.

Banco Fator S.A. – Verde 08 – Nota Promissória

Em 8 de agosto de 2016, a controlada Verde 08 celebrou, junto ao Banco Fator S.A, o contrato de coordenação, colocação e distribuição pública, com esforços restritos, de notas promissórias comerciais, em três séries. Essa distribuição foi realizada mediante a emissão de 60 notas promissórias, sendo (i) 20 notas promissórias da 1^a série; (ii) 20 notas promissórias da 2^a série; e (iii) 20 notas promissórias da 3^a série, no valor de R\$500 mil cada uma, perfazendo o montante de R\$30.000 mil. Essas notas promissórias possuem vencimento para o dia 5 de agosto de 2017 e são remuneradas pela variação do CDI acrescido de 2,11% ao ano. A Companhia é garantidora (por aval) das obrigações da Verde 8 no âmbito das notas promissórias. O pagamento dos encargos remuneratórios e do principal serão realizados uma única vez, na data de vencimento.

- (ii) contratos de debêntures relevantes:

Emissão de Debêntures por nossas controladas

EATE

Em 16 de março de 2011, ocorreu a 1^a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, para distribuição pública com esforços restritos de colocação da Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. (“EATE”). O valor total da emissão foi de R\$ 360.000.000,00, dividida em 360 debêntures, cada uma no valor nominal de R\$1.000.000,00. As debêntures têm vencimento em 16 de março de 2016 e pagarão juros de 100% do DI+1,30% a.a., tendo a Oliveira Trust. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. como agente fiduciário. As obrigações da escritura serão consideradas vencidas caso a dívida líquida da EATE ultrapasse o valor de R\$785.366.000,00. Em 16 de março de 2016, a controlada EATE realizou a liquidação dessas debêntures.

Em 19 de outubro de 2012, ocorreu a 2^a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, para distribuição pública com esforços restritos de colocação da EATE. O valor total da emissão foi de R\$ 150.000 mil, dividida em 15.000 debêntures, cada uma no valor nominal de R\$ 10 mil. As debêntures têm vencimento em 19 de outubro de 2017 e pagarão juros de 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos depósitos interfinanceiros (“Taxa DI”) acrescida de um spread ou sobretaxa de 0,9875%, tendo a Oliveira Trust. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. como agente fiduciário. As obrigações da escritura serão consideradas vencidas caso a dívida líquida da EATE ultrapasse o valor de R\$ 875.500 mil reajustado, a partir de 1 de janeiro de 2012, pela variação acumulada do Índice Geral de Preços do Mercado, calculado pela Fundação Getúlio Vargas (“IGP-M/FGV”), ou pelo índice de correção monetária que vier a ser aplicado pela ANEEL no contrato de concessão nº 42/2001 – ANEEL, conforme aditado.

Em 17 de março de 2014, ocorreu a 3^a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, para distribuição pública com esforços restritos de colocação da EATE. O valor total da emissão foi de R\$ 270.000 mil, dividida em 27.000 debêntures, cada uma no valor nominal de R\$ 10 mil. As debêntures têm vencimento em 17 de março de 2019 e pagarão juros de 100% da Taxa DI acumulada acrescida de um spread ou sobretaxa de 1,15% a.a., tendo a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. como agente fiduciário. As obrigações da escritura serão consideradas vencidas caso a dívida líquida da EATE ultrapasse o valor de R\$ 1.000.831 mil reajustado, a partir de 1 de janeiro de 2014, pela variação acumulada do IGP-M/FGV, ou pelo índice de correção monetário que vier a ser aplicado pela ANEEL no contrato de concessão nº 42/2001 – ANEEL, conforme aditado.

Em 7 de agosto de 2014, ocorreu a 4^a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, para distribuição pública com esforços restritos de colocação da EATE. O valor total da emissão foi de R\$ 159.000 mil, dividida em 15.900 debêntures, cada uma no valor

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

nominal de R\$ 10 mil. As debêntures têm vencimento em 7 de agosto de 2020 e pagarão juros de 109,75% do DI a.a., tendo a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários como agente fiduciário. As obrigações da escritura serão consideradas vencidas caso a dívida líquida da EATE ultrapasse o valor de R\$ 1.158.000 mil. A partir de 10 de março de 2018, as debêntures vencerão antecipadamente caso a dívida líquida da EATE ultrapasse 50% do referido valor. Os valores acima deverão ser reajustados, a partir de 1 de janeiro de 2014, pela variação acumulada do IGP-M/FGV, ou pelo índice de correção monetário que vier a ser aplicado pela ANEEL no contrato de concessão nº 42/2001 – ANEEL, conforme aditado.

Em 06 de setembro de 2016, ocorreu a 5ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quiografária, para distribuição pública com esforços restritos de colocação da EATE. O valor total da emissão (R\$ 180.000 mil) foi dividido em duas séries de 12.600 e 5.400 debêntures, cada uma no valor nominal de R\$ 10 mil. A 1ª série tem vencimento em 06 de setembro de 2019 e a 2ª série tem vencimento em 06 de setembro de 2021. Ambas renderão juros de 113,00% da Taxa DI a.a.. A emissão tem a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários como agente fiduciário.

ECTE

Em 16 de março de 2011, ocorreu a 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quiografária, para distribuição pública com esforços restritos de colocação da Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. (“ECTE”). O valor total da emissão foi de R\$ 75.000 mil, dividida em 75 debêntures, cada uma no valor nominal de R\$ 1.000 mil. As debêntures têm vencimento em 16 de março de 2016 e pagarão juros de 100% do DI + 1,30% a.a., tendo a Oliveira Trust. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. como agente fiduciário. As obrigações da escritura serão consideradas vencidas caso a dívida líquida da ECTE ultrapasse o valor de R\$153.414.000,00. Em 16 de março de 2015, a controlada ECTE realizou a liquidação dessas debêntures.

Em 29 de outubro de 2012, ocorreu a 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quiografária, para distribuição pública com esforços restritos de colocação da ECTE. O valor total da emissão foi de R\$80.000 mil, dividida em 8.000 debêntures, cada uma no valor nominal de R\$ 10 mil. As debêntures têm vencimento em 29 de outubro de 2017 e pagarão juros de 100% da Taxa DI acrescida de um *spread* ou sobretaxa de 0,9875% a.a., tendo a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. como agente fiduciário. As obrigações da escritura serão consideradas vencidas caso a dívida líquida da ECTE ultrapasse o valor de R\$171.000 mil reajustado, a partir de 1 de janeiro de 2012, pela variação acumulada do IGP-M/FGV, ou pelo índice de correção monetário que vier a ser aplicado pela ANEEL no contrato de concessão nº 42/2001 – ANEEL, conforme aditado.

Em 07 de maio de 2015, ocorreu a 3ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quiografária, para distribuição pública com esforços restritos de colocação da ECTE. O valor total da emissão foi de R\$70.000 mil, dividida em 7.000 debêntures, cada uma no valor nominal de R\$ 10 mil. As debêntures têm vencimento em 07 de fevereiro de 2020 e pagarão juros de 100% da Taxa DI acrescida de um *spread* ou sobretaxa de 2,15% a.a., tendo a Pentágono S.A. DTVM como agente fiduciário. As obrigações da escritura serão consideradas vencidas caso a dívida líquida da ECTE ultrapasse o valor de (i) R\$250.200 mil da data de emissão até 31 de março de 2017; e (ii) 135.405 mil de 01 de abril de 2018 até a data de vencimento das debêntures.

ENTE

Em 16 de março de 2011, ocorreu a 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quiografária, para distribuição pública com esforços restritos de colocação da Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. (“ENTE”). O valor total da emissão foi de R\$ 190.000 mil, dividida em 190 debêntures, cada uma no valor nominal de R\$ 1.000 mil. As debêntures têm vencimento em 16 de março de 2016 e pagarão juros de 100% do DI + 1,30% a.a., tendo a Oliveira Trust. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. como agente fiduciário. As obrigações da escritura serão consideradas

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

vencidas caso a dívida líquida da ENTE ultrapasse o valor de R\$ 354.130 mil. Em 16 de março de 2016, a controlada ENTE realizou a liquidação dessas debêntures.

Em 7 de agosto de 2014, ocorreu a 2^a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, para distribuição pública com esforços restritos de colocação da ENTE. O valor total da emissão foi de R\$ 248.000 mil, dividida em 24.800 debêntures, cada uma no valor nominal de R\$ 10 mil. As debêntures têm vencimento em 7 de agosto de 2020 e pagarão juros de 109,75% da Taxa DI a.a., tendo a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários como agente fiduciário. As obrigações da escritura serão consideradas vencidas caso a dívida líquida da ENTE ultrapasse o valor de R\$560.000 mil.

Em 06 de setembro de 2016, ocorreu a 3^a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, para distribuição pública com esforços restritos de colocação da ENTE. O valor total da emissão, de R\$ 40.000 mil, foi dividido em duas séries, de 2.800 e 1.200 debêntures, cada uma no valor nominal de R\$ 10 mil. A 1^a série tem vencimento em 06 de setembro de 2019 e pagará juros de 113,00% do DI ao ano. A 2^a série tem vencimento em 06 de setembro de 2021 e pagará juros de 116,00% do DI ao ano. A emissão tem a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários como agente fiduciário.

ETEP

Em 30 de novembro de 2011, ocorreu a 1^a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, para distribuição pública com esforços restritos de colocação da Empresa Paranaense de Transmissão de Energia S.A. ("ETEP"). O valor total da emissão foi de R\$70.000 mil, dividida em 70 debêntures, cada uma no valor nominal de R\$1.000 mil. As debêntures têm vencimento em 30 de novembro de 2016 e pagarão juros de 112,5% do DI, tendo a Oliveira Trust. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. como agente fiduciário. As obrigações da escritura serão consideradas vencidas caso a dívida líquida da EPTE ultrapasse o valor de R\$180.000 mil. Em 30 de novembro de 2016, a controlada ETEP realizou a liquidação dessas debêntures.

Em 7 de agosto de 2014, ocorreu a 2^a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, para distribuição pública com esforços restritos de colocação da ETEP. O valor total da emissão foi de R\$69.000 mil, dividida em 6.900 debêntures, cada uma no valor nominal de R\$ 10 mil. As debêntures têm vencimento em 7 de agosto de 2020 e pagarão juros de 109,75% da Taxa DI a.a., tendo a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários como agente fiduciário. As obrigações da escritura serão consideradas vencidas caso a dívida líquida da ETEP ultrapasse o valor de R\$235.000 mil..

Transirapé

Em 14 de novembro de 2012, ocorreu a 1^a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, para distribuição pública com esforços restritos de colocação da Companhia Transirapé de Transmissão ("Transirapé"). O valor total da emissão foi de R\$ 42.500. mil, dividida em 4.250 debêntures, cada uma no valor nominal de R\$ 10 mil. As debêntures têm vencimento em 14 de novembro de 2017 e pagarão juros de 100% da DI acrescida de um *spread* de 0,99% a.a., tendo a Oliveira Trust. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. como agente fiduciário. As obrigações da escritura serão consideradas vencidas caso a dívida líquida da Transirapé ultrapasse o valor de R\$ 42.500.000,00.

Transudeste

Em 14 de novembro de 2012, ocorreu a 1^a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, para distribuição pública com esforços restritos de colocação da Companhia Transudeste de Transmissão ("Transudeste"). O valor total da emissão foi de R\$ 47.500 mil, dividida em 4.750 debêntures, cada uma no valor nominal de R\$ 10 mil. As debêntures têm vencimento em 14 de novembro de 2017 e pagarão juros de 100% do DI + 0,99% a.a., tendo a Oliveira Trust. Distribuidora

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

de Títulos e Valores Mobiliários S.A. como agente fiduciário. As obrigações da escritura serão consideradas vencidas caso a dívida líquida da Transudeste ultrapasse o valor de R\$ 47.500 mil.

Transleste

Em 7 de agosto de 2014, ocorreu a 1^a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, para distribuição pública com esforços restritos de colocação da Companhia Transleste de Transmissão ("Transleste"). O valor total da emissão foi de R\$55.000 mil, dividida em 5.500 debêntures, cada uma no valor nominal de R\$ 10 mil. As debêntures têm vencimento em 7 de agosto de 2020 e pagarão juros de 109,75% do DI a.a., tendo a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários como agente fiduciário. As obrigações da escritura serão consideradas vencidas caso a dívida líquida da Transleste ultrapasse o valor de R\$89.000 mil.

STN

Em 7 de agosto de 2014, ocorreu a 1^a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, para distribuição pública com esforços restritos de colocação da Sistema de Transmissão do Nordeste S.A. ("STN"). O valor total da emissão foi de R\$ 101.000 mil, dividida em 10.100 debêntures, cada uma no valor nominal de R\$ 10 mil. As debêntures têm vencimento em 7 de agosto de 2020 e pagarão juros de 109,75% do DI a.a., tendo a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários como agente fiduciário. As obrigações da escritura serão consideradas vencidas caso a dívida líquida da STN ultrapasse o valor de R\$394.000 mil.

Ferreira Gomes

Em 30 de maio de 2012, foi efetuada a 2^a emissão de R\$200.000 mil em debêntures simples, não conversíveis em ações com valor unitário de R\$10,00, os recursos das debêntures foram transferidos para a Companhia no dia 18 de julho de 2012. Em 16 de abril de 2013 foram quitados R\$ 53.000 mil. A remuneração das debêntures contempla juros de 5,95% ao ano, incidentes sobre o valor unitário atualizado pelo IPCA, base 252 dias úteis, calculado na forma prevista na escritura, com vencimento em 30 de maio de 2014. Em 31 de dezembro de 2013 o saldo do custo de captação era de R\$418 mil (R\$1.260 em 31 de dezembro de 2012). As debêntures possuem cláusulas restritivas (covenants) a serem apuradas com base nas informações financeiras da fiadora (Alupar Investimento S.A.) A fiadora da controlada Ferreira Gomes monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado para cumprimento dos índices (covenants) previstos no contrato. Em 30 de maio de 2014 as debêntures foram quitadas.

Em 15 de junho de 2014 foi efetuada a terceira emissão de 210.900 debêntures simples não conversíveis em ações com valor unitário de R\$1 mil no valor de R\$ 210.900 mil. A Companhia é garantidora da controlada Ferreira Gomes. A remuneração das debêntures contempla juros de 6,4686% ao ano, incidente sobre o valor nominal unitário pelo IPCA, base de 252 dias. Conforme previsto em escritura, os juros remuneratórios serão pagos semestralmente, no dia 15 dos meses de junho e dezembro de 2015 a 2017. Durante esse período de carência a Companhia desembolsará o montante referente a 55% dos juros remuneratórios provisionados sendo que os outros 45% serão incorporados ao valor principal da dívida. Em 15 de dezembro de 2017 ocorrerá a liquidação de 100% dos juros remuneratórios provisionados e a primeira amortização do valor nominal unitário atualizado das debêntures. As amortizações são semestrais e o vencimento da dívida se dará em 15 de dezembro de 2027. As debêntures possuem cláusulas restritivas ("covenants"), a serem apuradas trimestralmente com base nas informações da Companhia e apresentadas ao agente fiduciário (Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários), tais clausulas instituem que a Companhia deverá, sujeita ao vencimento da dívida mediante deliberação dos titulares das debêntures: (i) comprovar Índice de Capital Próprio (Patrimônio Líquido/Ativo Total) igual ou superior a 20%; e (ii) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) de no mínimo 1,20.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

No quarto trimestre de 2016, findo em 31 de dezembro de 2016 a controlada Ferreira Gomes Energia S.A atendeu o Índice de Capitalização (ICP) e o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) estabelecidos no contrato de debêntures. A controlada Ferreira Gomes Energia S.A atingiu os índices acima mencionados para todos os trimestres do exercício de 2016, exceto para o segundo trimestre, findo em 30 de junho de 2016, porém a controlada Ferreira Gomes Energia S.A não encontra-se inadimplente perante o cumprimento de tal índice, pois de acordo com cláusula VII, item 7.2, subitem (xxxiii) da Escritura se faz necessário dois trimestres consecutivos de não atendimento do índice para descumprimento dos covenants.

Energia dos Ventos

Em 16 de outubro de 2014, ocorreu a 1^a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quiografária, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, conforme quadro abaixo:

Financiadores/credores	Empresa	Data da contratação	Valor contratado	Taxa de juros	Amortização do principal	Amortização dos juros	Data da liquidação
1 ^a Emissão (*)	EDV I	16/out/14	21.740	110,0% CDI	Único no final	Único no final	N/A
1 ^a Emissão (*)	EDV II	16/out/14	13.040	110,0% CDI	Único no final	Único no final	N/A
1 ^a Emissão (*)	EDV III	16/out/14	19.570	110,0% CDI	Único no final	Único no final	N/A
1 ^a Emissão (*)	EDV IV	16/out/14	28.260	110,0% CDI	Único no final	Único no final	N/A
1 ^a Emissão (*)	EDV X	16/out/14	17.390	110,0% CDI	Único no final	Único no final	N/A

(*) Apesar de essas debêntures terem sido emitidas em 16 de outubro de 2014, os recursos provenientes das mesmas ingressaram no caixa das controladas EDV I, EDV II, EDV III, EDV IV e EDV X somente em março de 2015, em função do processo de transferência de ações entre a Companhia e Furnas que fora concluído somente em 02 de março de 2015. O valor total da emissão foi de R\$100.000 mil dividida em 10.000 debêntures, cada uma no valor nominal de R\$ 10 mil. As debêntures têm vencimento em 16 de abril de 2016 e pagarão juros de 110% do CDI a.a., tendo a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários como agente fiduciário. Em 16 de abril de 2016, as controladas Energia dos Ventos realizaram a liquidação dessas debêntures.

Windepar

Em 15 de dezembro de 2016, ocorreu a 1^a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quiografária, para distribuição pública com esforços restritos de colocação da Windepar Holding S.A. ("Windepar"). O valor total da emissão foi de R\$ 67.500 mil, dividida em 67.500 debêntures, cada uma no valor nominal de R\$ 10 mil. As debêntures têm vencimento em 15 de dezembro de 2018 e pagarão juros IPCA 7,63% a.a., tendo a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários como agente fiduciário.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Empréstimos e financiamentos

Financiadores / credores	Empresas	Consolidado							
		Circulante				Não circulante			
		Encargos	Principal	Custos a amortizar	31/12/2016	Encargos	Principal	Custos a amortizar	31/12/2016
Moeda estrangeira									
Santander - Contrato nº 2885	Operacionais								
Santander Panamá - Contrato nº 826302	Alupar Peru	-	-	-	-	4.664	48.877	-	53.541
Bancolombia - Contrato nº 161781	Alupar Peru	-	-	-	-	1.451	16.293	-	17.744
Bancolombia - Contrato nº 161782	Risaralda	-	-	-	-	-	-	-	-
Bancolombia - Contrato nº 166276	Risaralda	-	-	-	-	-	-	-	-
Bancolombia - Contrato nº 175893	Risaralda	-	24	-	24	-	-	-	-
Bancolombia - Contrato nº 258419633	Risaralda	-	42	-	42	-	-	-	-
Itaú - Contrato de crédito - IBC00093	Risaralda	479	34.752	-	35.231	-	-	-	-
Banco CorpBanca - contrato de crédito	Risaralda	143	10.860	-	11.003	-	-	-	-
Banco CorpBanca - contrato de crédito	Risaralda	311	21.720	-	22.031	-	-	-	-
Banco CorpBanca - contrato de crédito	Risaralda	205	15.204	-	15.409	-	-	-	-
Banco CorpBanca - contrato de crédito	Risaralda	206	15.204	-	15.410	-	-	-	-
Banco CorpBanca - contrato de crédito	Risaralda	117	8.688	-	8.805	-	-	-	-
Banco CorpBanca - contrato de crédito	Risaralda	147	10.860	-	11.007	-	-	-	-
Banco CorpBanca - contrato de crédito	Risaralda	176	13.032	-	13.208	-	-	-	-
BDMG - Contrato nº 127314	Transleste	22	777	-	799	-	-	-	-
		1.806	131.163	-	132.969	6.115	65.170	-	71.285
Moeda estrangeira									
Santander - Contrato Bridge Credit Agreement	Pré Operacionais								
Santander - Contrato COFIDE	La Vigen	-	187.188	-	187.188	-	-	-	-
	La Vigen	-	112.313	-	112.313	-	-	-	-
		-	299.501	-	299.501	-	-	-	-
		1.806	430.664	-	432.470	6.115	65.170	-	71.285
Subtotal									
Moeda nacional									
FINPE - Contrato nº 02.09.0599.00	Operacionais								
BNDES - Subcrédito A - Contrato nº 09.2.1409.1	Alupar	16	3.631	(111)	3.536	-	1.513	(47)	1.466
BNDES - Subcrédito A - Contrato nº 09.2.1409.1	EBTE	343	11.160	-	11.503	-	82.768	-	82.768
BNDES (FINAME) - Subcrédito B - Contrato nº 09.2.1409.1	EBTE	17	2.889	-	2.906	-	5.538	-	5.538
BNDES - Subcrédito A - Contrato nº 12.2.1001.1	ESDE	57	1.601	-	1.658	-	14.941	-	14.941
BNDES (FINAME) - Subcrédito B - Contrato nº 12.2.1001.1	ESDE	10	1.583	-	1.593	-	7.518	-	7.518
BNDES - Subcrédito A - Contrato nº 11.2.1030.1	ETEM	112	3.309	-	3.421	-	27.573	-	27.573
BNDES - Subcrédito B - Contrato nº 11.2.1030.1	ETEM	3	107	-	110	-	898	-	898
BNDES - Contrato nº 09.2.0118.1	ETES	50	2.067	(4)	2.113	-	11.883	(23)	11.860
BNDES - Subcrédito A - Contrato nº 09.2.1467.1	ETES	7	286	-	293	-	1.644	-	1.644
BNDES (FINAME) - Subcrédito B - Contrato nº 09.2.1467.1	ETES	8	1.556	(32)	1.532	-	2.853	(38)	2.815
BNDES - Subcrédito A - Contrato nº 13.2.1413.1	ETSE	130	3.176	-	3.306	-	34.670	-	34.670
BNDES (FINAME) - Subcrédito B - Contrato nº 13.2.1413.1	ETSE	47	4.438	-	4.485	-	26.259	-	26.259
Banco do Brasil - Contrato nº 40/00039-7	ETVG	111	1.427	(6)	1.532	-	12.700	(40)	12.660
Banco Santander - Contrato nº 000270589715	ETVG	2.460	22.500	-	24.960	-	-	-	-
BNDES - Subcrédito A - Contrato nº 12.2.1390.1	Ferreira Gomes	745	14.566	(240)	15.071	-	194.213	(3.188)	191.025
BNDES - Subcrédito B - Contrato nº 12.2.1390.1	Ferreira Gomes	295	5.765	-	6.060	-	76.868	-	76.868
BNDES - Subcrédito C - Contrato nº 12.2.1390.1	Ferreira Gomes	33	651	-	684	-	8.673	-	8.673
BNDES (FINAME) - Subcrédito D - Contrato nº 12.2.1390.1	Ferreira Gomes	162	24.705	-	24.867	-	123.524	-	123.524
BNDES - Contrato nº 08.2.0070.1	Foz	566	15.298	-	15.864	-	141.507	-	141.507
BNDES - Contrato nº 08.2.0071.1	Ijuí	547	13.028	-	13.575	-	127.023	-	127.023
BNDES - Contrato nº 08.2.0076.1	Lavrínhas	265	9.345	-	9.610	-	68.527	-	68.527
BNDES - Contrato nº 10.2.0477.1	Lavrínhas	37	1.268	-	1.305	-	9.306	-	9.306
FINAME - Subcrédito A - Contrato nº 50002651100	Lavrínhas	-	3	-	3	-	-	-	-
FINAME - Subcrédito B - Contrato nº 50002651100	Lavrínhas	-	1	-	1	-	-	-	-
FINAME - Subcrédito A - Contrato nº 50002651000	Lavrínhas	-	1	-	1	-	-	-	-
FINAME - Subcrédito B - Contrato nº 50002651000	Lavrínhas	-	1	-	1	-	-	-	-
BNDES - Contrato nº 08.2.0075.1	Queluz	261	9.489	-	9.750	-	67.215	-	67.215
BNDES - Contrato nº 10.2.0478.1	Queluz	59	2.078	-	2.137	-	14.720	-	14.720
FINAME - Subcrédito A - Contrato nº 50003291100	Queluz	-	43	-	43	-	26	-	26
BNDES	EDV I	189	1.910	-	2.099	-	55.825	-	55.825
BNDES	EDV II	107	1.078	-	1.185	-	31.512	-	31.512
BNDES	EDV III	163	1.648	-	1.811	-	48.167	-	48.167
BNDES	EDV IV	271	2.730	-	3.001	-	79.804	-	79.804
BNDES	EDVX	137	1.382	-	1.519	-	40.389	-	40.389
BNB - Contratos nº A400000101001 e A400000101002	STN	89	20.353	-	20.442	-	120.758	-	120.758
BDMG (FINAME) - Contrato nº 147068	Transirapé	1	132	-	133	-	341	-	341
BDMG (FINAME PSI) - Contrato nº 177906	Transirapé	26	2.382	-	2.408	-	14.493	-	14.493
BDMG (FINEM) - Contrato nº 193.292	Transirapé	84	421	-	505	-	5.016	-	5.016
BDMG (FINAME) - Contrato nº 215.485	Transirapé	119	-	-	119	-	4.469	-	4.469
BNDM - Credito automático Contrato 215.411	Transirapé	109	-	-	109	-	4.000	-	4.000
BDMG - Contrato nº 127315	Transleste	107	2.461	-	2.568	-	17.639	-	17.639
BNB - Contrato nº 05974828-A	Transleste	33	862	-	895	-	5.424	-	5.424
		7.776	191.331	(393)	198.714	-	1.490.197	(3.336)	1.486.861
Moeda nacional									
Custo de captação BNDES	Pré Operacionais	Verde 8	-	-	(240)	(240)	-	-	-
Nota Promissória - Banco Fator S.A	Verde 8	1.840	30.000	(345)	31.495	-	-	-	-
		1.840	30.000	(585)	31.255	-	-	-	-
		9.616	221.331	(978)	229.969	-	1.490.197	(3.336)	1.486.861
Total - Empréstimos e financiamentos		11.422	651.995	(978)	662.439	6.115	1.555.367	(3.336)	1.558.146

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Financiadores / credores	Empresas	Consolidado							
		Circulante				Não circulante			
		Encargos	Principal	Custos a amortizar	31/12/2015	Encargos	Principal	Custos a amortizar	31/12/2015
Moeda estrangeira									
Santander - Contrato nº 2885	Operacionais								
Santander - Contrato nº 161781	Alupar Peru	-	-	-	-	11.393	69.890	-	81.283
Santander - Contrato Bridge Credit Agreement	La Vigen	17.173	188.188	-	205.361	-	-	-	-
Santander - Contrato COFIDE	La Vigen	-	117.126	-	117.126	-	-	-	-
BDMG - Contrato nº 127314	Transleste	71	1.862	-	1.933	-	931	-	931
		17.244	307.176	-	324.420	11.393	70.821	-	82.214
Moeda estrangeira	Pré Operacionais								
Bancolombia - Contrato nº 161781	Risaralda	23	-	-	23	-	-	-	-
Bancolombia - Contrato nº 161782	Risaralda	23	-	-	23	-	-	-	-
Bancolombia - Contrato nº 166276	Risaralda	43	-	-	43	-	-	-	-
Bancolombia - Contrato nº 175893	Risaralda	68	-	-	68	-	17	-	17
Bancolombia - Contrato nº 258419633	Risaralda	58	-	-	58	-	39	-	39
Itaú - Contrato de crédito - IBC00093	Risaralda	-	455	-	455	-	39.875	-	39.875
Banco CorpBanca - contrato de crédito	Risaralda	-	130	-	130	-	12.462	-	12.462
Banco CorpBanca - contrato de crédito	Risaralda	-	255	-	255	-	24.989	-	24.989
Banco CorpBanca - contrato de crédito	Risaralda	-	64	-	64	-	17.617	-	17.617
		215	904	-	1.119	-	94.999	-	94.999
Subtotal		17.459	308.080	-	325.539	11.393	165.820	-	177.213
Moeda nacional	Operacionais								
Itaú - Arrendamento mercantil - Contrato nº 4573644	Alupar	-	-	-	-	-	-	-	-
Itaú - Arrendamento mercantil - Contrato nº 4575341	Alupar	-	-	-	-	-	-	-	-
FINEP - Contrato nº 02.09.0599.00	Alupar	98	11.804	(111)	11.791	-	16.723	(158)	16.565
BNDES - Subcrédito A - Contrato nº 09.2.1409.1	EBTE	379	11.002	-	11.381	-	92.597	-	92.597
BNDES (FINAME) - Subcrédito B - Contrato nº 09.2.1409.1	EBTE	22	2.889	-	2.911	-	8.427	-	8.427
Safra - CCB - Contrato nº 006265476	ECTE	-	-	-	-	-	-	-	-
BNDES - Subcrédito A - Contrato nº 12.2.1001.1	ESDE	62	1.578	-	1.640	-	16.307	-	16.307
BNDES (FINAME) - Subcrédito B - Contrato nº 12.2.1001.1	ESDE	12	1.583	-	1.595	-	9.102	-	9.102
BNDES - Subcrédito A - Contrato nº 11.2.1030.1	ETEM	121	3.262	-	3.383	-	30.445	-	30.445
BNDES - Subcrédito B - Contrato nº 11.2.1030.1	ETEM	4	106	-	110	-	990	-	990
BNDES - Contrato nº 09.2.0118.1	ETES	56	2.037	(4)	2.089	-	13.752	(27)	13.725
BNDES - Subcrédito A - Contrato nº 09.2.1467.1	ETES	8	282	-	290	-	1.903	-	1.903
BNDES (FINAME) - Subcrédito B - Contrato nº 09.2.1467.1	ETES	12	1.556	(32)	1.536	-	4.409	(70)	4.339
BNDES - Subcrédito A - Contrato nº 13.2.1413.1	ETSE	139	3.131	-	3.270	-	37.309	-	37.309
BNDES (FINAME) - Subcrédito B - Contrato nº 13.2.1413.1	ETSE	54	4.438	-	4.492	-	30.698	-	30.698
Banco do Brasil - Contrato nº 40/00039-7	ETVG	122	1.427	(6)	1.543	-	14.127	(46)	14.081
Banco Santander - Contrato nº 000270589715	ETVG	1.810	22.500	-	24.310	-	-	-	-
BNDES - Subcrédito A - Contrato nº 12.2.1390.1	Ferreira Gomes	784	14.359	(240)	14.903	-	205.822	(3.427)	202.395
BNDES - Subcrédito B - Contrato nº 12.2.1390.1	Ferreira Gomes	312	5.683	-	5.995	-	81.462	-	81.462
BNDES - Subcrédito C - Contrato nº 12.2.1390.1	Ferreira Gomes	34	642	-	676	-	9.191	-	9.191
BNDES (FINAME) - Subcrédito D - Contrato nº 12.2.1390.1	Ferreira Gomes	191	24.705	-	24.896	-	148.228	-	148.228
BNDES - Contrato nº 08.2.0070.1	Foz	612	15.081	-	15.693	-	154.584	-	154.584
BNDES - Contrato nº 08.2.0071.1	Ijuí	590	12.843	-	13.433	-	138.068	-	138.068
BNDES - Contrato nº 08.2.0076.1	Lavrínhas	292	9.212	-	9.504	-	76.768	-	76.768
BNDES - Contrato nº 10.2.0477.1	Lavrínhas	41	1.251	-	1.292	-	10.425	-	10.425
FINAME - Subcrédito A - Contrato nº 50002651100	Lavrínhas	-	23	-	23	-	4	-	4
FINAME - Subcrédito B - Contrato nº 50002651100	Lavrínhas	-	7	-	7	-	1	-	1
FINAME - Subcrédito A - Contrato nº 50002651000	Lavrínhas	-	3	-	3	-	1	-	1
FINAME - Subcrédito B - Contrato nº 50002651000	Lavrínhas	-	1	-	1	-	-	-	-
BNDES - Contrato nº 08.2.0975.1	Queluz	289	9.354	-	9.643	-	75.618	-	75.618
BNDES - Contrato nº 10.2.0478.1	Queluz	65	2.049	-	2.114	-	16.561	-	16.561
FINAME - Subcrédito A - Contrato nº 50003291100	Queluz	-	43	-	43	-	67	-	67
Custo de captação BNDES	Verde 8	-	-	(240)	(240)	-	-	-	-
BNB - Contratos nº A400000101001 e A400000101002	STN	102	19.343	-	19.445	-	141.111	-	141.111
BDMG (FINAME) - Contrato nº 147068	Transirapé	1	132	-	133	-	473	-	473
BDMG (FINAME PSI) - Contrato nº 177906	Transirapé	141	2.184	-	2.325	-	16.875	-	16.875
BDMG (FINEM) - Contrato nº 193.292	Transirapé	48	421	-	469	-	5.402	-	5.402
BDMG - Contrato nº 127315	Transleste	120	2.461	-	2.581	-	20.100	-	20.100
BNB - Contrato nº 05974828-A	Transleste	39	1.139	-	1.178	-	6.286	-	6.286
		6.560	188.531	(633)	194.458	-	1.383.836	(3.728)	1.380.108
Moeda nacional	Pré Operacionais								
Outros	GET	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal		6.560	188.531	(633)	194.458	-	1.383.836	(3.728)	1.380.108
Total - Empréstimos e financiamentos - Circulante		24.019	496.611	(633)	519.997	11.393	1.549.656	(3.728)	1.557.321

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Financiadores / credores	Empresas	Consolidado							
		Circulante				Não circulante			
		Encargos	Principal	Custos a amortizar	31/12/2014	Encargos	Principal	Custos a amortizar	31/12/2014
Moeda estrangeira									
Santander - Contrato nº 2885	Operacionais	-	-	-	-	180	26.685	-	26.865
BNDES - Subcrédito A - Contrato nº 04.2.123.3.1	Alupar Peru	-	-	-	-	-	-	-	-
BDMG - Contrato nº 127314	ERTE	-	-	-	-	-	-	-	-
	Transleste	82	1.267	-	1.349	-	1.900	-	1.900
		82	1.267	-	1.349	180	28.585	-	28.765
Moeda estrangeira									
Bancolombia - Contrato nº 142516	Pré Operacionais	-	-	-	-	-	-	-	-
Bancolombia - Contrato nº 161781	Risaralda	-	51	-	51	-	9	-	9
Bancolombia - Contrato nº 161782	Risaralda	-	51	-	51	-	9	-	9
Bancolombia - Contrato nº 166276	Risaralda	-	54	-	54	-	27	-	27
Itaú - Contrato de crédito - IBC00093	Risaralda	369	-	-	369	-	35.583	-	35.583
		369	156	-	525	-	35.628	-	35.628
Subtotal		451	1.423	-	1.874	180	64.213	-	64.393
Moeda nacional									
Itaú - Arrendamento mercantil - Contrato nº 4573644	Operacionais	-	6	-	6	-	-	-	-
Itaú - Arrendamento mercantil - Contrato nº 4575341	Alupar	-	30	-	30	-	1	-	1
FINEP - Contrato nº 02.09.0599.00	Alupar	138	11.804	(111)	11.831	-	28.527	(269)	28.258
Itaú - Nota promissória - Contrato nº 001/140	EATE	-	-	-	-	-	-	-	-
BNDES - Subcrédito A - Contrato nº 09.2.1409.1	EBTE	371	10.962	-	11.333	-	103.227	-	103.227
BNDES (FINAME) - Subcrédito B - Contrato nº 09.2.1409.1	EBTE	28	2.889	-	2.917	-	11.315	-	11.315
Safra - CCB - Contrato nº 006254547	ECTE	14	15.000	-	15.014	-	-	-	-
BNDES - Subcrédito B e C - Contrato nº 04.2.123.3.1	ERTE	-	-	-	-	-	-	-	-
BNDES - Contrato nº 12.2.20058.1	ERTE	-	-	-	-	-	-	-	-
BNDES - Subcrédito A - Contrato nº 12.2.1001.1	ESDE	61	1.573	-	1.634	-	17.821	-	17.821
BNDES (FINAME) - Subcrédito B - Contrato nº 12.2.1001.1	ESDE	13	1.582	-	1.595	-	10.684	-	10.684
BNDES - Subcrédito A - Contrato nº 11.2.1030.1	ETEM	118	3.250	-	3.368	-	33.585	-	33.585
BNDES - Subcrédito B - Contrato nº 11.2.1030.1	ETEM	3	106	-	109	-	1.093	-	1.093
BNDES - Contrato nº 09.2.0118.1	ETES	56	2.030	-	2.086	-	15.733	-	15.733
BNDES - Subcrédito A - Contrato nº 09.2.1467.1	ETES	8	281	(4)	285	-	2.176	(31)	2.145
BNDES (FINAME) - Subcrédito B - Contrato nº 09.2.1467.1	ETES	15	1.556	(32)	1.539	-	5.965	(102)	5.863
Banco do Brasil - Contrato nº 40/00039-7	ETVG	134	1.427	(6)	1.555	-	15.553	(52)	15.501
BNDES - Subcrédito A - Contrato nº 12.2.1390.1	Ferreira Gomes	3.366	9.189	(179)	12.376	-	211.351	(2.740)	208.611
BNDES - Subcrédito B - Contrato nº 12.2.1390.1	Ferreira Gomes	1.332	3.637	-	4.969	-	83.651	-	83.651
BNDES - Subcrédito C - Contrato nº 12.2.1390.1	Ferreira Gomes	73	414	-	487	-	9.512	-	9.512
BNDES (FINAME) - Subcrédito D - Contrato nº 12.2.1390.1	Ferreira Gomes	928	16.271	-	17.199	-	170.845	-	170.845
Itaú - Arrendamento mercantil - Contrato nº 4571823	Foz	-	-	-	-	-	-	-	-
BNDES - Contrato nº 08.2.0070.1	Foz	588	15.027	-	15.615	-	169.054	-	169.054
Itaú - Arrendamento mercantil - Contrato nº 4571823	Ijuí	-	-	-	-	-	-	-	-
BNDES - Contrato nº 08.2.0071.1	Ijuí	570	12.798	-	13.368	-	150.368	-	150.368
BNDES - Contrato nº 08.2.0976.1	Lavrinhos	283	9.179	-	9.462	-	85.671	-	85.671
BNDES - Contrato nº 10.2.0477.1	Lavrinhos	40	1.246	-	1.286	-	11.634	-	11.634
FINAME - Subcrédito A - Contrato nº 50002651100	Lavrinhos	-	23	-	23	-	27	-	27
FINAME - Subcrédito B - Contrato nº 50002651100	Lavrinhos	-	7	-	7	-	8	-	8
FINAME - Subcrédito A - Contrato nº 50002651000	Lavrinhos	-	3	-	3	-	4	-	4
FINAME - Subcrédito B - Contrato nº 50002651000	Lavrinhos	-	1	-	1	-	1	-	1
BNDES - Contrato nº 08.2.0975.1	Queluz	280	9.322	-	9.602	-	84.667	-	84.667
BNDES - Contrato nº 10.2.0478.1	Queluz	64	2.042	-	2.106	-	18.543	-	18.543
FINAME - Subcrédito A - Contrato nº 50003291100	Queluz	-	42	-	42	-	110	-	110
Banco do Brasil - Contrato nº 40/00475.9	STN	-	-	-	-	-	-	-	-
BNB - Contratos nº A400000101001 e A400000101002	STN	113	18.385	-	18.498	-	160.454	-	160.454
BDMG (FINAME) - Contrato nº 147068	Transirapé	2	132	-	134	-	605	-	605
BDMG (FINAME PSI) - Contrato nº 177906	Transirapé	99	-	-	99	-	15.809	-	15.809
BDMG (FINEM) - Contrato nº 193.292	Transirapé	2	93	-	95	-	5.099	-	5.099
BDMG - Contrato nº 127315	Transleste	144	2.552	-	2.696	-	23.394	-	23.394
BNB - Contrato nº 05974828-A	Transleste	44	780	-	824	-	7.425	-	7.425
		8.887	153.639	(332)	162.194	-	1.453.912	(3.194)	1.450.718
Moeda nacional									
BNDES - Subcrédito A - Contrato nº 13.2.1413.1	Pré Operacionais	ETSE	320	1.749	-	2.069	-	38.720	-
BNDES (FINAME) - Subcrédito B - Contrato nº 13.2.1413.1	ETSE	50	4.033	-	4.083	-	31.931	-	31.931
Itaú - CCB - Contrato nº 101113120010100	ETSE	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	GET	-	-	-	-	-	168	-	168
		370	5.782	-	6.152	-	70.819	-	70.819
Subtotal		9.257	159.421	(332)	168.346	-	1.524.731	(3.194)	1.521.537
Total - Empréstimos e financiamentos - Circulante		9.708	160.844	(332)	170.220	180	1.588.944	(3.194)	1.585.930

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Características dos empréstimos e financiamentos

Financiadores / credores	Empresas operacionais	Consolidado							
		Condições contratadas dos empréstimos e financiamentos							
		Data da Contratação	Vencimento	Principal contratado	Encargos financeiros a.a.		Periodicidade da amortização		
					Indexador	Juros (%)	Principal	Encargos	
Moeda nacional - R\$									
FINEP - Contrato nº 02.09.0599.00	Alupar	dez/09	mai/18	72.841	-	8,00	Mensal	Mensal	
BNDES - Subcrédito A - Contrato nº 09.2.1409.1	EBTE	dez/09	mai/25	141.652	TJLP	2,56	Mensal	Mensal	
BNDES (FINAME) - Subcrédito B - Contrato nº 09.2.1409.1	EBTE	dez/09	nov/19	23.498	-	4,50	Mensal	Mensal	
BNDES - Subcrédito A - Contrato nº 12.2.1001.1	ESDE	nov/12	abr/27	26.319	TJLP	2,08	Mensal	Mensal	
BNDES (FINAME) - Subcrédito B - Contrato nº 12.2.1001.1	ESDE	nov/12	set/22	16.478	-	2,50	Mensal	Mensal	
BNDES - Subcrédito A - Contrato nº 11.2.1030.1	ETEM	dez/11	abr/26	44.700	TJLP	2,44	Mensal	Mensal	
BNDES - Subcrédito B - Contrato nº 11.2.1030.1	ETEM	dez/11	abr/26	2.100	TJLP	2,04	Mensal	Mensal	
BNDES - Contrato nº 09.2.0118.1	ETES	mai/09	set/23	27.714	TJLP	2,37	Mensal	Mensal	
BNDES - Subcrédito A - Contrato nº 09.2.1467.1	ETES	dez/09	set/23	3.357	TJLP	2,38	Mensal	Mensal	
BNDES (FINAME) - Subcrédito B - Contrato nº 09.2.1467.1	ETES	dez/09	out/19	13.981	-	4,50	Mensal	Mensal	
BNDES - Subcrédito A - Contrato nº 13.2.1413.1	ETSE	dez/13	nov/28	39.159	TJLP	2,02	Mensal	Mensal	
BNDES (FINAME) - Subcrédito B - Contrato nº 13.2.1413.1	ETSE	dez/13	nov/23	39.254	-	3,50	Mensal	Mensal	
Banco do Brasil - Contrato nº 40/00039-7	ETVG	dez/11	dez/26	17.835	-	10,00	Mensal	Trimestral	
Banco Santander - Contrato nº 000270589715	ETVG	jun/15	jan/17	22.500	CDI	1,15	Único no final	Único no final	
BNDES - Subcrédito A - Contrato nº 12.2.1390.1	Ferreira Gomes	dez/12	abr/31	198.420	TJLP	2,34	Mensal	Mensal	
BNDES - Subcrédito B - Contrato nº 12.2.1390.1	Ferreira Gomes	dez/12	abr/31	78.540	TJLP	2,34	Mensal	Mensal	
BNDES - Subcrédito C - Contrato nº 12.2.1390.1	Ferreira Gomes	dez/12	abr/31	9.500	TJLP	2,34	Mensal	Mensal	
BNDES (FINAME) - Subcrédito D - Contrato nº 12.2.1390.1	Ferreira Gomes	dez/12	dez/22	181.850	-	2,50	Mensal	Mensal	
BNDES - Contrato nº 08.2.0070.1	Foz	abr/08	mar/27	201.630	TJLP	2,44	Mensal	Mensal	
BNDES - Contrato nº 08.2.0071.1	Ijuí	abr/08	set/27	168.200	TJLP	3,17	Mensal	Mensal	
BNDES - Contrato nº 08.2.0976.1	Lavrínhas	mar/09	abr/25	111.185	TJLP	1,93	Mensal	Mensal	
BNDES - Contrato nº 10.2.0477.1	Lavrínhas	ago/10	abr/25	16.875	TJLP	2,22	Mensal	Mensal	
FINAME - Subcrédito A - Contrato nº 50002651100	Lavrínhas	fev/12	fev/17	104	-	10,00	Mensal	Mensal	
FINAME - Subcrédito B - Contrato nº 50002651100	Lavrínhas	fev/12	fev/17	30	TJLP	5,70	Mensal	Mensal	
FINAME - Subcrédito A - Contrato nº 50002651000	Lavrínhas	fev/12	fev/17	15	-	10,00	Mensal	Mensal	
FINAME - Subcrédito B - Contrato nº 50002651000	Lavrínhas	fev/12	fev/17	4	TJLP	5,70	Mensal	Mensal	
BNDES - Contrato nº 08.2.0975.1	Queluz	mar/09	jan/25	114.647	TJLP	1,93	Mensal	Mensal	
BNDES - Contrato nº 10.2.0478.1	Queluz	ago/10	jan/25	27.716	TJLP	2,22	Mensal	Mensal	
FINAME - Subcrédito A - Contrato nº 50003291100	Queluz	jun/13	jul/18	192	-	3,00	Mensal	Mensal	
BNB - Contratos nº A400000101001 e A400000101002	STN	jun/04	jun/24	299.995	-	10,00	Mensal	Mensal	
BDMG (FINAME) - Contrato nº 147068	Transirapé	jun/10	jul/20	1.187	-	4,50	Mensal	Mensal	
BDMG (FINAME PSI) - Contrato nº 177906	Transirapé	dez/13	jan/24	19.761	-	3,50	Mensal	Mensal	
BDMG (FINEM) - Contrato nº 193.292	Transirapé	out/14	out/29	5.893	TJLP	3,50	Mensal	Mensal	
BDMG - Contrato nº 215.411/16	Transirapé	abr/16	abr/26	4.000	TJLP	6,00	Mensal	Mensal	
BDMG - Contrato nº 215.485/16	Transirapé	abr/16	abr/21	4.469	TJLP	4,50	Mensal	Mensal	
BDMG - Contrato nº 127315	Transleste	mar/05	mar/25	47.029	-	9,50	Mensal	Mensal	
BNB - Contrato nº 05974828-A	Transleste	mar/05	mar/25	15.000	-	9,50	Mensal	Mensal	
Moeda estrangeira - Cesta de moedas - USD									
Santander - Contrato nº 2885	Alupar Peru	out/14	out/17	USD 15.000	Líbor (*)	3,85	Único no final	Único no final	
Santander Panamá - Contrato nº 826302	Alupar Peru	dez/14	dez/17	USD 5.000	Líbor (*)	3,85	Único no final	Único no final	
BDMG - Contrato nº 127314	Transleste	mar/05	jan/17	12.971	-	5,00	Semestral	Semestral	

(*) Taxa líbor é uma taxa de juros de referência utilizada por um grande número de bancos que operam no mercado londrino. A taxa Líbor do contrato é a de 12 meses.

Financiadores / credores	Empresas pré-operacionais	Consolidado							
		Condições contratadas dos empréstimos e financiamentos							
		Data da Contratação	Vencimento	Principal contratado	Encargos financeiros a.a.		Periodicidade da amortização		
					Indexador	Juros (%)	Principal	Encargos	
Moeda nacional - R\$									
BNDES - Contrato nº 15.2.0778.1 (*)	EDV I	fev/16	out/32	57.990	TJLP	2,18	Mensal	Mensal	
BNDES - Contrato nº 15.2.0778.1 (*)	EDV II	fev/16	out/32	32.220	TJLP	2,18	Mensal	Mensal	
BNDES - Contrato nº 15.2.0778.1 (*)	EDV III	fev/16	out/32	49.007	TJLP	2,18	Mensal	Mensal	
BNDES - Contrato nº 15.2.0778.1 (*)	EDV IV	fev/16	out/32	81.041	TJLP	2,18	Mensal	Mensal	
BNDES - Contrato nº 15.2.0778.1 (*)	EDV X	fev/16	out/32	41.042	TJLP	2,18	Mensal	Mensal	
Nota Promissória Comercial Banco Fator S.A	Verde 8	ago/16	ago/17	30.000	CDI	2,11	Único no final	Único no final	
Moeda estrangeira - Pesos colombianos									
Bancobolívia - Contrato nº 175893 (***)	Risaralda	mar/15	mar/17	COP 98.000.000	DTF (T.A.) (*)	8,69	Mensal	Mensal	
Itaú - Contrato de crédito - IBC00093 (***)	Risaralda	nov/14	nov/17	COP 32.000.000.000	IBR (TV) (**)	3,60	Único no final	Único no final	
Banco CorpBanca - contrato de crédito	Risaralda	ago/15	nov/17	COP 10.000.000.000	IBR (TV) (**)	3,60	Único no final	Único no final	
Banco CorpBanca - contrato de crédito	Risaralda	out/15	nov/17	COP 20.000.000.000	IBR (TV) (**)	3,60	Único no final	Único no final	
Banco CorpBanca - contrato de crédito	Risaralda	dez/15	nov/17	COP 14.000.000.000	IBR (TV) (**)	3,60	Único no final	Único no final	
Banco CorpBanca - contrato de crédito	Risaralda	fev/16	nov/17	COP 14.000.000.000	IBR (TV) (**)	3,60	Único no final	Único no final	
Banco CorpBanca - contrato de crédito	Risaralda	mar/16	nov/17	COP 8.000.000.000	IBR (TV) (**)	3,60	Único no final	Único no final	
Banco CorpBanca - contrato de crédito	Risaralda	abr/16	nov/17	COP 10.000.000.000	IBR (TV) (**)	3,60	Único no final	Único no final	
Moeda estrangeira - Dolar									
Santander - Contrato Bridge Credit Agreement	La Virgen	jan/16	mar/17	USD 50.000.000	Líbor	3,80	Único no final	Semestral	
Santander - Contrato COFIDE Bridge	La Virgen	dez/15	mar/17	USD 30.000.000	Líbor	3,00	Único no final	Trimestral	

(*) primeira tranche liberada 29-mar-2016 no montante de R\$ 151.450

(**) Indicador Bancário de Referência - IBR Trimestral na Colômbia (Taxa em 31/12/2014 - 4,36% a.a.)

(***) Montante contratado em pesos colombianos

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Debêntures

Financiadores / credores	Empresas	Controladora/ Consolidado							
		Circulante				Não Circulante			
		Encargos	Principal	Custos a amortizar	31/12/2016	Encargos	Principal	Custos a amortizar	31/12/2016
4ª Emissão	Alupar	9.163	99.990	(159)	108.994	-	50.010	-	50.010
5ª Emissão	Alupar	2.574	20.598	(13)	23.159	-	370.756	(122)	370.634
6ª Emissão	Alupar	4.155	-	(1.230)	2.925	-	282.646	(4.101)	278.545
		15.892	120.588	(1.402)	135.078	-	703.412	(4.223)	699.189
Operacionais									
1º emissão	Windepar	-	-	-	-	322	67.500	(1.006)	66.816
1º Emissão	EATE	-	-	-	-	-	-	-	-
2ª Emissão	EATE	1.677	60.000	(51)	61.626	-	-	(4)	(4)
3ª Emissão	EATE	932	83.052	(134)	83.850	-	103.896	(59)	103.837
4ª Emissão	EATE	3.022	37.412	(61)	40.373	-	102.882	(61)	102.821
5ª Emissão 1ª emissão	EATE	1.306	-	(101)	1.205	-	126.000	(151)	125.849
5ª Emissão 2ª emissão	EATE	574	-	(27)	547	-	54.000	(87)	53.913
2ª Emissão	ECTE	935	40.000	(25)	40.910	-	-	-	-
3ª Emissão	ECTE	1.488	-	(258)	1.230	-	65.002	(267)	64.735
1ª Emissão	ENTE	-	-	-	-	-	-	-	-
2ª Emissão	ENTE	4.713	58.353	(95)	62.971	-	160.470	(97)	160.373
3ª Emissão 1ª Série	ENTE	290	-	(64)	226	-	28.000	(96)	27.904
3ª Emissão 2ª Série	ENTE	128	-	(17)	111	-	12.000	(55)	11.945
1ª Emissão	ETEP	-	-	-	-	-	-	-	-
2ª Emissão	ETEP	1.311	16.235	(48)	17.498	-	44.647	(49)	44.598
3ª Emissão	Ferreira Gomes	2.220	1.105	(1.319)	2.006	-	275.054	(13.192)	261.862
1º Emissão	STN	1.970	23.765	(116)	25.619	-	65.352	(184)	65.168
1º Emissão	Transirapé	291	15.938	(35)	16.194	-	-	-	-
1º Emissão	Transleste	1.049	12.941	(56)	13.934	-	35.760	(145)	35.615
1ª Emissão	Transudeste	343	18.763	(39)	19.067	-	-	-	-
		22.249	367.564	(2.446)	387.367	322	1.140.563	(15.453)	1.125.432
2ª Emissão	EDV X	-	-	-	-	-	-	-	-
		-	-	-	-	-	-	-	-
Total - Debêntures		38.141	488.152	(3.848)	522.445	322	1.843.975	(19.676)	1.824.621

Financiadores / credores	Empresas	Consolidado							
		Circulante				Não Circulante			
		Encargos	Principal	Custos a amortizar	31/12/2015	Encargos	Principal	Custos a amortizar	31/12/2015
Operacionais									
3ª Emissão	Alupar	-	-	-	-	-	-	-	-
4ª Emissão	Alupar	9.356	-	(160)	9.196	-	150.000	(146)	149.854
5ª Emissão	Alupar	2.565	19.252	(13)	21.804	-	365.795	(136)	365.659
6ª Emissão	Alupar	3.975	-	(1.230)	2.745	-	265.342	(5.331)	260.011
1ª Emissão	EATE	114	19.652	(2)	19.764	-	-	-	-
2ª Emissão	EATE	3.501	60.000	(101)	63.400	-	60.000	(43)	59.957
3ª Emissão	EATE	1.389	83.052	(244)	84.197	-	186.948	(187)	186.761
4ª Emissão	EATE	3.424	18.706	(94)	22.036	-	140.294	(121)	140.173
1ª Emissão	ECTE	-	-	-	-	-	-	-	-
2ª Emissão	ECTE	1.570	24.000	(57)	25.513	-	40.000	(25)	39.975
3ª Emissão	ECTE	1.596	4.998	(312)	6.282	-	65.002	(521)	64.481
1ª Emissão	ENTE	60	10.372	(1)	10.431	-	-	-	-
2ª Emissão	ENTE	5.342	29.177	(147)	34.372	-	218.823	(188)	218.635
1ª Emissão	ETEP	8	13.277	(16)	13.269	-	-	-	-
2ª Emissão	ETEP	1.486	8.118	(74)	9.530	-	60.882	(95)	60.787
3ª Emissão	Ferreira Gomes	383	-	(1.319)	(936)	312	254.137	(14.511)	239.938
1ª Emissão	STN	2.176	11.882	(116)	13.942	-	89.118	(301)	88.817
1ª Emissão	Transirapé	503	11.688	(39)	12.152	-	15.938	(36)	15.902
1ª Emissão	Transleste	1.188	6.491	(56)	7.623	-	48.682	(202)	48.480
1ª Emissão	Transudeste	597	14.013	(43)	14.567	-	18.763	(40)	18.723
		39.233	334.678	(4.024)	369.887	312	1.979.724	(21.883)	1.958.153
Pré Operacionais									
1ª Emissão	EDV I	3.804	21.740	(112)	25.432	-	-	-	-
2ª Emissão	EDV I	1.601	23.000	(215)	24.386	-	-	-	-
1ª Emissão	EDV II	2.281	13.040	(70)	15.251	-	-	-	-
2ª Emissão	EDV II	906	13.000	(125)	13.781	-	-	-	-
1ª Emissão	EDV III	3.424	19.570	(101)	22.893	-	-	-	-
2ª Emissão	EDV III	1.253	18.000	(170)	19.083	-	-	-	-
1ª Emissão	EDV IV	4.944	28.260	(142)	33.062	-	-	-	-
2ª Emissão	EDV IV	1.671	24.000	(224)	25.447	-	-	-	-
1ª Emissão	EDV X	3.042	17.390	(91)	20.341	-	-	-	-
2ª Emissão	EDV X	1.532	22.000	(206)	23.326	-	-	-	-
		24.458	200.000	(1.456)	223.002	-	-	-	-
Total - Debêntures - Circulante		63.691	534.678	(5.480)	592.889	312	1.979.724	(21.883)	1.958.153

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Financiadores / credores	Empresas	Consolidado						
		Circulante				Não Circulante		
		Encargos	Principal	Custos a amortizar	31/12/2014	Encargos	Principal	Custos a amortizar
Operacionais								
3ª Emissão	Alupar	229	75.000	(301)	74.928	-	-	-
4ª Emissão	Alupar	7.690	-	(160)	7.530	-	150.000	(306) 149.694
5ª Emissão	Alupar	50.805	-	(13)	50.792	-	300.000	(148) 299.852
1ª Emissão	EATE	479	78.543	(89)	78.933	-	19.652	(3) 19.649
2ª Emissão	EATE	3.212	15.000	(123)	18.089	-	120.000	(130) 119.870
3ª Emissão	EATE	1.169	-	(250)	919	-	270.000	(431) 269.569
4ª Emissão	EATE	7.632	-	(85)	7.547	-	159.000	(221) 158.779
1ª Emissão	ECTE	100	16.363	(27)	16.436	-	4.094	(1) 4.093
2ª Emissão	ECTE	1.647	16.000	(77)	17.570	-	64.000	(82) 63.918
1ª Emissão	ENTE	253	41.453	(51)	41.655	-	10.372	(1) 10.371
2ª Emissão	ENTE	11.904	-	(131)	11.773	-	248.000	(342) 247.658
1ª Emissão	ETEP	13	14.482	(52)	14.443	-	13.277	(17) 13.260
2ª Emissão	ETEP	3.313	-	(66)	3.247	-	69.000	(173) 68.827
3ª Emissão	Ferreira Gomes	-	-	(1.309)	(1.309)	2.682	221.404	(15.663) 208.423
1ª Emissão	STN	4.848	-	(116)	4.732	-	101.000	(417) 100.583
1ª Emissão	Transirapé	568	10.200	(38)	10.730	-	27.625	(74) 27.551
1ª Emissão	Transleste	2.648	-	(56)	2.592	-	55.172	(257) 54.915
1ª Emissão	Transudeste	642	9.976	(43)	10.575	-	32.775	(82) 32.693
		97.152	277.017	(2.987)	371.182	2.682	1.865.371	(18.348) 1.849.705
Total - Debêntures - Circulante		97.152	277.017	(2.987)	371.182	2.682	1.865.371	(18.348) 1.849.705

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Características das debêntures

Financiadores / credores	Empresas operacionais	Consolidado						
		Condições contratadas das debêntures						
		Data da Contratação	Vencimento	Principal contratado	Taxa efetiva a.a.		Periodicidade da amortização	
					Indexador	Juros (%)	Principal	Encargos
4ª Emissão	Alupar	fev/12	fev/18	150.000	CDI	1,45	Semestral	Semestral
5ª Emissão	Alupar	mai/12	mai/27	300.000	IPCA	7,80	Anual	Semestral
6ª Emissão	Alupar	abr/15	abr/21	250.000	IPCA	7,33	Anual	Semestral
1ª Emissão	Windepar	dez/16	dez/28	67.500	IPCA	7,63	Semestral	Semestral
2ª Emissão	EATE	out/12	out/17	150.000	CDI	0,99	Semestral	Semestral
3ª Emissão	EATE	mar/14	mar/19	270.000	CDI	1,15	Trimestral	Trimestral
4ª Emissão	EATE	ago/14	ago/20	159.000	109,75% CDI		Trimestral	Trimestral
5ª Emissão - 1ª emissão	EATE	set/16	set/19	126.000	113,00% CDI		Único no final	mensal
5ª Emissão - 2ª emissão	EATE	set/16	set/21	54.000	116,00% CDI		Único no final	mensal
2ª Emissão	ECTE	out/12	out/17	80.000	CDI	0,99	Semestral	Semestral
3ª Emissão	ECTE	mai/15	fev/20	70.000	CDI	2,15	Trimestral	Trimestral
2ª Emissão	ENTE	ago/14	ago/20	248.000	109,75% CDI		Trimestral	Trimestral
3ª Emissão - 1ª emissão	ENTE	set/16	set/19	28.000	113,00% CDI		Único no final	mensal
3ª Emissão - 2ª emissão	ENTE	set/16	set/21	12.000	116,00% CDI		Único no final	mensal
2ª Emissão	ETEP	ago/14	ago/20	69.000	109,75% CDI		Trimestral	Trimestral
3ª Emissão	Ferreira Gomes	jun/14	dez/27	210.900	IPCA	6,47	Semestral	Semestral
1ª Emissão	STN	ago/14	ago/20	101.000	109,75% CDI		Trimestral	Trimestral
1ª Emissão	Transirapé	nov/12	nov/17	42.500	CDI	0,99	Semestral	Semestral
1ª Emissão	Transleste	ago/14	ago/20	55.000	109,75% CDI		Trimestral	Trimestral
1ª Emissão	Transudeste	nov/12	nov/17	47.500	CDI	0,99	Semestral	Semestral

(ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Nesta data, não há outras relações de longo prazo com instituições financeiras, além das descritas nos itens 10.1 (f) (i) e (ii) acima.

(iii) grau de subordinação entre as dívidas

Empréstimos concedidos por nós, nossos acionistas ou afiliadas, a determinadas subsidiárias, podem encontram-se subordinados ao pagamento de determinadas dívidas das respectivas subsidiárias devedoras perante credores. Assim, em caso de evento de inadimplemento da subsidiária devedora perante certos credores, ficará a referida subsidiária impedida de efetuar qualquer pagamento a seus acionistas, seja no âmbito dos contratos de empréstimo acima referidos ou a qualquer outro título.

Além disso, as nossas dívidas que são garantidas com garantia real contam com preferências no pagamento sobre as dívidas quirografárias, nos termos da Lei 11.101, de 9 de fevereiro de 2005.

(iv) eventuais restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

As debêntures emitidas pela Companhia e suas controladas possuem algumas cláusulas restritivas à Companhia comuns em dívidas dessa natureza, relacionadas, principalmente, (i) à mudança de controle societário; (ii) à transferência de ativos operacionais; (iii) ao não atendimento de qualquer dos índices e limites financeiros relacionados, e.g. dívida líquida / (dividendos + JCP + EBITDA) ou dividendos distribuídos / lucro líquido; (iv) ao descumprimento de qualquer obrigação pecuniária relacionada às debêntures ou de determinadas obrigações pecuniárias exigidas no âmbito de outros instrumentos de endividamento envolvendo a Companhia e suas controladas, ou ainda no caso de aceleração de outras dívidas; e (v) ao pagamento de dividendo superiores ao mínimo obrigatório, caso a respectiva emissora tenha

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

inadimplido quaisquer pagamentos no âmbito das debêntures. Nós acreditamos que todas essas cláusulas são consideradas padrão para este tipo de operação.

As cláusulas restritivas quantitativas da Companhia e de suas controladas estão relacionadas, principalmente, com índices financeiros obtidos utilizando o EBITDA, tal como o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida ("ICSD"), e que são calculados anualmente. O não cumprimento dessas cláusulas restritivas acarreta o vencimento antecipado do empréstimo e financiamento.

Em 31 de dezembro de 2016, todas as cláusulas restritivas da controladora e das controladas foram atendidas, com exceção da SPE Ferreira Gomes Energia, o qual, em 28 de dezembro de 2016, o BNDES autorizou a Companhia a ficar desobrigada, exclusivamente para o exercício de 2016, da obrigação de atender o índice de cobertura do serviço da dívida. O "waiver" prevê que o ICSD não sendo atingido a SPE Ferreira Comes Energia estará obrigada a efetuar um depósito complementar em suas contas garantia no montante aproximado de R\$ 16.524 mil, que está previsto para ser efetivado após aprovação das demonstrações financeiras da controladora. Referente ao índice de capitalização, o mesmo foi atendido.

(g) limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

A Companhia, em 31 de dezembro de 2016, possui os seguintes saldos dos seus contratos de financiamentos a serem liberados:

Controlada	Montante contratado	Liberações					Saldo a Liberar
		Subcrédito A1	Subcrédito A1	Subcrédito A1	Subcrédito A1		
		29/03/2016	23/05/2016	15/07/2016	15/08/2016	Total	
EDV I	57.990	38.900	-	16.785	-	55.685	2.305
EDV II	32.220	-	28.000	1.096	2.592	31.688	532
EDV III	49.007	30.000	-	17.132	1.023	48.155	852
EDV IV	81.041	55.550	-	24.056	-	79.606	1.435
EDV X	41.042	27.000	-	13.320	-	40.320	722
Total	261.300	151.450	28.000	72.389	3.815	255.454	5.846

(h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

A discussão dos diretores da Companhia a seguir sobre a nossa situação financeira e o resultado das nossas operações deverá ser lida em conjunto com nossas demonstrações financeiras relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014 e respectivas notas explicativas.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO

COMPARAÇÃO DOS NOSSOS RESULTADOS CONSOLIDADOS NOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 31 DE DEZEMBRO DE 2015

	Demonstrações de Resultado Consolidadas (Em milhares de reais, exceto a rubrica "lucro líquido por ação")				
	31/12/2016	Análise Vertical %	31/12/2015	Análise Vertical %	Análise Horizontal %
RECEITA OPERACIONAL BRUTA					
Sistema de transmissão de energia	1.241.664	72,81%	1.254.433	76,82%	-1,02%
Sistema de geração de energia	463.626	27,19%	378.486	23,18%	22,49%
	1.705.290	100,00%	1.632.919	100,00%	4,43%
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA	(151.479)	-8,88%	(139.360)	-8,53%	8,70%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	1.553.811	91,12%	1.493.559	91,47%	4,03%
CUSTO DO SERVIÇO					
Custo com energia elétrica					
Energia comprada para revenda	(57.038)	-3,34%	(58.509)	-3,58%	-2,51%
Encargos do uso da rede elétrica - CUST	(26.725)	-1,57%	(26.342)	-1,61%	1,45%
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos - CFURH	(8.729)	-0,51%	(9.552)	-0,58%	-8,62%
	(92.492)	-5,42%	(94.403)	-5,78%	-2,02%
Custo de operação					
Custo dos serviços prestados	(124.496)	-7,30%	(101.004)	-6,19%	23,26%
Custo de infraestrutura	(39.815)	-2,33%	(75.778)	-4,64%	-47,46%
Depreciação / amortização	(83.398)	-4,89%	(68.753)	-4,21%	21,30%
	(247.709)	-14,53%	(245.535)	-15,04%	0,89%
	(340.201)	-19,95%	(339.938)	-20,82%	0,08%
LUCRO BRUTO	1.213.610	71,17%	1.153.621	70,65%	5,20%
DESPESAS E RECEITAS OPERACIONAIS					
Administrativas e gerais	(78.256)	-4,59%	(108.380)	-6,64%	-27,79%
Equivalência patrimonial	30.199	1,77%	17.265	1,06%	74,91%
Outras receitas	83.489	4,90%	14.869	0,91%	461,50%
Outras despesas	(7.594)	-0,45%	(156)	-0,01%	4767,95%
	27.838	1,63%	(76.402)	-4,68%	-136,44%
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	1.241.448	72,80%	1.077.219	65,97%	15,25%
Despesas financeiras	(513.233)	-30,10%	(513.552)	-31,45%	-0,06%
Receitas financeiras	82.978	4,87%	85.855	5,26%	-3,35%
	(430.255)	-25,23%	(427.697)	-26,19%	0,60%
LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS	811.193	47,57%	649.522	39,78%	24,89%
Imposto de renda e contribuição social correntes	(81.691)	-4,79%	(96.038)	-5,88%	-14,94%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(39.777)	-2,33%	17.708	1,08%	-324,63%
	(121.468)	-7,12%	(78.330)	-4,80%	55,07%
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	689.725	40,45%	571.192	34,98%	20,75%
Atribuído a sócios da empresa controladora	310.812	18,23%	209.169	12,81%	48,59%
Atribuído a sócios não controladores	378.913	22,22%	362.023	22,17%	4,67%
	689.725	40,45%	571.192	34,98%	20,75%

Receita bruta

Nossa receita operacional bruta passou de R\$ 1.632,9 milhões, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, para R\$ 1.705,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, representando um aumento de 4,43%. Essa variação ocorreu, especialmente pelas seguintes razões:

Sistema de Transmissão de Energia: Nossa receita bruta derivada do nosso sistema de transmissão de energia passou de R\$ 1.254,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, para R\$ 1.241,7 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, representando uma redução de 1,02% decorrente principalmente em decorrência da redução do item da receita de construção no montante R\$ 35,9 milhões resultado de decorrente de construção e encerramento das construções, principalmente dos reforços na controlada ETVG, iniciadas em 2015 e finalizadas em 2016.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Esta redução foi parcialmente compensada pelo aumento na receita de remuneração do ativo financeiro da concessão e da receita de transmissão de energia, no montante de R\$ 16,9 milhões e R\$ 6,3 milhões, respectivamente, conforme receita calculada pelo ICPC 01 (R1).

Sistema de Geração de Energia: Nossa receita bruta derivada do nosso sistema de geração de energia passou de R\$ 378,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, para R\$ 463,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, representando um aumento de 22,49%, em decorrência principalmente de: (a) um aumento de 34,7% no volume de energia gerada e comercializada, passando de 2.196.754 MWh no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015, para 2.959.210 MWh no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, que, por sua vez, foram decorrentes: (i) da entrada em operação dos Parques Eólicos das empresas da Energia dos Ventos e da PCH Morro Azul, da SPE Risaralda, com incremento na receita do sistema de geração de energia no montante de R\$ 52,6 milhões, ocasionado pelo aumento de 8,06% no preço médio de energia gerada e comercializada, que resultou num aumento de receita bruta de R\$336,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 para R\$ 397,8 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016; e (ii) redução da liquidação do mercado spot, que passou de R\$ 41,8 milhões, em 31 de dezembro de 2015, para R\$ 13,3 milhões, em 31 de dezembro de 2016 dado que uma redução da liquidação do mercado spot.

Deduções

As deduções da nossa receita operacional bruta e de nossas controladas são representadas pelos encargos setoriais: Reserva Global de Reversão (RGR), Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), e tributários (PIS, COFINS e ICMS).

As deduções da nossa receita operacional bruta e de nossas controladas nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2016 e 2015 foram de R\$ 151,5 milhões e R\$ 139,3 milhões, respectivamente. O aumento de 8,7% é simétrico ao aumento da receita do sistema de transmissão e receita do sistema de geração de energia entre os exercícios considerados..

Custo com energia elétrica

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, os custos com energia elétrica encerraram em R\$ 92,5 milhões, 2,02% inferior aos R\$ 94,4 milhões apurados no mesmo período de 2015. A variação do saldo é decorrente principalmente dos seguintes fatores:

Energia comprada para revenda: A energia comprada para revenda passou de R\$58,5 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015, para R\$ 57,0 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, em decorrência da estabilização do mercado e a consequente redução de compra de energia para atendimento e lastro.

Encargos do Uso da Rede Elétrica – CUST: Os encargos do uso da rede elétrica – CUST passou de R\$ 26,3 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015, para R\$ 26,7 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, em decorrência da revisão tarifária conforme resolução homologatória de tarifas da Aneel.

Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos: A compensação financeira pela utilização de recursos hídricos passou de R\$9,5 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015, para R\$ 8,7 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, em decorrência da revisão tarifária conforme resolução homologatória de tarifas da ANEEL.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Custo de operação

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, o custo de operação passou de R\$ 247,7 milhões, 0,9% superior aos R\$ 245,5 milhões apurados no exercício encerrado em 2015. A variação do saldo é decorrente principalmente dos seguintes fatores:

Custos dos serviços prestados: No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, os custos dos serviços prestados fecharam em R\$ 124,5 milhões, 23,26% superior aos R\$ 101,0 milhões apurados em 2015, em decorrência de aumento dos custos de seguros, em função da amortização dos seguros da repactuação do risco hidrológico, no valor de R\$ 6,6 milhões, provisão para contingências, no valor de R\$ 0,9 milhões, custos de serviços de O&M, despesas com pessoal e com material no valor de R\$ 14,7 milhões e variação de alugueis, no valor de R\$ 0,7 milhões.

Custo de infraestrutura: O custo de infraestrutura atingiu R\$ 39,8 milhões apurados no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, 47,42% inferior aos R\$ 75,7 milhões no mesmo período em 2015. Essa redução é decorrente de construção e encerramento das construções, principalmente das implantações autorizadas pela ANEEL dos reforços na controlada ETVG, iniciadas em 2015 e finalizadas em 2016. Reforço é a implementação de novas instalações de transmissão, substituição ou adequação em instalações existentes, recomendadas pelos planos de expansão do sistema de transmissão e autorizadas previamente pela ANEEL, para aumento da capacidade de transmissão ou da confiabilidade do SIN, ou, ainda, que resulte em alteração física da configuração da rede elétrica ou de uma instalação. Determinadas espécies de reforços poderão ser implementadas diretamente pelas concessionárias de transmissão, sem a autorização prévia da ANEEL, desde que haja solicitação do ONS motivada por expansão da capacidade ou da confiabilidade do SIN.

Depreciação e amortização: a depreciação e amortização atingiu R\$ 83,4 milhões apurados no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, 21,3% superior aos R\$ 68,7 milhões em 2015. Essa variação é decorrente principalmente da entrada em operação dos Parques Eólicos das empresas Energias dos Ventos e da PCH Morro Azul, da SPE Risaralda, e consequente início da depreciação desses ativos.

Lucro Bruto

A nossa margem bruta foi de 71,2% em 2016, contra 70,6% em 2015 em decorrência dos fatores acima descritos, principalmente pelo impacto da entrada em operação dos Parques Eólicos das empresas da Energia dos Ventos e da PCH Morro Azul, da SPE Risaralda, com incremento na receita do sistema de geração de energia no montante de R\$ 57,6 milhões e um aumento de 34,7% no volume de energia gerada e comercializada, o lucro bruto passou de R\$ 1.153,6 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015, para R\$ 1.213,6 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016.

Despesas e receitas operacionais

O saldo de despesas e receitas operacionais passou de R\$ 76,4 milhões negativos no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015, para R\$ 27,8 milhões positivos no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016 em decorrência de:

Despesas administrativas e gerais: As despesas administrativas e gerais passaram de R\$ 108,4 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015, para R\$ 78,3 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016. Essa variação é em decorrência dos nossos esforços de conter despesas o que resultou na redução das

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

despesas com pessoal, no total de R\$ 17,3 milhões, despesa material, no total de R\$0,9 milhão, reversão de outras despesas de La Virgen, no total de R\$6,8 milhões, despesa de outros tributos e taxas, no total de R\$ 0,9 milhões, despesas de doações, contribuições e subvenções, no total de R\$2,7 milhões, seguros, no valor de R\$2,0 milhões. A redução de despesas administrativas e gerais foi parcialmente compensada por um aumento na despesa de serviços de terceiros, no total de R\$ 0,5 milhões.

Equivalência patrimonial: Equivalência patrimonial passou de R\$17,2 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015, para R\$30,2 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016. Essa variação é em decorrência principalmente do não reconhecimento de parte do resultado acumulado da Transnorte Energia S.A. devido ao nosso pedido de devolução amigável do contrato de concessão, no montante de R\$22,0 milhões, em 2015, e aumento no resultado da equivalência das empresas TME, no valor de R\$ 5 milhões, referente aumento de 64,58% (lucro líquido R\$25,0 milhões em 31 de dezembro de 2016 frente R\$15,2 milhões em 31 de dezembro de 2015).

Outras receitas: Outras receitas passaram de R\$14,9 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015, para R\$83,5 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016. Essa variação é em decorrência principalmente do ganho com venda da investida Transchile no Chile, no valor de R\$ 76,2 milhões, ganho com a venda do projeto de Forquilha IV em desenvolvimento na Alupar no valor de R\$ 4,0 milhões e demais receitas não recorrentes, não sendo comparativo com as outras receitas ocorridas no exercício de 31 de dezembro de 2015.

Lucro antes do resultado financeiro

Em decorrência dos fatores acima descritos, o lucro antes do resultado financeiro passou de R\$1.077,2 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015, para R\$ 1.241,4 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016.

Resultado financeiro líquido

Nosso resultado financeiro líquido passou de uma despesa financeira de R\$ 427,7 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015, para uma despesa financeira de R\$ 430,2 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, sendo essa variação em decorrência dos seguintes fatores:

Despesas financeiras: Despesas financeiras passaram de R\$513,2 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015, para R\$513,5 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, não representando uma variação relevante.

Receitas financeiras: Receitas financeiras passaram de R\$85,8 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015, para R\$ 82,9 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, em decorrência de redução nas outras receitas no montante de R\$5,4 milhões e aumento nas receitas de aplicações financeiras no montante de R\$2,5 milhões.

Lucro antes dos tributos

Em decorrência dos fatores acima descritos, o lucro antes dos tributos passou de R\$ 649,5 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015, para R\$ 811,2 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016.

Imposto de renda e contribuição social correntes

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Imposto de renda e contribuição social correntes passou de R\$ 96 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015, para R\$ 81,7 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016 essa redução é decorrente da variação da base de cálculo de impostos e em função da opção de tributação das empresas coligadas.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Imposto de renda e contribuição social diferidos passou de R\$17,7 milhões positivos no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015, para R\$ 39,8 milhões negativos no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016. Essa variação é em decorrência dos ajustes da adoção da Lei 12.973 (fim do regime transitório de tributação), ocorrido em dezembro de 2015.

Lucro líquido do exercício

Em decorrência dos fatores acima descritos, o lucro líquido do exercício passou de R\$ 310,8 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015, para R\$ 209,2 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016.

COMPARAÇÃO DOS NOSSOS RESULTADOS CONSOLIDADOS NOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 31 DE DEZEMBRO DE 2014

	31/12/2015	Análise Vertical %	31/12/2014	Análise Vertical %	Análise Horizontal %
RECEITA OPERACIONAL BRUTA					
Sistema de transmissão de energia	1.254.433	76,82%	1.264.476	80,24%	-0,79%
Sistema de geração de energia	378.486	23,18%	311.466	19,76%	21,52%
	1.632.919	100,00%	1.575.942	100,00%	3,62%
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA					
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	(139.360)	-8,53%	(106.402)	-6,75%	30,97%
	1.493.559	91,47%	1.469.540	93,25%	1,63%
CUSTO DO SERVIÇO					
Custo com energia elétrica					
Energia comprada para revenda	(58.509)	-3,58%	(65.655)	-4,17%	-10,88%
Encargos do uso da rede elétrica - CUST	(26.342)	-1,61%	(12.385)	-0,79%	112,69%
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos - CFUR	(9.552)	-0,58%	(3.616)	-0,23%	164,16%
Custo de operação					
Custo dos serviços prestados	(101.004)	-6,19%	(93.655)	-5,94%	7,85%
Custo de infraestrutura	(75.778)	-4,64%	(130.622)	-8,29%	-41,99%
Depreciação / amortização	(68.753)	-4,21%	(35.305)	-2,24%	94,74%
	(339.938)	-20,82%	(341.238)	-21,65%	-0,38%
LUCRO BRUTO	1.153.621	70,65%	1.128.302	71,60%	2,24%
DESPESAS E RECEITAS OPERACIONAIS					
Administrativas e gerais	(108.380)	-6,64%	(94.739)	-6,01%	14,40%
Equivalência patrimonial	17.265	1,06%	26.832	1,70%	-35,66%
Outras receitas	14.869	0,91%	5.212	0,33%	185,28%
Outras despesas	(156)	-0,01%	(15.278)	-0,97%	-98,98%
	(76.402)	-4,68%	(77.973)	-4,95%	-2,01%
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	1.077.219	65,97%	1.050.329	66,65%	2,56%
Despesas financeiras	(513.552)	-31,45%	(314.180)	-19,94%	63,46%
Receitas financeiras	85.855	5,26%	71.554	4,54%	19,99%
	(427.697)	-26,19%	(242.626)	-15,40%	76,28%
LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS	649.522	39,78%	807.703	51,25%	-19,58%
Imposto de renda e contribuição social correntes	(96.038)	-5,88%	(78.884)	-5,01%	21,75%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17.708	1,08%	22.839	1,45%	-22,47%
	(78.330)	-4,80%	(56.045)	-3,56%	39,76%
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	571.192	34,98%	751.658	47,70%	-24,01%
Atribuído a sócios da empresa controladora	209.169	12,81%	362.785	23,02%	-42,34%
Atribuído a sócios não controladores	362.023	22,17%	388.873	24,68%	-6,90%
	571.192	34,98%	751.658	47,70%	-24,01%

Receita bruta

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Nossa receita operacional bruta passou de R\$ 1.575,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, para R\$ 1.632,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, representando um aumento de 3,62%. Essa variação ocorreu, especialmente pelas seguintes razões:

Sistema de Transmissão de Energia: Nossa receita bruta derivada do nosso sistema de transmissão de energia passou de R\$ 1.264,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, para R\$ 1.254,4 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015, representando uma redução de 0,79% decorrente principalmente em razão da redução do item da receita de construção, no montante R\$ 54,0 milhões decorrente do período de construção e encerramento das construções, principalmente nas subestações Abdon Batista e Gaspar, de responsabilidade da ETSE, além dos reforços nas subestações Irapé e Araçuaí, de responsabilidade da Transirapé, ocorridas em 2014. Esta redução foi parcialmente compensada pelo aumento na receita de remuneração do ativo financeiro da concessão e redução na receita de transmissão de energia no montante de R\$ 47,6 milhões e R\$ 2,8 milhões, respectivamente, conforme receita calculada pelo ICPC 01 (R1).

Sistema de Geração de Energia: Nossa receita bruta derivada do nosso sistema de geração de energia passou de R\$ 311,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, para R\$ 378,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, representando um aumento de 21,52%, em decorrência principalmente de: (a) um aumento de 44,87% do volume de energia gerada e comercializada, que passou de R\$ 189,6 milhões no exercício social de 2014, para R\$ 336,6 milhões para o exercício social de 2015, correspondente a 985.815 MW no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014, para 2.196.754 MW no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015 e (b) redução da liquidação do mercado spot passou de R\$ 121,9 milhões em 31 de dezembro de 2014, para R\$ 41,9 milhões, em 31 de dezembro de 2015.

Deduções

As deduções da nossa receita operacional bruta e de nossas controladas são representadas pelos encargos setoriais: Reserva Global de Reversão (RGR), Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), e tributários (PIS, COFINS e ICMS).

As deduções da nossa receita operacional bruta e de nossas controladas nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2015 e 2014 foram de R\$ 139,4 milhões e R\$ 106,4 milhões, respectivamente. O aumento de 30,97% corresponde às deduções das despesas de impostos de PIS e COFINS referente à receita da entrada em operação da UHE Ferreira Gomes Energia e é simétrico ao aumento da receita do sistema de transmissão e receita do sistema de geração de energia entre os exercícios.

Custo com energia elétrica

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015, os custos com energia elétrica encerraram em R\$ 94,4 milhões, 15,6% superior aos R\$ 81,7 milhões apurados no mesmo período de 2014.

A variação do saldo é decorrente principalmente de dois fatores:

Energia comprada para revenda: A energia comprada para revenda passou de R\$58,5 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015, frente aos R\$ 65,7 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014, em decorrência da estabilização do mercado e a consequente redução de compra de energia para

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

atendimento e lastro, bem como contabilização da reversão do seguro para o risco hidrológico conforme protocolo de 28 de dezembro de 2015, em que as controladas Ijuí Energia, Foz do Rio Claro e Ferreira Gomes Energia protocolaram na ANEEL o pedido e pela repactuação do risco hidrológico nos termos da Lei nº 13.203/2015 e da Resolução Normativa ANEEL nº 684/2015 no ACR optando, respectivamente pelo produto SP 100, SP 100 e SP 92.

Encargos do Uso da Rede Elétrica – CUST: Os encargos do uso da rede elétrica – CUST passaram de R\$ 12,4 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014, para R\$ 26,3 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015, representando um aumento de R\$13,9 milhões ou 112,1%, principalmente em decorrência da entrada em operação da UHE Ferreira Gomes.

Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos: a compensação financeira pela utilização de recursos hídricos passou de R\$ 3,6 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014, para R\$ 9,5 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015, aumento de R\$5,9 milhões ou 163,9% na conta de compensação financeira, devido a entrada em operação da UHE Ferreira Gomes.

Custo de operação

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014, o custo de operação passou de R\$ 259,6 milhões, 5,4% inferior aos R\$ 245,5 milhões apurados no exercício encerrado em 2015. A variação do saldo é decorrente principalmente dos seguintes fatores:

Custos dos serviços prestados: No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015, o custos dos serviços prestados fecharam em R\$ 101,0 milhões, 7,8% superior aos R\$ 93,6 milhões apurados em 2015, em decorrência de aumento dos custos de pessoal, no montante de R\$ 3,2 milhões, aumento dos custos de material, no total de R\$ 2,9 milhões, aumento dos seguros, no total de R\$0,6 milhão e custos de serviços de O&M, no valor de R\$0,7 milhão. Estes aumentos foram resultados do reflexos da entrada em operação de UHE Ferreira Gomes.

Custo de infraestrutura: O custo de infraestrutura atingiu R\$ 75,8 milhões apurados no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015, 42% inferior aos R\$ 130,6 milhões no mesmo período em 2014. Essa redução é decorrente do período de construção e encerramento das construções, principalmente nas subestações Abdon Batista e Gaspar, de responsabilidade da ETSE, além dos reforços nas subestações Irapé e Araçuaí, de responsabilidade da Transirapé, ocorridas em 2014.

Depreciação e amortização: A depreciação e amortização atingiram R\$ 68,7 milhões apurados no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015, 94,7% superior aos R\$ 35,3 milhões para o mesmo período em 2014. Essa variação é decorrente, principalmente, da entrada em operação da UHE Ferreira Gomes e consequente início da depreciação desse ativos.

Lucro Bruto

A nossa margem bruta foi de 70,6% em 2015, contra 71,6% em 2014 em decorrência dos fatores acima descritos, principalmente pelo aumento de 44,87% do volume de energia gerada e comercializada, o nosso lucro bruto passou de R\$1.128,3 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014, para R\$1.153,6 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015.

Despesas e receitas operacionais

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

O saldo de despesas e receitas operacionais passou de R\$77,9 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014, para R\$ 76,4 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015, em decorrência das seguintes variações:

Despesas administrativas e gerais: Despesas administrativas e gerais passaram de R\$94,7 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014, para R\$ 108,4 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015. Essa variação de 14,4% ocorreu por ocasião do aumento das despesas com pessoal, no total de R\$ 10,0 milhões, seguros, no montante de R\$1,9 milhões e despesas de doações, contribuições e subvenções, no montante de R\$ 1,6 milhões. Estes aumentos foram reflexo da necessidade de ampliar a estrutura da operação da UHE Ferreira Gomes.

Equivalência patrimonial: Equivalência patrimonial passou de R\$26,8 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014, para R\$ 17,3 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015. Essa variação é em decorrência do não reconhecimento de parte do resultado acumulado da Transnorte Energia S.A. devido nosso pedido de devolução amigável do contrato de concessão, no montante de R\$22,0 milhões, em 2015, e aumento no resultado da equivalência das empresas TME e Transchile, no valor de R\$12,5 milhões, proporcional ao lucro líquido auferido.

Outras receitas: Outras receitas passaram de R\$ 5,2 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014, para R\$ 14,9 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015. Essa variação é em decorrência principalmente do ganho com integralização de capital com a integralização de capital da empresa La Virgen na empresa Alupar Peru..

Lucro antes do resultado financeiro

Em decorrência dos fatores acima descritos, o lucro antes do resultado financeiro passou de R\$1.050,3 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014 para R\$ 1.077,2 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015.

Resultado financeiro líquido

Nosso resultado financeiro líquido passou de uma despesa financeira de R\$ 242,6 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014, para uma despesa financeira de R\$ 427,7 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015, representando um crescimento em 76,3%. Essa variação ocorreu, especialmente, pelas seguintes razões:

- (i) Aumento da taxa média dos depósitos interfinanceiros (“CDI”), que incide sobre 36,3% do endividamento consolidado da Companhia, que registrou uma redução de 13,5% em 2015, ante 42,0% em 2014;
- (ii) Debêntures emitidas nas transmissoras EATE, ETEP, ENTE, STN e Transleste, no montante total de R\$ 632,0 milhões, em agosto de 2014, com remuneração equivalente a 109,75% da taxa média dos depósitos interfinanceiros (“CDI”);
- (iii) Entrada em operação da Ferreira Gomes Energia, que, em 2014, estava em fase de construção tendo os seus juros capitalizados, impacto de R\$63,0 milhões em 2015.

Por sua vez, receita financeira passou de R\$ 71,5 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014, para uma R\$ 85,8 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015, representando um crescimento em 20%, principalmente pelo aumento do rendimento das aplicações financeiras R\$ 4,6 milhões e aumento de outras receitas financeiras R\$ 9,6 milhões referente a receitas de variação monetárias da investida La Virgen.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Lucro antes dos tributos

Em decorrência dos fatores acima descritos, lucro antes dos tributos passou de R\$ 807,7 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014, para R\$ 649,5 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015.

Imposto de renda e contribuição social correntes

Imposto de renda e contribuição social correntes passou de R\$ 78,8 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014, para R\$ 96,0 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015. Essa variação é decorrente dos tributos sobre o resultado da entrada em operação de UHE Ferreira Gomes e em função da opção de tributação das empresas coligadas.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Imposto de renda e contribuição social diferidos passou de R\$ 22,8 milhões positivos no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014, para R\$ 17,7 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015. Essa variação é em decorrência dos ajustes da adoção da Lei 12.973 (fim do regime transitório de tributação), ocorrido em dezembro de 2015, e revisão das premissas das coligada EATE, que obteve extensão do incentivo da SUDAM, em 12 de maio de 2014.

Lucro líquido do exercício

Em decorrência dos fatores acima descritos, lucro líquido do exercício passou de R\$ 751,6 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014, para R\$ 571,2 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

BALANÇO PATRIMONIAL

COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 31 DE DEZEMBRO DE 2015

	31/12/2016	Análise Vertical %	31/12/2015	Análise Vertical %	Análise Horizontal %
ATIVO					
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	2.577.166	25,2%	2.262.011	22,8%	13,9%
Investimentos de curto prazo	613.734	6,0%	591.857	6,0%	3,7%
Títulos e valores mobiliários	215.439	2,1%	44.430	0,4%	384,9%
Contas a receber de clientes	100.805	1,0%	82.907	0,8%	21,6%
Dividendos a receber - partes relacionadas	207.017	2,0%	182.712	1,8%	13,3%
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	7.335	0,1%	4.524	0,0%	62,1%
Outros tributos compensáveis	49.656	0,5%	39.419	0,4%	26,0%
Adiantamento a fornecedores	3.802	0,0%	12.623	0,1%	-69,9%
Estoques	9.583	0,1%	35.349	0,4%	-72,9%
Despesas pagas antecipadamente	588	0,0%	541	0,0%	8,7%
Ativo financeiro da concessão	8.723	0,1%	9.868	0,1%	-11,6%
Outros ativos	1.237.557	12,1%	1.190.907	12,0%	3,9%
	122.927	1,2%	66.874	0,7%	83,8%
NÃO CIRCULANTE					
Contas a receber de clientes	7.652.835	74,8%	7.646.695	77,2%	0,1%
Adiantamento para futuro aumento de capital - partes relacionadas	10.439	0,1%	8.358	0,1%	24,9%
Títulos e valores mobiliários	-	0,0%	-	0,0%	0,0%
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	4.295	0,0%	6.844	0,1%	-37,2%
Outros tributos compensáveis	36.506	0,4%	17.901	0,2%	103,9%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7.566	0,1%	8.287	0,1%	-8,7%
Adiantamento a fornecedores	15.299	0,1%	12.382	0,1%	23,6%
Estoques	2.394	0,0%	2.394	0,0%	0,0%
Caucões e depósitos judiciais	26.113	0,3%	25.534	0,3%	2,3%
Ativo financeiro da concessão	13.257	0,1%	7.666	0,1%	72,9%
Outros ativos	3.214.062	31,4%	3.276.307	33,1%	-1,9%
Investimentos em coligadas e controladas em conjunto	33.542	0,3%	43.533	0,4%	-23,0%
Propriedades para investimento	325.502	3,2%	416.996	4,2%	-21,9%
Imobilizado	7.786	0,1%	9.271	0,1%	-16,0%
Intangível	3.810.323	37,2%	3.661.828	37,0%	4,1%
	145.751	1,4%	149.394	1,5%	-2,4%
ATIVO TOTAL	10.230.001	100,0%	9.908.706	100,0%	3,2%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

	Consolidado				
	31/12/2016	Análise Vertical %	31/12/2015	Análise Vertical %	Análise Horizontal %
PASSIVO					
CIRCULANTE	1.777.465	17,4%	1.869.048	18,9%	-4,9%
Empréstimos e financiamentos	662.439	6,5%	519.997	5,2%	27,4%
Debêntures	522.445	5,1%	592.889	6,0%	-11,9%
Fornecedores	166.502	1,6%	341.561	3,4%	-51,3%
Salários, férias e encargos sociais	12.716	0,1%	10.284	0,1%	23,6%
Imposto de renda e contribuição social a pagar	44.561	0,4%	55.897	0,6%	-20,3%
Outros tributos a pagar	53.682	0,5%	26.112	0,3%	105,6%
Provisões de constituição dos ativos	42.979	0,4%	83.449	0,8%	-48,5%
Dividendos a pagar - partes relacionadas	180.680	1,8%	150.764	1,5%	19,8%
Provisão para gastos ambientais	21.789	0,2%	22.239	0,2%	-2,0%
Taxas regulamentares e setoriais	52.576	0,5%	48.213	0,5%	9,0%
Provisões para contingências	277	0,0%	66	0,0%	319,7%
Outras obrigações	16.819	0,2%	17.577	0,2%	-4,3%
NÃO CIRCULANTE	3.894.725	38,1%	3.972.612	40,1%	-2,0%
Empréstimos e financiamentos	1.558.146	15,2%	1.557.321	15,7%	0,1%
Debêntures	1.824.621	17,8%	1.958.153	19,8%	-6,8%
Fornecedores	-	0,0%	250	0,0%	-100,0%
Adiantamento para futuro aumento de capital - partes relacionadas	125	0,0%	359	0,0%	-65,2%
Outros tributos a pagar	8	0,0%	26	0,0%	-69,2%
Imposto de renda e contribuição social	1.485	0,0%	1.555	0,0%	-4,5%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	468.660	4,6%	406.610	4,1%	15,3%
Provisões para contingências	6.490	0,1%	4.213	0,0%	54,0%
Provisão para gastos ambientais	904	0,0%	11.214	0,1%	-91,9%
Provisões de constituição dos ativos	8.107	0,1%	9.606	0,1%	-15,6%
Outras obrigações	26.179	0,3%	23.305	0,2%	12,3%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.899.182	28,3%	2.510.077	25,3%	15,5%
Capital social subscrito e integralizado	2.148.533	21,0%	1.625.227	16,4%	32,2%
(-) Gastos com emissão de ações	(34.569)	-0,3%	(34.569)	-0,3%	0,0%
Reserva de capital	51.509	0,5%	52.749	0,5%	-2,4%
Reservas de lucros	735.104	7,2%	747.777	7,5%	-1,7%
Dividendo adicional proposto	-	0,0%	75.617	0,8%	-100,0%
Outros resultados abrangentes	(1.395)	0,0%	43.276	0,4%	-103,2%
Participação de acionistas não controladores	1.658.629	16,2%	1.556.969	15,7%	6,5%
Patrimônio líquido total	4.557.811	44,6%	4.067.046	41,0%	12,1%
PASSIVO TOTAL	10.230.001	100,0%	9.908.706	100,0%	3,2%

Ativo

Caixa e equivalentes de caixa

O saldo dessa conta passou de R\$ 591,8 milhões, em 31 de dezembro de 2015, para R\$ 613,7 milhões, em 31 de dezembro de 2016, representando um aumento de 3,7%. Essa variação ocorreu especialmente, pelas seguintes razões: aumento do caixa pelas atividades de financiamento (aumento de capital da controlada) e recebimento de dividendos.

Investimento de curto prazo

O saldo dessa conta passou de R\$ 44,4 milhões, em 31 de dezembro de 2015, para R\$ 215,44 milhões, em 31 de dezembro de 2016. A variação do saldo de investimentos de curto prazo se deve em função dos seguintes fatores: aplicação dos recursos das atividades de financiamento.

Títulos e valores mobiliários (circulante e não circulante)

O saldo dessa conta passou de R\$ 82,9 milhões, em 31 de dezembro de 2015, para R\$ 100,8 milhões em 31 de dezembro de 2016, representando um aumento de 21,6%. A movimentação do saldo dessa rubrica entre os períodos compreendidos é principalmente em decorrência da captação de novos empréstimos e antigos que exigem as aplicações financeiras como

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

garantia, bem como a aplicação em títulos e valores mobiliários na importância de R\$ 150,3 milhões.

Contas a receber de clientes (circulante e não circulante)

O saldo dessa conta passou de R\$ 191,0 milhões, em 31 de dezembro de 2015, para R\$ 217,4 milhões em 31 de dezembro de 2016, representando um aumento de 13,8%. Essa variação ocorreu, principalmente em função da entrada em operação dos Parques Eólicos das empresas Energia dos Ventos, bem como maior fluxo no recebimento de clientes de curto prazo.

Ativo financeiro da concessão (circulante e não circulante)

O saldo dessa conta passou de R\$ 4.467,2 milhões, em 31 de dezembro de 2015, para R\$ 4.451,6 milhões, em 31 de dezembro de 2016, não apresentando variação significativa.

Adiantamento a fornecedores (circulante e não circulante)

O saldo dessa conta passou de R\$ 37,7 milhões, em 31 de dezembro de 2015, para R\$ 11,9 milhões em 31 de dezembro de 2016, representando uma redução de 68,4%. Essa variação ocorreu principalmente em razão da finalização de obras de reforços e conclusão dos Parques Eólicos, que possuíam saldo de adiantamento a fornecedores.

Imobilizado

O saldo dessa conta passou de R\$ 3.661,8 milhões, em 31 de dezembro de 2015, para R\$ 3.810,3 milhões, em 31 de dezembro de 2016. A variação positiva de 4,1% é explicada pelos projetos que estão em fase de construção das PCHs Risaralda (Colombia) e La Virgen (Peru).

Intangível

O saldo dessa conta passou de R\$ 149,4 milhões, em 31 de dezembro de 2015, para R\$ 145,7 milhões, em 31 de dezembro de 2016, representando uma redução de 2,5%. Entendemos que essa variação ocorreu, especialmente pelas amortizações do intangível.

Passivo

Fornecedores (Circulante e não circulante)

O saldo dessa conta passou de R\$ 341,8 milhões, em 31 de dezembro de 2015, para R\$ 166,5 milhões, em 31 de dezembro de 2016. O redução do saldo de 51,3% é explicado principalmente pela entrada em operação dos projetos de reforços das controladas de transmissão e conclusão dos Parques Eólicos das empresas Energia dos Ventos.

Empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante)

O saldo dessa conta passou de R\$ 2.077,3 milhões, em 31 de dezembro de 2015, para R\$ 2.220,6 milhões, em 31 de dezembro de 2016. O aumento de 6,9% é explicado pelo ingresso de novas dívidas, no montante de R\$ 513,2 milhões, provisão de encargos e variações, no montante de R\$ 129,6 milhões e pagamentos de principal e juros, no montante de R\$499,39 milhões.

Debêntures (circulante e não circulante)

O saldo dessa conta passou de R\$ 2.551,0 milhões, em 31 de dezembro de 2015, para R\$ 2.347,06 milhões, em 31 de dezembro de 2016. A redução do saldo na ordem de 8,0% é explicada principalmente pelas seguintes razões: ingresso de novas dívidas no montante de R\$

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

286,5 milhões, provisão de encargos e variação monetária, no montante de R\$ 339,2 milhões e amortização de principal e encargos, no montante de R\$ 829,7 milhões.

Tributos e contribuições sociais a recolher (circulante e não circulante)

O saldo dessa conta passou de R\$ 82,0 milhões, em 31 de dezembro de 2015, para R\$ 98,2 milhões, em 31 de dezembro de 2016. A variação positiva de 19,8% é decorrente principalmente do resultado tributável das companhias.

Dividendos a pagar

O saldo dessa conta passou de R\$ 150,7 milhões, em 31 de dezembro de 2015, para R\$ 180,7 milhões, em 31 de dezembro de 2016, representando um aumento de 19,8%. Essa variação ocorreu, principalmente, em razão do resultado do lucro líquido auferido pela Companhia referente ao exercício de 2016.

Tributos e contribuições sociais diferidos

O saldo dessa conta passou de R\$ 406,6 milhões, em 31 de dezembro de 2015, para R\$ 468,6 milhões, em 31 de dezembro de 2016, representando um aumento de 15,3%. Esse aumento do saldo é decorrente da alteração da alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social, e do regime de lucro presumido para lucro real, provenientes dos contratos de concessão, nos termos do ICPC 01.

Patrimônio líquido e participação de acionistas não controladores

O saldo dessa conta passou de R\$ 4.067,0 milhões, em 31 de dezembro de 2015, para R\$ 4.557,8 milhões, em 31 de dezembro de 2016, representando um aumento de 12,1%. Essa variação ocorreu, especialmente, por aumentos de capital social no montante de R\$523,0 milhões, tendo o primeiro ocorrido em 20 de abril de 2016, no montante de R\$173 milhões, através de capitalização da reserva de investimento da Companhia a título de bonificação em ações, à razão de 6,5% e o segundo ocorrido em 21 de julho de 2016, no montante de R\$ 350,0 milhões, através de emissão de novas 125.984.470 ações, sendo 92.989.859 ações ordinárias e 32.994.611 preferenciais. As demais variações ocorreram pelo pagamento de dividendos adicional proposto, no montante de R\$ 75,0 milhões e redução dos resultados abrangente, no valor de R\$ 45,0 milhões negativos, referente aos efeitos da conversão dos balanços das empresas fora do Brasil e resultado do exercício de 2016.

Demais contas patrimoniais

As contas patrimoniais não discutidas acima não apresentaram variações significativas na comparação entre os saldos em 31 de dezembro de 2015 e em 31 de dezembro de 2016, e/ou não representavam uma participação substancial na composição do nosso passivo e/ou ativo totais naquelas datas.

COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 31 DE DEZEMBRO DE 2014

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

	Consolidado				
	31/12/2015	Análise Vertical %	31/12/2014	Análise Vertical %	Análise Horizontal %
ATIVO					
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	2.262.011	22,8%	2.168.072	24,3%	4,3%
Investimentos de curto prazo	591.857	6,0%	337.692	3,8%	75,3%
Titulos e valores mobiliários	44.430	0,4%	209.791	2,3%	-78,8%
Contas a receber de clientes	82.907	0,8%	50.127	0,6%	65,4%
Dividendos a receber - partes relacionadas	182.712	1,8%	228.751	2,6%	-20,1%
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	4.524	0,0%	4.299	0,0%	5,2%
Outros tributos compensáveis	39.419	0,4%	41.274	0,5%	-4,5%
Adiantamento a fornecedores	12.623	0,1%	5.498	0,1%	129,6%
Estoques	35.349	0,4%	20.429	0,2%	73,0%
Despesas pagas antecipadamente	541	0,0%	2.603	0,0%	-79,2%
Ativo financeiro da concessão	9.868	0,1%	2.057	0,0%	379,7%
Ativos mantidos para venda	1.190.907	12,0%	1.176.519	13,2%	1,2%
Outros ativos	-	0,0%	45.521	0,5%	-100,0%
	66.874	0,7%	43.511	0,5%	53,7%
NÃO CIRCULANTE	7.646.695	77,2%	6.760.099	75,7%	13,1%
Contas a receber de clientes	8.358	0,1%	13.632	0,2%	-38,7%
Adiantamento futuro aumento de capital - partes relac.	-	0,0%	16	0,0%	-100,0%
Titulos e valores mobiliários	6.844	0,1%	28.573	0,3%	-76,0%
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	17.901	0,2%	3.681	0,0%	386,3%
Outros tributos compensáveis	8.287	0,1%	21.743	0,2%	-61,9%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12.382	0,1%	1.269	0,0%	875,7%
Adiantamento a fornecedores	2.394	0,0%	2.394	0,0%	0,0%
Estoques	25.534	0,3%	25.545	0,3%	0,0%
Cauções e depósitos judiciais	7.666	0,1%	7.300	0,1%	5,0%
Ativo financeiro da concessão	3.276.307	33,1%	3.316.723	37,1%	-1,2%
Outros ativos	43.533	0,4%	10.047	0,1%	333,3%
Investimentos em coligadas e controladas em conjunto	416.996	4,2%	302.862	3,4%	37,7%
Propriedades para investimento	9.271	0,1%	9.274	0,1%	0,0%
Imobilizado	3.661.828	37,0%	2.860.721	32,0%	28,0%
Intangível	149.394	1,5%	156.319	1,8%	-4,4%
ATIVO TOTAL	9.908.706	100,0%	8.928.171	100,0%	11,0%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

	Consolidado				
	31/12/2015	Análise Vertical %	31/12/2014	Análise Vertical %	Análise Horizontal %
PASSIVO					
CIRCULANTE	1.869.048	18,9%	1.093.591	12,2%	70,9%
Empréstimos e financiamentos	519.997	5,2%	170.220	1,9%	205,5%
Debêntures	592.889	6,0%	371.182	4,2%	59,7%
Fornecedores	341.561	3,4%	82.622	0,9%	313,4%
Salários, férias e encargos sociais	10.284	0,1%	11.152	0,1%	-7,8%
Imposto de renda e contribuição social a pagar	55.897	0,6%	49.470	0,6%	13,0%
Outros tributos a pagar	26.112	0,3%	21.152	0,2%	23,4%
Provisões de constituição dos ativos	83.449	0,8%	93.056	1,0%	-10,3%
Dividendos a pagar	150.764	1,5%	199.965	2,2%	-24,6%
Provisão para gastos ambientais	22.239	0,2%	19.465	0,2%	14,3%
Taxas regulamentares e setoriais	48.213	0,5%	43.907	0,5%	9,8%
Provisões para contingências	66	0,0%	90	0,0%	-26,7%
Adiantamentos de clientes		0,0%	772	0,0%	-100,0%
Outras obrigações	17.577	0,2%	30.538	0,3%	-42,4%
NÃO CIRCULANTE	3.972.612	40,1%	3.956.271	44,3%	0,4%
Empréstimos e financiamentos	1.557.321	15,7%	1.585.930	17,8%	-1,8%
Debêntures	1.958.153	19,8%	1.849.705	20,7%	5,9%
Fornecedores	250	0,0%	250	0,0%	0,0%
Adiantamento futuro aumento de capital - partes relac.	359	0,0%	5.779	0,1%	-93,8%
Outros tributos a pagar	26	0,0%	44	0,0%	-40,9%
Imposto de renda e contribuição social corrente	1.555	0,0%	-	0,0%	0,0%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	406.610	4,1%	399.282	4,5%	1,8%
Provisões para contingências	4.213	0,0%	2.739	0,0%	53,8%
Adiantamentos de clientes	-	0,0%	59.554	0,7%	-100,0%
Provisão para gastos ambientais	11.214	0,1%	9.292	0,1%	20,7%
Taxas regulamentares e setoriais	-	0,0%	315	0,0%	-100,0%
Provisões de constituição dos ativos	9.606	0,1%	11.693	0,1%	-17,8%
Outras obrigações	23.305	0,2%	31.688	0,4%	-26,5%
Provisão para passivo a descoberto	-	0,0%	-	0,0%	0,0%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.510.077	25,3%	2.453.310	27,5%	2,3%
Capital social subscrito e integralizado	1.625.227	16,4%	1.625.227	18,2%	0,0%
(-) Gastos com emissão de ações	(34.569)	-0,3%	(34.569)	-0,4%	0,0%
Reserva de capital	52.749	0,5%	55.500	0,6%	-5,0%
Reservas de lucros	747.777	7,5%	713.580	8,0%	4,8%
Dividendo adicional proposto	75.617	0,8%	77.638	0,9%	-2,6%
Outros resultados abrangentes	43.276	0,4%	15.934	0,2%	171,6%
Participação de acionistas não controladores	1.556.969	15,7%	1.424.999	16,0%	9,3%
Patrimônio líquido + participação de acionistas não controladores	4.067.046	41,0%	3.878.309	43,4%	4,9%
PASSIVO TOTAL	9.908.706	100,0%	8.928.171	100,0%	11,0%

Ativo

Caixa e equivalentes de caixa

O saldo dessa conta passou de R\$ 337,7 milhões, em 31 de dezembro de 2014, para R\$ 591,8 milhões, em 31 de dezembro de 2015, representando um aumento de 75,2%. Essa variação ocorreu especialmente, pelas seguintes razões: aumento do caixa pelas atividades de financiamento (captação de empréstimos nas subsidiárias Risaralda e La Virgen), e recebimento de dividendos.

Investimento de curto prazo

O saldo dessa conta passou de R\$ 209,8 milhões, em 31 de dezembro de 2014, para R\$ 44,4 milhões, em 31 de dezembro de 2015. A variação do saldo de investimentos de curto prazo se deve em função dos seguintes fatores: (i) resgate das aplicações financeiras ao longo do exercício de 2015, que somaram o montante de R\$ 490,0 milhões, (ii) receitas financeiras no

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

valor de R\$ 29,2 milhões; e (iii) aplicações de excedentes de caixa em investimentos de curto prazo, que totalizaram a importância de R\$ 296,7 milhões.

Títulos e valores mobiliários (circulante e não circulante)

O saldo dessa conta passou de R\$ 78,7 milhões, em 31 de dezembro de 2014, para R\$ 89,7 milhões, em 31 de dezembro de 2015, representando uma redução de 14,0%. A movimentação do saldo dessa rubrica entre os períodos compreendidos é decorrente dos seguintes fatores: (i) resgate de R\$ 39,3 milhões, que se deve, principalmente, em função da liquidação de dívidas aos quais esses valores estavam vinculados, (ii) receitas financeiras, no montante de R\$ 9,3 milhões; e (iii) em decorrência da captação de novos empréstimos que exigem as aplicações financeiras como garantia ocorreu a aplicação em títulos e valores mobiliários, na importância de R\$ 41,2 milhões.

Contas a receber de clientes (circulante e não circulante)

O saldo dessa conta passou de R\$ 242,4 milhões, em 31 de dezembro de 2014, para R\$ 191,0 milhões em 31 de dezembro de 2015, representando uma redução de 21,2%. Essa variação ocorreu, principalmente em função dos seguintes fatores: (i) registro no valor de R\$ 1.579,3 milhões de receitas com transmissão e geração de energia, (ii) recebimentos ao longo do exercício de 2014, que totalizaram a importância de R\$ 1.649,2 milhões, (iii) transferência de adiantamento de clientes no montante de R\$ 18,6 milhões.

Ativo financeiro da concessão (circulante e não circulante)

O saldo dessa conta passou de R\$ 4.493,2 milhões, em 31 de dezembro de 2014, para R\$ 4.467,2 milhões, em 31 de dezembro de 2015, não representando variação significante. A Companhia reclassificou os valores que estavam na rubrica de passivo de adiantamento de clientes no longo prazo para uma melhor apresentação dos números. Ainda nessa conta, tivemos as seguintes variações: (i) receita de transmissão de energia no montante de R\$ 108,6 milhões, (ii) remuneração do ativo financeiro de concessão no montante de R\$ 1.070,0 milhões, (iii) receita de infraestrutura no montante de R\$ 75,8 milhões, que foram parcialmente compensados pela recuperação do ativo financeiro (baixa), no montante de R\$ 1.177,5 milhões.

Adiantamento a fornecedores (circulante e não circulante)

O saldo dessa conta passou de R\$ 22,8 milhões, em 31 de dezembro de 2014, para R\$ 37,7 milhões, em 31 de dezembro de 2015, representando um aumento de 65,4%. Essa variação ocorreu principalmente em razão do maior fluxo de contratação de fornecedores para a construção da UHE La Virgen, e a fase de construção das EDVs I, II, III, IV, X, que passaram a ser consolidadas a partir de 2015.

Imobilizado

O saldo dessa conta passou de R\$ 2.860,7 milhões, em 31 de dezembro de 2014, para R\$ 3.661,8 milhões em 31 de dezembro de 2015. A variação positiva de 28,0% é explicada pelo aumento dos investimentos realizados pela Companhia, principalmente no segmento de geração de energia no decorrer do ano de 2015, que totalizaram R\$ 701,9 milhões, basicamente devido à implantação dos Parques Eólicos do complexo de Aracati, UHE La Virgen e Risaralda, no montante de R\$672,2 milhões e R\$25,7 milhões são referente as demais controladas, capitalização de encargos líquidos das receitas financeiras no montante de R\$ 40,4 milhões, e que foram parcialmente compensados pelo aumento da depreciação no montante de R\$ 36,8 milhões, no total de R\$69,7 milhões.

Intangível

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

O saldo dessa conta passou de R\$ 156,3 milhões, em 31 de dezembro de 2014, para R\$ 149,4 milhões, em 31 de dezembro de 2015, representando uma redução de 4,4%. Entendemos que essa variação ocorreu, especialmente, pelos seguintes fatores: (i) adições em projetos em desenvolvimento, que totalizaram R\$ 20,1 milhões; (iv) reclassificação para ativo imobilizado no montante de R\$14,5 milhões.

Passivo

Fornecedores (circulante e não circulante)

O saldo dessa conta passou de R\$ 82,9 milhões, em 31 de dezembro de 2014, para R\$ 341,8 milhões, em 31 de dezembro de 2015. O crescimento do saldo em 312,5% é explicado principalmente pelos seguintes fatores: (i) crescimento de R\$ 19,8 milhões no saldo a pagar relativo ao suprimento de energia elétrica, em função da suspensão da liquidação de dezembro de 2015; e (ii) aumento do saldo a pagar em R\$ 236,7 milhões referentes aos materiais e serviços contratados para os empreendimentos em andamento do Parque Eólico do Complexo Fortim e as PCHs, La Virgen e Risaralda.

Empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante)

O saldo dessa conta passou de R\$ 1.756,1 milhões, em 31 de dezembro de 2014, para R\$ 2.077,3 milhões, em 31 de dezembro de 2015. O aumento de 18,3% é explicado (i) pela amortização do principal, que totalizaram, durante o período, R\$ 250,0 milhões; (ii) pelas amortizações dos encargos de dívidas, que totalizaram, durante o período R\$ 111,4 milhões; e (iv) perda na tradução de balanços no montante de R\$ 3,8 milhões, que foram parcialmente compensados: (a) pelo ingresso de novos empréstimos e financiamentos, no montante de R\$ 512,3 milhões; (b) pela provisão de encargos de dívidas, que totalizaram R\$ 152,1 milhões; e (c) variação monetária incidente sobre o principal dos empréstimos e financiamentos no montante de R\$ 4,3 milhões.

Debêntures (circulante e não circulante)

O saldo dessa conta passou de R\$ 2.220,9 milhões, em 31 de dezembro de 2014, para R\$ 2.551,0 milhões, em 31 de dezembro de 2015. O crescimento do saldo de 14,9% é explicado principalmente pelas seguintes razões: (i) ingresso de novas debêntures (6º emissão da Alupar, 1º e 2º emissão das EDV's I, II, III, IV, X, 3º emissão da ECTE), que totalizaram R\$ 510,6 milhões, (ii) provisão de encargos de dívidas, que totalizaram R\$ 320,6 milhões; (iii) variação monetária incidente sobre o principal dos empréstimos, financiamentos e debêntures no montante de R\$ 58,8 milhões; que foram parcialmente compensadas; (iv) pelos pagamentos de principal que somaram R\$ 281,0 milhões; e (v) pelas amortizações dos encargos de dívidas que totalizaram durante o período R\$ 278,9 milhões.

Tributos e contribuições sociais a recolher (circulante e não circulante)

O saldo dessa conta passou de R\$ 70,6 milhões, em 31 de dezembro de 2014, para R\$ 82,0 milhões, em 31 de dezembro de 2015. A variação positiva de 16,1% é decorrente principalmente do resultado tributável das companhias e alteração do regime de tributação do lucro presumido para lucro real no exercício social de 2015. (ETES, ETEM, ETVG).

Dividendos a pagar

O saldo dessa conta passou de R\$ 200,0 milhões, em 31 de dezembro de 2014, para R\$ 150,7 milhões, em 31 de dezembro de 2015, representando uma redução de 24,6%. Essa variação ocorreu em função principalmente do resultado do lucro líquido auferido pela Companhia referente ao exercício de 2015.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Adiantamento de clientes (circulante e não circulante)

O saldo dessa conta passou de R\$ 60,3 milhões, em 31 de dezembro de 2014, para R\$0,0 milhão em 31 de dezembro de 2015, devido à reclassificação dessas contas de adiantamento de clientes no longo prazo, de forma a melhorar a apresentação dos números para a conta ativos financeiros da concessão ativo.

Tributos e contribuições sociais diferidos

O saldo dessa conta passou de R\$ 399,3 milhões, em 31 de dezembro de 2014, para R\$ 406,6 milhões, em 31 de dezembro de 2015, representando um aumento de 1,8%. Esse aumento do saldo é decorrente da alteração da alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social, e do regime de lucro presumido para lucro real, provenientes dos contratos de concessão, nos termos do ICPC 01).

Patrimônio líquido e participação de acionistas não controladores

O saldo dessa conta passou de R\$ 3.878,3 milhões, em 31 de dezembro de 2014, para R\$ 4.067,0 milhões, em 31 de dezembro de 2015, representando um aumento de 4,9%. Essa variação ocorreu, especialmente (i) pelo lucro de controladores e não controladores auferidos no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015, no montante de R\$ 571,2 milhões; (ii) pelos ajustes de conversão cumulativa de La Virgen, Transchile, Alupar Peru e Risaralda reconhecidos ao longo do exercício de 2015, que totalizaram a importância de R\$ 27,3 milhões; e (iii) aumentos de capital proveniente de acionistas não controladores, que totalizaram a soma de R\$ 12,5 milhões e, que foram compensados parcialmente pela destinação de dividendos a acionistas controladores e não controladores e pela variação na participação de acionistas não controladores, que totalizou R\$ 132,0 milhões.

Demais contas patrimoniais

As contas patrimoniais não discutidas acima não apresentaram variações significativas na comparação entre os saldos em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2015, e/ou não representavam uma participação substancial na composição do nosso passivo e/ou ativo totais naquelas datas.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

FLUXO DE CAIXA

ANÁLISE DAS PRINCIPAIS VARIAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA DO EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 COM O EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

	Demonstração do fluxo de caixa consolidado			
	31/12/2016	31/12/2015	Variação	Análise Horizontal %
Lucro antes do IR/CS	811.193	649.522	161.671	24,9%
Itens que não afetam as disponibilidades	560.297	524.061	36.236	6,9%
Aumento/redução nas contas do ativo e do passivo	(236.048)	89.448	(325.496)	-363,9%
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades operacionais	1.135.442	1.263.031	(127.589)	-10,1%
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades de investimentos	(440.319)	(504.576)	64.257	-12,7%
Caixa líquido provenientes das (aplicado nas) atividades de financiamentos	(668.503)	(480.765)	(187.738)	39,0%
Efeito da variação cambial sobre caixa e equivalente de caixa	(4.743)	(23.525)	18.782	-79,8%
Caixa e equivalentes de caixa	21.877	254.165	(232.288)	-91,4%
No início do exercício	591.857	337.692	254.165	75,3%
No fim do exercício	613.734	591.857	21.877	3,7%
Saldo no final do período	21.877	254.165	(232.288)	-91,4%

A variação no caixa líquido para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016 foi de R\$ 21,9 milhões, representando uma variação negativa de R\$ 232,3 milhões em relação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015. Esta variação pode ser explicada pelos seguintes motivos:

(i) Caixa gerado pelas atividades operacionais: Caixa gerado de R\$1.135,4 milhões, representando uma variação negativa de R\$127,6 milhões em relação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015.

A variação negativa se deve em função do aumento do lucro antes do imposto de renda, contribuição social e acionistas não controladores, ajustado dos itens que não afetam o caixa, no montante de R\$1.371,5 milhões, em 31 de dezembro de 2016, frente ao montante R\$ 1.173,6 milhões de 31 de dezembro de 2015.

Houve ainda o aumento das variações das contas no passivo e no ativo principalmente pelo maior fluxo de pagamentos de fornecedores no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, devido a conclusão dos Parques Eólicos, representando uma variação de R\$ 147,8 milhões aplicados no exercício de 31 de dezembro de 2016, frente R\$ 187,9 milhões gerados no exercício de 31 de dezembro de 2015.

Ainda, registrou-se a redução no valor de R\$10,2 milhões no volume de pagamento de imposto de renda e contribuição social recolhido no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, no montante de R\$88,2 milhões, frente aos R\$98,4 milhões recolhidos no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015.

(ii) Caixa aplicado pelas atividades de investimentos: Caixa aplicado de R\$ 440,3 milhões representando uma variação de R\$ 64,3 milhões em relação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015.

A variação é derivada do aumento do volume de aplicação de investimentos de curto prazo no montante de R\$ 150,3 milhões, no exercício de 31 de dezembro de 2016, frente ao volume de resgate de investimentos de curto prazo no montante de R\$191,3 milhões, no exercício de 31 de dezembro de 2015, totalizando uma variação de R\$341,6 milhões aplicada.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Houve, ainda, uma redução no volume nas aquisições de ativo imobilizado de R\$ 318,3 milhões, quando comparado o volume nas aquisições de ativo imobilizado de R\$ 368,4 milhões no exercício de 2016, frente a R\$ 686,7 milhões no exercício de 2015.

Registra-se, também, um aumento de R\$ 87,7 milhões no caixa gerado na venda de investimentos, variando de R\$ 78,5 milhões no exercício de 31 de dezembro de 2016, frente ao valor aplicado de R\$ 9,2 milhões no exercício de 31 de dezembro de 2015.

(iii) Caixa aplicado pelas atividades de financiamento: Caixa aplicado de R\$ 668,5 milhões representando uma variação de R\$ 187,7 milhões em relação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015.

A variação é derivada, principalmente, do menor fluxo de captação de empréstimos, financiamentos e debêntures, que, em 31 de dezembro de 2016, representou R\$ 799,7 milhões, comparado com R\$1.024,0 milhões, em 31 de dezembro de 2015, variação de R\$ 224,3 milhões;

Houve, ainda, a emissão de novas ações no montante de R\$ 350,0 milhões, em 31 de dezembro de 2016, comparado ao aumento de capital no montante de R\$110,7 milhões na coligada TNE, em 31 de dezembro de 2015, representando variação positiva R\$ 460,7 milhões.

Registra-se ainda, a variação de pagamentos e juros de no valor R\$1.329,1 milhões, em 31 de dezembro de 2016, frente a R\$ 921,3 milhões, em 31 de dezembro de 2015, o que representou uma variação de R\$ 407,8 milhões. Por fim, registrou-se o pagamentos de dividendos, no montante de R\$489,1 milhões em 31 de dezembro de 2016, frente R\$473,8 milhões em 31 de dezembro de 2015, uma variação de R\$16,3 milhões.

ANÁLISE DAS PRINCIPAIS VARIAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA DO EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 COM O EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

	Demonstração do fluxo de caixa consolidado			
	31/12/2015	31/12/2014	Variação	Analise Horizontal %
Lucro antes do IR/CS	649.522	807.703	(158.181)	-19,6%
Itens que não afetam as disponibilidades	524.061	277.546	246.515	88,8%
Aumento/redução nas contas do ativo e do passivo	89.448	(322.791)	412.239	-127,7%
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades operacionais	1.263.031	762.458	500.573	65,7%
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades de investimentos	(504.576)	(274.183)	(230.393)	84,0%
Caixa líquido provenientes das (aplicado nas) atividades de financiamentos	(480.765)	(668.965)	188.200	-28,1%
Efeito da variação cambial sobre caixa e equivalente de caixa	(23.525)	(1.672)	(21.853)	1307,0%
Caixa e equivalentes de caixa	254.165	(182.362)	436.527	-239,4%
 No início do exercício	337.692	520.054	(182.362)	-35,1%
No fim do exercício	591.857	337.692	254.165	75,3%
Saldo no final do período	254.165	(182.362)	436.527	-239,4%

A variação no caixa líquido para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015 foi de R\$ 254,2 milhões, representando uma variação de R\$ 436,5 milhões em relação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014. Esta variação pode ser explicada pelos seguintes motivos:

(i) Caixa gerado pelas atividades operacionais: Caixa gerado de R\$1.263,0 milhões em 2015, representando uma variação de R\$ 500,6 milhões em relação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014.

A variação se deve em função

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

(a) aumento do lucro antes do imposto de renda, contribuição social e acionistas não controladores ajustado dos itens que não afetam o caixa no montante de R\$1.085,2 milhões, em 31 de dezembro de 2014, frente ao montante R\$ 1.173,6 milhões em 31 de dezembro de 2015; aumento das variações no passivo e no ativo no valor R\$ 88,4 milhões, principalmente pelo:

(b) maior fluxo de provisão de fornecedores no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015 devido a fase de construção dos Parques Eólicos; variação de R\$ 322,7 milhões aplicados no exercício de 31 de dezembro de 2014 devido, principalmente, aos pagamentos de fornecedores referente a conclusão da UHE Ferreira Gomes), frente R\$ 187,9 milhões gerados no exercício de 31 de dezembro de 2015.

(ii) Caixa aplicado pelas atividades de investimentos: Caixa aplicado de R\$ 504,6 milhões, representando uma variação de R\$ 230,4 milhões em relação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014.

A variação é derivada do

(i) do aumento do volume de resgate de investimentos de curto prazo no montante de R\$ 110,7 milhões no exercício de 31 de dezembro de 2014, frente ao volume de resgate de investimentos de curto prazo no montante de R\$191,3 milhões no exercício de 31 de dezembro de 2015, totalizando uma variação de R\$80,6 milhões; (ii) do aumento no volume de pagamentos na ordem de R\$ 418,5 milhões, quando comparado o volume de pagamentos de fornecedores no montante total de R\$ 268,2 milhões no exercício de 2014, frente a R\$ 686,7 milhões no exercício de 2015; e (iii) um aumento de R\$ 107,5 milhões, caixa aplicado no aporte de capital de R\$ 116,7 milhões no exercício de 31 de dezembro de 2014, frente ao valor aplicado de R\$ 9,2 milhões no exercício de 31 de dezembro de 2015.

iii) Caixa aplicado pelas atividades de financiamento: Caixa aplicado de R\$ 480,8 milhões, representando uma variação de R\$ 188,2 milhões em relação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014.

A variação é derivada, principalmente, pelo menor fluxo de captação de empréstimos, financiamentos e debêntures, em 31 de dezembro de 2015, no montante de R\$1.024,0 milhões, comparado com R\$1.561,9 milhões em 31 de dezembro de 2014, representando uma variação de R\$ 537,9 milhões. Houve, ainda, o aumento de capital, no montante de R\$110,7 milhões na coligada TNE, em 31 de dezembro de 2015, comparado emissão de novas ações no montante de R\$ 14,2 milhões, em 31 de dezembro de 2014, representando uma variação negativa de R\$ 124,9 milhões. Registra-se, ainda, a variação de pagamentos e juros no montante de R\$921,3 milhões, em 31 de dezembro de 2015, frente a R\$ 1.220,3 milhões em 31 de dezembro de 2014, variação de R\$ 299,0 milhões. Por fim, ocorreram pagamentos de dividendos de R\$473,8 milhões, em 31 de dezembro de 2015, frente R\$1.024,8 milhões em 31 de dezembro de 2014, variação de R\$ 552,0 milhões.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

a. resultado das operações da Companhia, em especial:

i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A Diretoria acredita que os principais fatores que impactaram o desempenho financeiro da Companhia e de suas Controladas nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014 são:

No segmento de transmissão verificou-se:

- Em 2016, (a) Reajuste da RAP (11,09% para as transmissoras que são reajustadas pelo IGP-M, e 9,32% para as transmissoras que são atualizadas pelo IPC-A; (b) disponibilidade de suas linhas de transmissão e subestações Parcada Variável ("PV") 0,35% em 2016); (c) entrada em operação da primeira fase do RBNI da ETVG em mar/16 e da segunda fase em jun/16; (d) redução na receita líquida da ECTE em razão da queda de 50% da RAP, pro rata temporis, para o ciclo 2016/2017 e; (e) alienação de participação acionária da Alupar na Transchile.
- Em 2015, (a) Reajuste da RAP (4,11% para as transmissoras que são reajustadas pelo IGP-M, e 8,47% para as transmissoras que são atualizadas pelo IPC-A; (b) disponibilidade de suas linhas de transmissão e subestações (PV 0,56% em 2015); (c) entrada em operação da transmissora ETSE (4T14); e (d) entrada em operação da subestação Boa Vista (2T15), de responsabilidade da TNE.
- Em 2014, (a) reajuste da RAP, que estabeleceu reajuste de 6,37% para contratos indexados pelo IPCA e 7,84% para contratos indexados pelo IGP-M e; (b) entrada em operação total da transmissora ESDE.

No segmento de Geração verificou-se:

- Em 2016, um crescimento de 29,3% na receita líquida, deve-se a: (a) início dos CCEARs dos Parques Eólicos Energias dos Ventos em jan/16; (b) início da operação comercial da PCH Morro Azul (ago/16); (c) ganho com a estratégia de comercialização de energia nas PCHs Queluz e Lavrinhas e; (d) reajuste dos contratos de venda de energia, os quais são indexados pela inflação (IPCA / IGP-M).
- Em 2015, um crescimento de 17,8% na receita líquida, devido: (a) reajuste dos contratos de venda de energia, os quais são indexados pela inflação (IPCA / IGP-M); (b) início do CCEAR da UHE Ferreira Gomes em janeiro/15, e; (c) início da entrega de energia no mercado livre da UHE Ferreira Gomes.
- Em 2014, o aumento da receita deve-se: (a) estratégia de sazonalização realizada no primeiro trimestre de 2014. A sazonalização da garantia física de uma determinada usina é a conversão dos valores anuais médios (MW médio), definidos em ato regulatório, em valores mensais, expressos em termos de energia visando, entre outros, os cálculos da contabilização do Mercado de Curto Prazo – MCP e das penalidades por insuficiência de lastro para comercialização de energia pelos agentes, conforme Regras de Comercialização e; (ii) início de operação comercial da primeira e segunda unidade geradora da UHE Ferreira Gomes, antecipando, respectivamente, em 56 e 73 dias a entrada em operação comercial em

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

relação as datas estimadas no contrato de concessão, sendo remunerada pelo PLD (Submercado Norte) sobre a energia efetivamente gerada neste período.

Nossa receita operacional bruta passou de R\$ 1.632,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 para R\$ 1.705,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, representando um aumento de 4,4%. A variação do saldo se deve em função (i) do aumento de 22,5% na Receita de Suprimento de Energia, totalizando R\$ 463,6 ante R\$ 378,5 milhões em 2015, em função do aumento (i) início dos CCEARs dos Parques Eólicos Energias dos Ventos em jan/16; impacto positivo de R\$ 52,7 milhões; (ii) início da operação comercial da PCH Morro Azul (ago/16) impacto positivo de R\$ 5,0 milhões; (iii) ganho com a estratégia de comercialização de energia nas PCHs Queluz e Lavrinhas, impacto positivo de R\$ 16,5 milhões e; (iv) reajuste dos contratos de venda de energia, os quais são indexados pela inflação (IPCA / IGP-M).

Nossa receita operacional bruta passou de R\$ 1.575,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 para R\$ 1.632,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, representando um aumento de 3,6%. A variação do saldo se deve em função (i) do aumento de 4,7% na Receita de Remuneração do Ativo da Concessão, totalizando R\$ 1.070,0 ante R\$ 1.022,4 milhões em 2014, em função do aumento dos índices de inflação de longo prazo, utilizados para cálculo da taxa de remuneração das transmissoras; e (ii) do aumento de 21,5% na Receita de Suprimento de Energia, que totalizou R\$ 378,5 milhões em 2015 ante R\$ 311,5 milhões em 2014, devido a entrada em operação da UHE Ferreira Gomes.

ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Nossos resultados operacionais consolidados e de nossas controladas são afetados de maneira significativa por diversos fatores, incluindo, especialmente: (i) disponibilidade da rede de transmissão de energia elétrica; (ii) reajuste da RAP das Concessionárias; (iii) fatores regulatórios, inclusive decisões, normas e políticas adotadas pelo MME, ANEEL, ONS e outras entidades regulatórias do setor de transmissão de energia elétrica; (iv) exposição a taxas de câmbio e de juros; (v) índice pluviométrico; e (vi) condições macroeconômicas do Brasil.

No Segmento de Transmissão, destacamos que o aumento de 0,8% no lucro líquido deve-se a: (a) redução na conta Depreciação / Amortização em razão, principalmente, da reversão da depreciação da Transchile, em função da alienação de participação da Alupar; (b) redução no Resultado Financeiro, em razão da: (i) redução da dívida bruta e, (ii) alienação da participação da Alupar na Transchile e; (c) aumento no IRPJ/CSLL, principalmente, em razão do ajuste nos impostos deferidos da STN. Por outro lado, as transmissoras ENTE e ETEP tiveram uma redução nesta conta, devido a obtenção de um novo benefício fiscal – SUDAM, em dezembro e agosto, respectivamente.

No Segmento de Geração, destacamos que o aumento no lucro líquido se deve a: (a) aumento no EBITDA em razão do aumento na Receita Bruta em função do: (i) início dos CCEARs dos Parques Eólicos Energias dos Ventos em jan/16; (ii) início da operação comercial da PCH Morro Azul; (iii) ganho com a estratégia de comercialização de energia nas PCHs Queluz e Lavrinhas e; (iv) reajuste dos contratos de venda de energia, os quais são indexados pela inflação (IPCA / IGP-M) e; (b) o aumento no resultado financeiro deve-se principalmente ao aumento nas despesas financeiras dos parques eólicos Energia dos Ventos, devido a entrada em operação comercial em mar/16.

O Fator de Ajuste da Garantia Física (“**GSF**”) pode ser interpretado como o percentual de energia que todos os geradores participantes do MRE geraram em relação ao total da Garantia Física conjunta do MRE em um determinado mês. Ocorreu que em 2016 esta relação ficou em 86,9%,

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

ou seja, os geradores participantes do MRE geraram menos energia do que o montante total de sua Garantia Física. Este déficit de geração, ocasionado pelo risco hidrológico, incorreu em uma exposição que foi rateada proporcionalmente levando-se em conta a garantia física de cada um dos participantes do MRE, desta forma, cada geradora necessitou comprar os MWh faltantes para cobrir a exposição e cumprir com seus contratos de venda, a um preço PLD calculado pela CCEE.

Vale ressaltar que em 2015, devido as primeiras disputas judiciais e requerimentos sobre a aplicação do fator de ajuste da garantia física das usinas integrantes do MRE, a ANEEL deu início a Audiência Pública nº 032/2015, que resultou na Resolução Normativa ANEEL nº 684/2015, que foi o resultado da edição da Medida Provisória nº 688/2015, em agosto de 2015, posteriormente convertida na Lei 13.203/2015, que estabelece os critérios para anuência e as demais condições para repactuação do risco hidrológico de geração hidrelétrica por agentes participantes do MRE.

As subsidiárias Ferreira Gomes S.A., Foz do Rio Claro Energia S.A. e Ijuí Energia S.A. da Companhia decidiram aderir à proposta de repactuação do risco hidrológico no ACR. A adesão à repactuação terá efeitos retroativos a partir de janeiro de 2015 e conta com a desistência das ações judiciais que protegia as usinas do Grupo contra os efeitos do GSF..

A Companhia contabilizou os efeitos positivos da repactuação para as empresas que aderiram no Resultado de 4T15. É importante ressaltar que este prêmio, com correção pelo IPCA, passará a ser pago apenas após a quitação do "ativo gerador", sendo para Foz do Rio Claro e Ijuí a partir de julho de 2020 e para Ferreira Gomes a partir de abril de 2029.

b. variações das receitas atribuíveis a modificação de preços, taxa de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Nossa Diretoria entende que nosso resultado e de nossas controladas e coligadas são direta e significativamente impactados pela mudança nas tarifas de energia elétrica reguladas pela ANEEL.

Com relação às atividades de transmissão de energia elétrica, o fato gerador de receita de nossas Controladas e Controladas em Conjunto consiste na disponibilidade das linhas de transmissão e subestações das suas concessões e não no volume de energia transmitida e nossas controladas tem direito a receber a RAP a qual é fixa por concessão, sendo anualmente reajustada pelo IGP-M ou o IPC-A.

Dessa forma, a Diretoria entende que nossa receita é afetada pela: (i) variação da inflação; e/ou (ii) inserção de novas linhas de transmissão no grupo. Esta inserção se dá com uma política de crescimento consistente e com sinergia operacional, o que faz com que seja possível implantarmos novas transmissoras com grande eficiência, por meio de participação nos leilões de transmissão e aquisições.

O faturamento de companhias de geração no Brasil depende principalmente dos contratos de venda de energia lastreados por suas respectivas Garantias Físicas. A Garantia Física de uma usina é definida pelo MME e consta de seu Contrato de Concessão ou Ato de Autorização. Em 1998, o Governo Federal instituiu o MRE no intuito de estabelecer o compartilhamento dos riscos hidrológicos (ou escassez hídrica) entre as geradoras hidrelétricas.

A receita líquida ajustada consolidada da Companhia totalizou R\$ 1.514,0 milhões em 2016, 6,8% superior aos R\$ 1.417,8 milhões registrados em 2015 e 5,6% superior aos R\$ 1.338,9 registrados em 2014. A receita proveniente de transmissão e geração, que correspondem respectivamente a 73% e 27% da receita líquida consolidada da Companhia (sem considerar TME, TNE e

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Transchile), são impactadas apenas pela inflação ou pela construção de novas linhas de transmissão ou usinas de geração.

Em 2016, a RAP das concessionárias foi reajustada em 11,09% de acordo com o índice de inflação IGP-M e 9,32% de acordo com o índice de inflação IPCA. Em 2015, a RAP das concessionárias foi reajustada em 4,11% de acordo com o índice de inflação IGP-M e 8,47% de acordo com o índice de inflação IPCA. Em 2014 a RAP das concessionárias foi reajustada em 7,84% de acordo com o índice de inflação IGP-M e 6,37% de acordo com o índice de inflação IPCA.

Em 2016, no segmento de geração a receita líquida totalizou R\$ 439,5 milhões, 29,3% superior aos R\$ 340,0 milhões registrados em 2015, devido a: (i) início dos CCEARs dos Parques Eólicos Energias dos Ventos em jan/16; (b) início da operação comercial da PCH Morro Azul (ago/16); (c) ganho com a estratégia de comercialização de energia nas PCHs Queluz e Lavrinhas; (d) reajuste dos contratos de venda de energia, os quais são indexados pela inflação (IPCA / IGP-M). Em 2015, no segmento de geração a receita líquida totalizou R\$ 340,0 milhões, 17,8% superior aos R\$ 288,6 milhões registrados em 2014, devido: (a) reajuste dos contratos de venda de energia, os quais são indexados pela inflação (IPCA / IGP-M); (b) início do CCEAR da UHE Ferreira Gomes em jan/15 e; (c) início da entrega de energia no mercado livre da UHE Ferreira Gomes, comercializando 350,0 GWh ao preço médio de R\$ 165,8 MWh. Em 2014, o aumento da receita deve-se: (a) estratégia de sazonalização realizada no primeiro trimestre de 2014 e; (ii) início de operação comercial da primeira e segunda unidade geradora da UHE Ferreira Gomes, antecipando, respectivamente, em 56 e 73 dias a entrada em operação comercial em relação as datas estimadas no contrato de concessão, sendo remunerada pelo PLD (Submercado Norte) sobre a energia efetivamente gerada neste período.

Abaixo, segue a abertura do Receita da Companhia:

Receita Líquida Ajustada (R\$ MM)			
	2016	2015	2014
Receita de Transmissão de Energia	114,9	108,7	111,4
Receita de Infraestrutura	39,8	75,8	130,6
Remuneração do Ativo de Concessão	1.086,9	1.070,0	1.022,4
Suprimento de Energia	463,6	378,5	311,5
Receita Bruta - IFRS	1.705,3	1.632,9	1.575,9
Deduções	151,5	139,4	106,4
Receita Líquida - IFRS	1.553,8	1.493,6	1.469,5
Exclusão da Receita de Infraestrutura	39,8	75,8	130,6
Receita Bruta Ajustada	1.665,5	1.557,1	1.445,3
Receita Líquida Ajustada	1.514,0	1.417,8	1.338,9

c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Nosso resultado operacional e financeiro pode ser afetado pela inflação e pelos juros, uma vez que possuímos uma parcela relevante dos nossos custos e despesas operacionais incorridos em reais e tais custos e despesas são reajustados pela composição de diversos índices, tais como o IGP-M, IPC-A, a TJLP e a taxa dos CDI. Com o objetivo de mitigar esse tipo de risco, buscamos diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas. Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia não possuía operações de swap vigentes. Não obstante, a Companhia poderá vir a contratar tais operações em determinadas circunstâncias, com o objetivo de travar o custo financeiro ocasionado pela inflação e pelas variações nas taxas de juros..

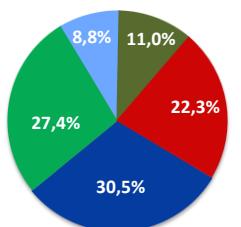
Em 31 de dezembro de 2016, a dívida da Alupar consolidada e suas subsidiárias em moeda estrangeira totalizou R\$ 503,8 milhões ou 11,0% do total da dívida, sendo R\$ 0,8 milhão financiamentos em cesta de moedas junto a bancos de fomento e R\$ 503,0 milhões alocados nos projetos de geração no Peru e na Colômbia.

Além disso, em 31 de dezembro de 2016 as disponibilidades (caixas e equivalentes de caixas) da Alupar consolidada e suas subsidiárias somavam R\$ 934,3 milhões, R\$ 208,3 milhões superior aos R\$ 726,0 milhões registrados em 31 de dezembro de 2015.

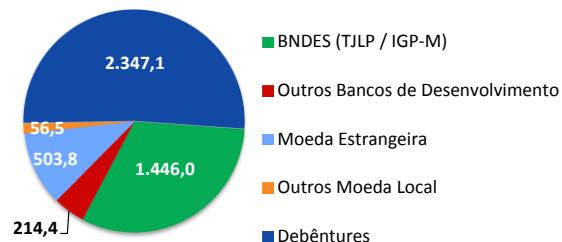
Da dívida consolidada, R\$ 839,3 milhões referem-se à Alupar - Holding, conforme detalhado acima, outros R\$ 3.169,1 milhões estão alocados nas empresas operacionais, que possuem fluxo de pagamento compatível com as respectivas gerações de caixa, enquanto R\$ 559,2 milhões referem-se aos projetos em implantação, sendo R\$ 370,8 milhões alocados na Alupar Peru / La Virgen para implantação da UHE La Virgen; R\$ 31,3 milhões alocados na implantação da PCH Verde 8; R\$ 25,0 milhões alocados na implantação do reforço da ETVG e R\$ 132,2 milhões alocados na PCH Morro Azul na Colômbia.

Em 31 de dezembro de 2016, as emissões de debêntures corresponderam a R\$ 2.347,1 milhões ou 51,4% do total da dívida. As debêntures de emissão da Alupar - Holding representam um saldo de R\$ 834,3 milhões e as emissões das subsidiárias EATE, ECTE, ENTE, ETEP, STN, Ferreira Gomes, Transirapé, Transleste, Transudeste e Energia dos Ventos representam um saldo de R\$ 1.512,8 milhões.

Composição Dívida Total por Indexador (%)



Composição da Dívida Total (Em milhares de R\$)



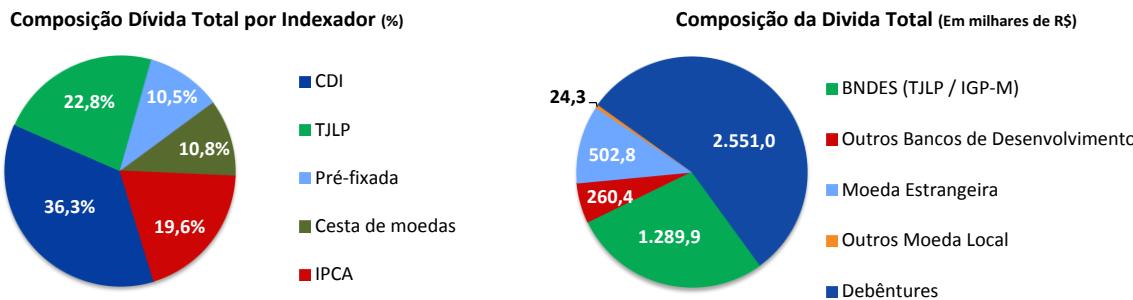
* Outros Bancos de Desenvolvimento: FINEP, FINAME, Banco do Brasil, BNB

* Outros Moeda Local: Santander e BTG Pactual

Em 31 de dezembro de 2015, apenas 11% de nosso endividamento estava em moeda estrangeira, sendo R\$ 2,9 milhões financiamentos em cesta de moedas junto a bancos de fomento e R\$ 499,9 milhões para a implantação dos projetos de geração no Peru e na Colômbia, razão pela qual estamos pouco sujeitos ao risco da variação cambial.

Abaixo o perfil do endividamento consolidado da Companhia:

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro



* Outros Bancos de Desenvolvimento: FINEP, FINAME, Banco do Brasil, BNB e BDMG

* Outros Moeda Local: Santander e BTG Pactual

Em 31 de dezembro de 15 as disponibilidades (caixas e equivalentes de caixas) da Alupar e suas subsidiárias somavam R\$ 726,0 milhões, R\$ 99,8 milhões superior aos R\$ 626,2 milhões registrados em 31 de dezembro de 2014.

Da dívida consolidada, R\$ 837,6 milhões referem-se à Controladora e outros R\$ 3.043,6 milhões estão alocados nas empresas operacionais, que possuem fluxo de pagamento compatível com as respectivas gerações de caixa e outros R\$ 747,2 milhões referem-se aos projetos em implantação, sendo R\$ 96,1 milhões alocados na PCH Morro Azul (Risaralda), R\$ 403,8 milhões alocados na Alupar Peru / La Virgen para implantação da UHE La Virgen, R\$ 223,0 milhões alocadas no Complexo Aracati (Energia dos Ventos) e R\$ 24,3 milhões alocados na implantação do reforço da ETVG.

Do total da dívida, R\$ 1.550,3 milhões são para projetos de infraestrutura (*project finance*) junto a bancos de fomento.

Em 31 de dezembro de 2015, as emissões de debêntures corresponderam a R\$ 2.551,0 milhões ou 55% do total da dívida. As debêntures de emissão da holding representam um saldo de R\$ 809,3 milhões e as emissões das subsidiárias EATE, ECTE, ENTE, ETEP, STN, Ferreira Gomes, Transirapé, Transleste, Transudeste e Energia dos Ventos representam um saldo de R\$ 1.741,7 milhões.

Em 31 dezembro de 2014, a dívida bruta da Alupar e suas subsidiárias totalizaram R\$ 3.977,0 milhões, e a dívida líquida ajustada registrada em dezembro de 2014 foi de R\$ 3.350,8 milhões.,

Em 31 de dezembro de 2014, as disponibilidades (caixas e equivalentes de caixas) da Alupar e suas subsidiárias somavam R\$ 626,2 milhões

Da dívida consolidada, R\$ 622,9 milhões referem-se à Controladora e outros R\$ 3.291,1 milhões estão alocados nas empresas operacionais, que possuem fluxo de pagamento compatível com as respectivas gerações de caixa e outros R\$ 63,0 milhões referem-se aos projetos em implantação, sendo R\$ 36,1 milhões alocados na PCH Morro Azul (Risaralda) e R\$ 26,9 milhões alocados na Alupar Peru para implantação da UHE La Virgen.

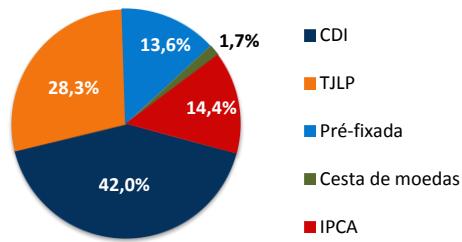
Do total da dívida, R\$ 1.689,7 milhões são para projetos de infraestrutura (*project finance*) junto a bancos de fomento, sendo indexados a TJLP.

Em 31 de dezembro de 2014, as emissões de debêntures corresponderam a R\$ 2.220,9 milhões ou 55,8 % do total da dívida. As debêntures de emissão da holding representam um saldo de R\$ 582,8 milhões e as emissões das subsidiárias EATE, ECTE, ENTE, ETEP, STN, Ferreira Gomes, Transirapé, Transleste e Transudeste representam um saldo de R\$ 1.638,1 milhões.

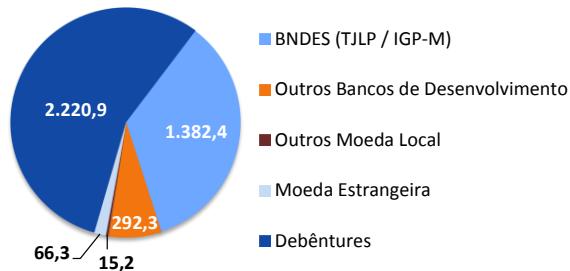
10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

A dívida em moeda estrangeira totalizou R\$ 66,3 milhões ou 1,7% do total da dívida, sendo R\$ 3,3 milhões financiamentos em cesta de moedas junto a bancos de fomento e R\$ 63,0 milhões para a implantação dos projetos de geração no Peru e na Colômbia.

Composição Dívida Total por Indexador (%)



Composição da Dívida Total (Em milhares de R\$)



* Outros Bancos de Desenvolvimento: FINEP, FINAME, Banco do Brasil, BNB e BDMG

* Outros Moeda Local: Santander e BTG Pactual

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

(a) introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve aquisição ou alienação de segmento operacional que tenha causado alterações relevantes em nossas demonstrações financeiras no último exercício social.

(b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Constituição da Windepar Holding S.A.

Em 11 de fevereiro de 2016, a Companhia transferiu a totalidade de 118.221.362 (cento e dezoito milhões, duzentas e vinte uma mil, trezentas e sessenta e duas) ações ordinárias nominativas de emissão das controladas Energia dos Ventos I S.A., Energia dos Ventos II S.A., Energia dos Ventos III S.A., Energia dos Ventos IV S.A. e Energia dos Ventos X S.A. para a Windepar Holding S.A.

Constituição das empresas ETC e ETAP - Leilões de Transmissão.

Em 29 de abril de 2016, a Companhia constituiu as empresas ETC – Empresa Transmissora Capixaba S.A. e ETAP – Empresa transmissora Agreste Potiguar S.A. com capital social de R\$ 5 (cinco mil reais) cada uma, através da emissão de 5.000 ações ordinárias nominativas cada uma.

Aumento de Capital Foz do Rio Claro Energia S.A.

Em 23 de março de 2016, a controlada Foz do Rio Claro Energia S.A. integralizou capital no montante de R\$ 86.270 por meio de AFACs realizados em exercícios anteriores. Em razão de tal integralização, a Companhia passou deter 66,06% do capital social total da Foz do Rio Claro.

Aumento de Capital Ijuí Energia S.A.

Em 23 de março de 2016, a controlada Ijuí Energia S.A. integralizou capital no montante de R\$ 214.836 por meio de AFACs realizados em exercícios anteriores. Em razão de tal integralização, a Companhia passou deter 86,66% do capital social total da Ijuí Energia.

Aumento de Capital La Virgen.

Em 29 de agosto de 2016, houve um aumento de capital na controlada indireta La Virgen S.A.C, no qual a Alupar Inversiones Perú S.A.C. e a Peruana de Energía S.A.A. integralizaram capital no montante de US\$5.500.000,00 em valores monetários. Em razão de tal integralização a Companhia passou a deter 12,52% do capital social da La Virgen S.A.C.

Transchile

Em 12 de setembro de 2016 a Companhia, firmou acordo de compra e venda da totalidade das ações detidas pela Companhia na Transchile Charrúa Transmisión S.A., correspondentes a 51% (cinquenta e um por cento) do capital total, pelo valor de US\$ 58.859.100,00, com as empresas Ferrovial Transco Chile SpA e Ferrovial Transco Chile II SpA, ambas controladas pela Ferrovial S.A. Nesta data a Companhia reclassificou os ativos para disponível a venda no montante de R\$88.721 conforme nota explicativa 11.

Em 06 de outubro de 2016 em atendimento ao disposto no artigo 157, parágrafo 4º da Lei das Sociedades por Ações e às disposições da Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002,

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

informamos que foi atendida a condição suspensiva disposta no Contrato de Compraventa de Acciones, de forma que nesta data a totalidade das ações foram transferidas e a venda concretizada para a Ferrovial Transco Chile SpA e Ferrovial Transco Chile II SpA, ambas controladas pela Ferrovial S.A. companhia aberta. A Transchile era registrada no consolidado pelo método da equivalência patrimonial por possuir controle compartilhado.

As seguintes investidas estão registradas no consolidado por meio do método da equivalência patrimonial:

Descrição	Abreviatura	Atividade	Participação (%)	
			31/12/2016	31/12/2015
<u>Controladas em conjunto</u>				
Transmissora Matogrossense de Energia S.A.	"TME"	Transmissão	46,00	46,00
Transnorte Energia S.A.	"TNE"	Transmissão	51,00	51,00

O exercício social das controladas incluídas na consolidação é coincidente com o da controladora, e as políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme àquelas utilizadas pela controladora e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior. As transações entre a controladora e as empresas controladas são realizadas em condições estabelecidas entre as partes (vide nota explicativa 33). A participação dos acionistas não controladores, das empresas consolidadas integralmente, é destacada nas demonstrações do resultado do exercício do resultado abrangente das demonstrações do valor adicionado e na mutação do patrimônio líquido consolidados.

(c) eventos ou operações não usuais

Os Diretores informam que não houve, durante os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014, quaisquer eventos ou operações não usuais com relação à Companhia ou suas atividades que tenham causado ou se espera que venham causar efeito relevante nas demonstrações financeiras ou resultados da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

(a) mudanças significativas nas práticas contábeis

Não ocorreram mudanças significativas nas práticas contábeis no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015 e no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014.

Nossas demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as normas internacionais de contabilidade IFRS emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB") e, também, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), os quais foram aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"), incluindo também dispositivos da Lei Societária.

(b) efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

A Companhia não adotou antecipadamente nenhuma norma ou pronunciamento cuja adoção não fosse obrigatória nesse exercício. As seguintes IFRS novas e revisadas emitidas cujas datas de adoção inicial ainda não se efetivaram: IFRS 9, IFRS 15 e modificações às IFRS 16/CPC 27 norma anterior IAS 17/CPC06 (R1).

(c) ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor

Relativamente às nossas demonstrações contábeis individuais e consolidadas referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014, o relatório do auditor independente não contém ressalvas.

Os Diretores da Companhia esclarecem que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas de acordo com as IFRS emitidas pelo IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e também esclarecem que, a apresentação das demonstrações do valor adicionado (DVA), para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014, foi realizada em atendimento à legislação societária brasileira para as companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Estas demonstrações foram também examinadas pelos auditores independentes e estão adequadamente apresentadas em todos seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Principais assuntos de auditoria referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 foram:

Redução ao valor recuperável do ativo imobilizado - Controladora e Consolidado

Em 31 de dezembro de 2016 a Companhia possui R\$ 3.810.323 referente a ativo imobilizado registrado nas demonstrações contábeis consolidadas. Conforme mencionado nas notas explicativas 3.18.2 e 15, a Companhia avaliou a existência de indicadores de redução ao valor recuperável das suas unidades geradoras de caixa ("UGCs"). Para o cálculo do valor recuperável utilizou-se do método de fluxo de caixa descontado, com base em projeções econômico-financeiras.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

Devido às incertezas inerentes às projeções de fluxo de caixa e suas estimativas para determinar a capacidade de recuperação de ativos, bem como a complexidade do processo, o qual requer um grau significativo de julgamento por parte da Companhia para determinação da estimativa contábil e considerando a redução da demanda do mercado de geração de energia, e ao impacto que eventual alteração nas premissas poderia trazer nas demonstrações contábeis consolidadas e no valor do investimento registrado pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis da controladora, consideramos esse assunto como significativo para nossa auditoria.

Ativo Financeiro - Concessões de serviço público - Transmissoras - Controladora e Consolidado

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possui R\$ 4.452 milhões referentes aos ativos financeiros relacionados a investimentos em infraestruturas de concessão das controladas do segmento de transmissão, por se caracterizar como um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente. A atualização do ativo financeiro envolve julgamento da Companhia para definir e alocar os gastos entre: (i) custos capitalizados, quando ocorre o aumento da capacidade e melhoria da infraestrutura e; (ii) despesas de manutenção incorridas, as quais são reconhecidas no resultado do exercício e leva em consideração a remuneração pela taxa interna de retorno do projeto e a parcela da indenização a ser recebida no retorno dos ativos ao poder concedente. A Companhia atualiza a cada período de reporte a sua composição do ativo financeiro em função do investimento realizado com caráter prudencial, o qual está sujeito a revisão do regulador quando das revisões tarifárias, e das estimativas do valor residual da infra-estrutura ao fim da concessão e da parcela da receita anual permitida que é considerada como receita de operação e manutenção.

Devido ao grau de subjetividade envolvido no processo de avaliação desse ativo, associado às incertezas inerentes ao ambiente regulatório em que a Companhia opera, ao alto grau de julgamento exercido pela Companhia para definir e alocar os gastos entre ativo financeiro e despesas de manutenção incorridas e ao fato de que qualquer alteração dos julgamentos exercidos na classificação dos gastos impactar significativamente as demonstrações contábeis consolidadas e o valor do investimento registrado pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis da controladora, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

A preparação das nossas demonstrações financeiras requer que nossa administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Quando necessário, as estimativas basearam-se em pareceres elaborados por especialistas.

Nós e nossas controladas adotamos premissas derivadas de experiências históricas e outros fatores que entenderam como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas por nós e nossas controladas são revisadas periodicamente no curso ordinário dos nossos negócios. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Os Diretores da Companhia esclarecem que as políticas contábeis consideradas críticas praticadas pela Companhia encontram-se descritas abaixo.

Ativos financeiros

Reconhecimento inicial

Ativos financeiros são quaisquer ativos que sejam: caixa e equivalente de caixa, instrumento patrimonial de outra entidade, incluindo os investimentos de curto prazo, direito contratual, ou um contrato que pode ser liquidado através de títulos patrimoniais da própria entidade.

Os ativos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto os instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos avaliados ao valor justo por meio do resultado, para os quais os custos são registrados no resultado do exercício.

Sendo no reconhecimento inicial classificados dentro das seguintes categorias: ativo financeiro mensurado ao valor justo por meio do resultado; investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis. Esta classificação depende da natureza, das disposições contratuais e do propósito do ativo financeiro.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, de acordo com os seguintes critérios:

- Ativos financeiros avaliados a valor justo por meio do resultado - são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo e são apresentados no balanço patrimonial ao valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando adquiridos com a finalidade de venda ou recompra em prazo muito curto, quando fazem parte de uma carteira de instrumentos financeiros para obtenção de lucro no curto prazo ou quando são derivativos. Esses ativos são avaliados subsequentemente pelo seu valor justo com impacto no resultado no exercício.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

- Ativos financeiros mantidos até o vencimento - são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis e com vencimento definido para os quais a Companhia tem a intenção e a capacidade de mantê-los até o vencimento. Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos.
- Ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis - são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não estão cotados em um mercado ativo. Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos.
- Ativos financeiros disponíveis para venda - são ativos financeiros não derivativos e que não são classificados como empréstimos e recebíveis, mantidos até o vencimento ou pelo valor justo por meio do resultado. Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo seu valor justo através do patrimônio líquido.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras, e são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, sendo apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado.

Para que uma aplicação financeira seja qualificada como equivalente de caixa, ela precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, uma aplicação financeira normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da aquisição.

Investimento de curto prazo e títulos e valores mobiliários

Os investimentos de curto prazo e títulos e valores mobiliários incluem aplicações financeiras certificados de depósitos bancários, títulos públicos e fundos de investimentos exclusivos que são integralmente consolidados, estão classificados como a valor justo por meio do resultado, sendo apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado.

Contas a receber de clientes

A Companhia e suas controladas classificam os saldos de contas a receber de clientes, como instrumentos financeiros “recebíveis”. Recebíveis são representados por instrumentos financeiros não derivativos com recebimentos fixos, e que não estão cotados em um mercado ativo. Os recebíveis são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e são ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, por ajuste para redução ao seu provável valor de recuperação ou por créditos de liquidação duvidosa.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável, está constituída com base na estimativa das prováveis perdas que possam ocorrer na cobrança dos créditos. O critério utilizado pela Companhia e suas controladas é o de se efetuar análise individual sobre as contas julgadas de difícil recebimento. Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Companhia não possui provisão para créditos de liquidação duvidosa registrada em suas demonstrações contábeis.

Provisão para redução ao provável valor de recuperação de ativos financeiros

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação de eventual indicação de redução no seu valor de recuperação dos ativos (impairment). Os ativos são considerados irrecuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o seu reconhecimento inicial e que tenham impactado o seu fluxo estimado de caixa futuro. Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia e suas controladas não identificaram nenhum indicador, através de informações extraídas de fontes internas e externas, relacionado a perdas por redução ao provável valor de recuperação dos ativos.

Baixa de ativos financeiros

A Companhia e suas controladas baixam seus ativos financeiros quando expiram os direitos contratuais sobre o fluxo de caixa desse ativo financeiro, ou quando substancialmente todos os riscos e benefícios desse ativo financeiro são transferidos à outra entidade. Caso a Companhia e suas controladas mantenham substancialmente todos os riscos e benefícios de um ativo financeiro transferido, esse ativo financeiro é mantido nas demonstrações contábeis e um passivo é reconhecido por eventuais montantes recebidos na transação.

Contratos de concessão

Os contratos de concessão estabelecem que os ativos vinculados à infraestrutura devam ser revertidos ao poder concedente no final da concessão, mediante pagamento de uma indenização.

De acordo com a ICPC 01 (R1), as infraestruturas enquadradas nas concessões não são reconhecidas pelo operador como ativos fixos tangíveis ou como uma locação financeira, uma vez que se considera que o operador não controla os ativos, passando a ser reconhecidas de acordo com um dos seguintes modelos contábeis, dependendo do tipo de compromisso de remuneração do operador assumido pelo poder concedente no âmbito do contrato:

Modelo do ativo financeiro

Este modelo é aplicável quando o operador tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização das infraestruturas abrangidas pela concessão e resulta no registro de um ativo financeiro, o qual é registrado ao custo amortizado.

Este modelo se aplica às nossas concessionárias de transmissão de energia elétrica.

Investimentos

Os investimentos da Companhia em suas controladas são avaliados com base no método de equivalência patrimonial.

Imobilizado

A depreciação é calculada pelo método linear, por componente, com base nas taxas divulgadas na nota explicativa 15, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastros ("UC"), e conforme taxas anuais determinadas pela Resolução ANEEL nº 674, de 11 de agosto de 2015, limitada ao prazo de autorização para os parques eólicos, a qual estabeleceu novas taxas de depreciação anuais para ativos em serviço outorgado no setor elétrico, com vigência a partir de 01 de janeiro de 2012. Estas taxas de depreciação levam em consideração o tempo de vida útil-econômica estimada dos bens na data base de 31 de dezembro de 2016.

O entendimento da Administração da Companhia é que no advento do termo final do contrato de concessão, os bens e as instalações vinculados à produção de energia elétrica, passarão a

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados ainda não amortizados, desde que autorizados e apurados por auditoria da ANEEL.

Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, essas partes são reconhecidas como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma manutenção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração de resultado, quando incorridos.

Um item do ativo imobilizado é baixado quando é vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são atualizados conforme revisões efetuadas pela ANEEL, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados pelo método linear ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisadas no mínimo ao final de cada exercício social. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na rubrica de outras despesas líquidas, consistente com a utilização do ativo intangível.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, quando existentes, são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

O saldo do ativo intangível da Companhia e suas controladas estão compostos principalmente por:

Direito de concessão – uso do bem público

O ativo intangível das controladas Ijuí, Foz e Ferreira Gomes, compreendem o direito das controladas operarem como concessionária de Uso do Bem Público (“UBP”) na produção e comercialização de energia elétrica, conforme contrato de concessão, as quais pagarão por este direito pelo prazo de concessão.

A vida útil desse intangível é avaliada como definida, pelo prazo de 35 anos, conforme o período de concessão.

Ativos intangíveis adquiridos de terceiros (ágio) e desenvolvimento de projetos

Referem-se ao ágio decorrente dos ativos adquiridos de terceiros, inclusive por meio de combinação de negócios, e os projetos de UHE's, PCH's, Usinas Eólicas, entre outros. Além disso, para desenvolvimento destes e para os demais projetos a Companhia incorre em custos pré-operacionais inerentes ao processo de desenvolvimento de tais projetos, como a contratação

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

de serviços de engenharia, viagens e outros. Após a autorização/permissão/concessão das licenças para instalação, os projetos desenvolvidos são alocados às SPEs controladas que reembolsarão todos os gastos incorridos à Companhia.

Os gastos incorridos em um projeto que porventura se torne passível de não instalação são revertidos para o resultado da Companhia. Estas reversões são baseadas em avaliações da administração.

Provisão para redução ao provável valor de realização dos ativos não circulantes ou de longa duração

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 não foram identificados tais eventos ou circunstâncias nas atividades da Companhia e suas controladas. Uma perda é reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo ou grupo de ativos de longa duração. O valor provável de recuperação é determinado como sendo o maior valor entre (a) o valor de venda estimado dos ativos menos os custos estimados para venda e (b) o valor em uso, determinado pelo valor presente esperado dos fluxos de caixa futuros do ativo ou da unidade geradora de caixa. Com o objetivo de avaliar o valor recuperável dos ativos através do valor em uso, utiliza-se o menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (unidades geradoras de caixa ("UGC")). Desse modo, as controladas relacionadas à transmissão de energia e geração de energia, foram analisadas isoladamente, de acordo com a sua geração de caixa.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflete o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como mais provável que não e seu montante possa ser estimado de forma confiável. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado.

O montante reconhecido como uma provisão é a melhor estimativa do valor requerido para liquidar a obrigação na data do balanço, levando em conta os riscos e incertezas inerentes ao processo de estimativa do valor da obrigação.

Provisões para contingências

A Companhia e suas controladas são parte de diversos processos judiciais e administrativos. A avaliação se uma provisão é necessária de ser reconhecida inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como, a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Provisões para compensações ambientais

Em função das suas atividades, as controladas da Companhia constituíram provisões para compensações ambientais. Estas obrigações estão relacionadas a investimentos em unidades de conservação assumidos durante o processo de licenciamento do empreendimento. A contrapartida desta provisão foi registrada na rubrica do imobilizado.

Provisões de constituição dos ativos

As provisões de constituição de ativos contemplam obrigações assumidas em obras a serem finalizadas, e que estão relacionadas a um determinado projeto que já entrou em operação. A contrapartida desta provisão foi registrada na rubrica do imobilizado.

Passivos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração subsequente

São quaisquer passivos que sejam obrigações contratuais (i) que determinem a entrega de caixa ou de outro ativo financeiro para outra entidade ou, ainda, (ii) que determinem uma troca de ativos ou passivos financeiros com outra entidade em condições desfavoráveis à Companhia e suas controladas. Passivos financeiros ainda incluem contratos que serão ou poderão ser liquidados com títulos patrimoniais da própria entidade.

Os passivos financeiros são classificados dentro das seguintes categorias: passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado; empréstimos e financiamentos, ou como derivativos classificados como instrumentos de hedge, conforme o caso. Esta classificação depende da natureza e do propósito do passivo financeiro, os quais são determinados no seu reconhecimento inicial.

Os instrumentos financeiros da Companhia e de suas controladas são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e, no caso de empréstimos, financiamentos e debêntures não conversíveis, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

A Companhia não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado.

A mensuração subsequente dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Empréstimos, financiamentos e debêntures não conversíveis: são atualizados pela variação monetária, de acordo com os índices determinados em cada contrato, incorridos até a data do balanço em adição aos juros e demais encargos contratuais, os quais são registrados em despesas financeiras, utilizando o método de taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método de taxa de juros efetivos. As controladas operacionais e a Companhia apropriam os custos com empréstimos resultado do exercício, quando incorridos. Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso são capitalizados como parte dos custos do correspondente ativo.

Fornecedores: inclui obrigações com fornecedores de energia, materiais e serviços, bem como a compra de energia de curto prazo adquirida na CCEE e a TUSD.

Liquidação de passivos financeiros

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

A Companhia liquida os passivos financeiros somente quando as obrigações são extintas, ou seja, quando são liquidadas, canceladas pelo credor ou prescritas de acordo com disposições contratuais ou legislação vigente.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

Instrumentos financeiros – apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Tributação

Impostos sobre as vendas

As receitas de vendas das controladas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (“PIS”) – 0,65% e 1,65%;
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (“COFINS”) - 3,00% e 7,6%;
- Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (“ICMS”) - alíquota de acordo com o Estado aonde a energia é faturada.

Esses tributos são deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido.

Imposto de renda e contribuição social - correntes

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada de acordo com legislação tributária vigente. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para a parcela do lucro que excede R\$240 no exercício base para apuração do imposto, enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, exceto as controladas, que estão sob o regime de apuração com base no lucro presumido conforme detalhado na nota explicativa 32. O imposto de renda e a contribuição social corrente são reconhecidos pelo regime de competência. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

Atualmente, a Companhia, suas controladas e controladas em conjunto estão sujeita as seguintes formas de tributação do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (“IRPJ”) e da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (“CSLL”):

- Lucro Presumido: Podem ser tributadas nesta forma todas aquelas empresas cuja receita bruta total (Considera-se como receita bruta total a receita bruta de vendas somada aos ganhos de capital e às demais receitas e resultados positivos decorrentes de receitas não compreendidas na atividade) tenha sido igual ou inferior a R\$ 78.000, no ano-calendário anterior, ou a R\$ 6.500 multiplicado pelo número de meses em atividade no ano-calendário anterior (Lei n º 10.637, de 2002, art. 46); e que não estejam obrigadas à tributação pelo lucro

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

real em função da atividade exercida ou da sua constituição societária ou natureza jurídica. No caso das controladas e controladas em conjunto que estão sujeitos a esta forma de tributação, a alíquota de cada tributo (15% ou 25% de IRPJ e 9% da CSLL) incide sobre as receitas com base em percentual de presunção variável (8% do faturamento para IRPJ e 12% para CSLL). Este percentual deriva da presunção de uma margem de lucro para cada atividade (daí a expressão Lucro Presumido) e é predeterminado pela legislação tributária.

- **Lucro Real** - Lucro real é o lucro líquido do exercício de apuração ajustado pelas adições, exclusões ou compensações prescritas ou autorizadas pela legislação fiscal. A determinação do lucro real será precedida da apuração do lucro líquido de cada exercício de apuração com observância das leis comerciais. No caso da Companhia, das suas controladas e das suas controladas em conjunto que estão sujeitos a esta forma de tributação, a alíquota de cada tributo (15% ou 25% de IRPJ e 9% da CSLL) incide diretamente sobre o lucro líquido contábil somado aos ajustes determinados pela legislação fiscal.

A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações as quais a regulamentação fiscal requer interpretações e estabelece provisões quando apropriado.

Imposto de renda e contribuição social - diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributários futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Caso a estimativa de lucros tributáveis futuros indique que os impostos diferidos ativos não serão recuperados, a Companhia e suas controladas registram provisão para redução ao seu provável valor de realização. Esta análise é fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, determinada em estudo técnico aprovado pelos órgãos de administração da Companhia.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Impostos diferidos ativos e passivos serão apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Um ativo é reconhecido no balanço quando se trata de recurso controlado pela Companhia decorrente de eventos passados e do qual se espera que resultem em benefícios econômicos futuros.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Os outros ativos estão demonstrados pelos valores de aquisição ou de realização, quando este último for menor, e os outros passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias incorridas.

Classificação dos ativos e passivos no circulante e não circulante

Um ativo ou passivo deverá ser registrado como não circulante se o prazo remanescente do instrumento for maior do que 12 meses e não é esperado que a liquidação ocorra dentro do período de 12 meses subsequentes à data-base das demonstrações contábeis, caso contrário será registrado no circulante.

Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência de exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis. Nas datas das demonstrações contábeis a Companhia e suas controladas não possuíam ajustes a valor presente de montantes significativos.

Dividendos

Os dividendos propostos a serem pagos e fundamentados em obrigações estatutárias são registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Companhia estabelece que, no mínimo, 50% do lucro anual seja distribuído a título de dividendos. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários, que deverão estar respaldados em resultados auditados por empresa independente, contendo projeção dos fluxos de caixa que demonstrem a viabilidade da proposta.

Desse modo, no encerramento do exercício social e após as devidas destinações legais, a Companhia registra a provisão equivalente ao dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído no curso do exercício, ao passo que registra os dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório como “dividendo adicional proposto” no patrimônio líquido.

Reconhecimento da receita

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

A receita de venda inclui somente os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização. As quantias cobradas por conta de terceiros - tais como tributos sobre vendas não são benefícios econômicos da Companhia e de suas controladas, portanto, não estão apresentadas na demonstração do resultado.

Receita de transmissão de energia elétrica

As controladas do segmento de transmissão reconhecem a receita da prestação de serviços de transmissão em conformidade com a normativa contábil da ICPC 01 (R1). Os concessionários devem registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 17 (R1) (IAS 11) e CPC 30 (R1) (IAS 18), mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão.

O valor da receita pode ser mensurado com segurança, e os benefícios são atingidos para as atividades de transmissão de energia, uma vez que, na atividade de transmissão de energia, a receita prevista no contrato de concessão, a RAP, é realizada (recebida/auferida) pela disponibilização das instalações do sistema de transmissão e não depende da utilização da infraestrutura pelos usuários do sistema. Maiores detalhes das premissas estão descritas na nota explicativa 10 das demonstrações financeiras.

As receitas no período pré-operacional do negócio de transmissão de energia, quando registradas, são segregadas em:

- Receitas de infraestrutura
- Remuneração do ativo do financeiro da concessão

E no período operacional do negócio de transmissão de energia, quando registradas, são segregadas em:

- Receita de transmissão de energia
- Remuneração do ativo financeiro da concessão

Receita de suprimento de energia elétrica

As controladas do segmento de geração reconhecem a receita de suprimento de energia elétrica no resultado de acordo com as regras de mercado de energia elétrica, a qual estabelece a transferência dos riscos e benefícios sobre a quantidade contratada de energia para o comprador. A apuração da energia entregue, conforme as bases contratadas ocorrem em bases mensais.

Receita de juros

A receita de juros decorrentes de equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo e títulos e valores mobiliários são calculadas com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

Resultado por ação

A Companhia efetua os cálculos do resultado por ações utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o exercício correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

O resultado básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido do exercício pela média ponderada da quantidade de ações emitidas. Os resultados por ação de exercícios anteriores são

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

ajustados retroativamente, quando aplicável, para refletir eventuais capitalizações, emissões de bônus, agrupamentos ou desdobramentos de ações. Não existem instrumentos financeiros de capital que poderiam afetar o lucro líquido por ação por meio de diluição e, portanto o lucro líquido por ação básico ou diluído são idênticos.

O estatuto da Companhia atribui direitos idênticos às ações preferenciais e às ordinárias com relação a participação nos lucros distribuídos.

Programas de Pesquisa e Desenvolvimento (“P&D”) – Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (“FNDCT”) e Empresa de Pesquisa Energética (“EPE”)

São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as empresas transmissoras e geradoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar 1% de sua receita operacional líquida para esses programas. A Companhia possui registrado no passivo circulante e não circulante a rubrica taxas regulamentares e setoriais, na qual está registrado o valor destinado da receita, conforme período previsto para a realização dos investimentos.

Segmento de Negócios

Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio dos quais pode se obter receitas e incorrer em despesas, cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal gestor das operações da Companhia para a tomada de decisões sobre recursos a serem alocados ao segmento e para a avaliação do seu desempenho e para o qual haja informação financeira individualizada disponível.

Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis da controladora e consolidadas da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de provisões para litígios, passivos contingentes, na data base das demonstrações contábeis. Quando necessário, as estimativas basearam-se em pareceres elaborados por especialistas. A Companhia e suas controladas adotaram premissas derivadas de experiências históricas e outros fatores que entenderam como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas pela Companhia e suas controladas são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

Vida útil dos bens do imobilizado

Conforme descrito na nota explicativa 3.3, a Companhia e suas controladas utilizam os critérios definidos na Resolução ANEEL nº. 474, de 7 de fevereiro de 2012, na determinação da vida útil estimada dos bens do ativo imobilizado. A Companhia entende que esses critérios refletem adequadamente a vida útil de seus ativos.

Perda por Redução ao Valor Recuperável de Ativos não Financeiros, inclusive ágio

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não excede o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios internacionais, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

Contabilização de contratos de concessão

Na contabilização dos contratos de concessão a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito a: aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de construção, ampliação e reforços como ativo financeiro.

Momento de reconhecimento do ativo financeiro

A Administração da Companhia e de suas controladas avaliam o momento de reconhecimento dos ativos financeiros com base nas características econômicas de cada contrato de concessão.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

As contabilizações de adições subsequentes ao ativo financeiro somente ocorrerão quando da prestação de serviço de construção relacionado com ampliação/melhoria/reforço da infraestrutura que represente potencial de geração de receita adicional. Para esses casos, a obrigação da construção não é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento da construção, com contrapartida de ativo financeiro.

Determinação da taxa efetiva de juros do ativo financeiro

A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento.

Determinação das receitas de infraestrutura

As controladas abrangidas pelo escopo do ICPC 01 (R1), registram a construção ou melhoria da infraestrutura da concessão de acordo com o CPC 17 (R1) e CPC 30 (R1). De acordo com a regulação do setor elétrico brasileiro, a concessionária de geração ou transmissão é responsável pela construção do respectivo empreendimento, e dessa forma é reconhecida a receita de infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção, por consequência, apurar margem de lucro, se houver. Na contabilização das receitas de construção a Administração da Companhia e de suas controladas avaliam questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra, levando em consideração que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de construção mais determinadas despesas do período de construção. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção.

Determinação das receitas de operação e manutenção

Quando a concessionária presta serviços de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo valor justo e os respectivos custos, conforme estágio de conclusão do contrato.

Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM n. 547, de 13 de agosto de 2008, que aprovou o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) (IAS7) – Demonstração do Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”)

O grupo elaborou demonstrações por valor adicionado (“DVA”) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BRGAAP aplicável as companhias abertas, enquanto para as IFRS representam informação financeira suplementar.

Combinação de negócios

Combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida.

Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição. Para cada combinação de negócio, a Companhia mensurou a participação de não controladores na adquirida pela parte que lhes

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

cabe no valor justo dos ativos identificáveis líquidos das adquiridas. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos.

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente é reconhecida a valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo são reconhecidas na demonstração do resultado ou em outros resultados abrangentes. Se a contraprestação contingente for classificada como patrimônio, não é reavaliada até que seja finalmente liquidada no patrimônio.

Para algumas investidas a Companhia adquire o controle após a fase pré-operacional sem transferência de contraprestação. Este fato se dá em função de alguns direitos de voto de não controladores deixarem de ser relevantes no momento em que a empresa entra em operação.

Fluxo de caixa

O Grupo classifica juros recebidos e dividendos e juros sobre capital próprio recebidos como fluxos de caixa das atividades de investimento.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs**(a) os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*)**

Todos os ativos e passivos detidos pela nossa Companhia estão registrados no balanço patrimonial referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016.

(b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há outros itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras consolidadas da nossa Companhia referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados

- a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor**

Informamos que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia em 31 de dezembro de 2016.

- (b) natureza e o propósito da operação**

Informamos que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia em 31 de dezembro de 2016.

- (c) natureza e o montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação**

Informamos que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia em 31 de dezembro de 2016.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

a. investimentos, incluindo:

(i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Em 31 de dezembro de 2016, possuímos sete projetos em implantação ou em fase de assinatura de contrato, sendo que seguem abaixo:

Transmissoras	Tipo	Extensão	Investimento Total (R\$ milhões)	Entrada em Operação
ELTE	Linha de Transmissão + Subestação	40	262,0	2018
TNE	Linha de Transmissão	715	1.387,0*	2018
ETAP	Linha de Transmissão + Subestação	20	287,9	2019
ETC	Subestação	-	151,0	2019
TPE	Linha de Transmissão + Subestação	541	1.268,7	2022
TCC	Linha de Transmissão + Subestação	288	698,8	2022
ESTE	Linha de Transmissão + Subestação	236	485,8	2022
TCE	Linha de Transmissão	200	US\$ 130,0	2021

*Investimento inicial de R\$ 969,0 em set/11, atualizado pela IPCA até dez/16

Geradoras	Potência a ser Instalada (MW)	Energia Assegurada ¹ (MW)	Investimento Total (Milhões)	Expectativa de Entrada em Operação
Verde 8	28,5	18,7	R\$ 199,0	2018
Antônio Dias	23,0	11,9	R\$ 125,0	2018
La Virgen	84,0	49,3	UDS 145,0	2017

A energia assegurada do sistema elétrico brasileiro é a máxima produção de energia que pode ser mantida quase que continuamente pelas usinas hidrelétricas ao longo dos anos, simulando a ocorrência de cada um dos milhares de possibilidades de sequências de vazões criadas estatisticamente, admitindo certo risco de não atendimento à carga, ou seja, em determinado percentual dos anos simulados, permite-se que haja rationamento dentro de um limite considerado aceitável pelo sistema. Na regulamentação atual, esse risco é de 5%. Desse modo, a determinação da

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

energia assegurada independe da geração real e está associada às condições, a longo prazo, que cada usina pode fornecer ao sistema, assumindo um critério específico de risco do não atendimento do mercado (déficit), considerando principalmente a variabilidade hidrológica à qual a usina está submetida. Nos cálculos das energias asseguradas, são desconsiderados os períodos em que a usina permanece sem produzir energia por motivo de manutenções programadas e paradas de emergência. Considera-se energia assegurada de cada usina hidrelétrica, a fração, a ela alocada, da energia assegurada do sistema. A operação cooperativa do parque gerador brasileiro foi historicamente adotada, visando garantir o uso eficiente de recursos energéticos no país. Com a introdução da competição no segmento de geração de energia e o aumento do número de agentes, optou-se pela manutenção da operação centralizada das centrais geradoras hidrelétricas, visando a otimização do uso dos reservatórios e a operação com mínimo custo ao sistema.

Atualmente o portfólio de projetos em energia renovável, centrais hidrelétricas - fazendas eólicas e usinas solares fotovoltaicas, em desenvolvimento somam cerca de 2,3 GW de capacidade com investimentos da ordem de R\$ 14 bilhões de investimento, dos quais cabe destacar os projetos a seguir elencados, os quais já se encontram em fase adiantada na obtenção das permissões para início de construção:

	Geradoras em Estudo	Potência a ser Instalada (MW)	Energia Assegurada (MW)	Investimento Total (R\$ milhões)
Hídrica	Volta Grande	24,0	13,1	190,0
	Verde 11	50,0	31,7	350,0
	Cruz Velha	30,0	17,1	170,0
	Porto da Bota	30,0	18,3	205,0
	Cutia Alto	30,0	18,6	200,0
	Salto	22,0	12,3	165,0
	COR 174	24,0	14,7	170,0
Eólica	E01a	48,5	24,7	251,0
	Jandaíra	193,2	94,7	1.179,5
	Pedro Avelino	147,0	67,4	912,5
Solar	Fontainha II	25,2	12,2	150,0
	Pitombeira	10,0	3,0	62,0
Total		633,9	327,8	4.005,0

(ii) fontes de financiamento dos investimentos

Para o desenvolvimento do nosso plano de negócios, nossas fontes de recursos são estruturadas com capital próprio e financiamentos de longo prazo (até 20 anos), idealmente na proporção de 70% dívida e 30% capital próprio.

(iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Cumpre ressaltar que não houve e não há planejamento de desinvestimentos.

b. aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

Não aplicável, uma vez que não houve aquisições de terrenos, plantas, equipamentos, ou outros ativos relevantes.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

c. novos produtos e serviços, indicando: i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; ii) montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; iii) projetos em desenvolvimento já divulgados; iv) montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável, considerando que o foco dos nossos negócios é o desenvolvimento de novos projetos Greenfield em energia.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

Anualmente, são selecionados projetos de cultura, esporte, saúde e de responsabilidade social com critérios previamente estabelecidos. Os aportes seguem especificamente a legislação aplicável e tem o acompanhamento sistemático desde a aprovação nos Ministérios competentes até sua efetiva implementação. Tem-se também como direcionador a busca de projetos que sejam autossustentáveis e que busquem a autonomia, o resgate da cidadania efetiva, preservando a cultura e história. Estes projetos abrem um importante canal de comunicação com a comunidade.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, o total investido pelo grupo foi de R\$3.350.000,00 em patrocínios via lei de incentivo à cultura (Lei Rouanet), Lei de Incentivo ao Esporte, Pronas, Pronon, Fundo do Idoso e Fundo da Infância e Adolescência.

Programas sociais e responsabilidade social

Estamos comprometidos com o desenvolvimento de projetos sociais que levam melhorias significativas às vidas dos membros das comunidades onde atuamos, tais como centros voltados à criação artística, incentivo cultural e desenvolvimento social.

Neste sentido, visando minimizar e acompanhar as interferências que nossos empreendimentos podem gerar na vida dos membros das comunidades onde atuamos, desenvolvemos ações educativas e informativas, abrangendo tanto questões de saúde pública quanto questões ambientais.

Anualmente, são selecionados projetos de cultura, esporte, saúde e de responsabilidade social com critérios previamente estabelecidos. Os aportes seguem especificamente a legislação aplicável e tem o acompanhamento sistemático desde a aprovação nos ministérios competentes até sua efetiva implementação. Temos também como direcionador a busca de projetos que sejam autossustentáveis e que contenham os ingredientes que busquem a autonomia, o resgate da cidadania efetiva, preservando a cultura e história de um país tão diverso como o nosso.

Por meio do FIA, foram feitas doações para diversas instituições nos estados do Maranhão, Minas Gerais, Santa Catarina e São Paulo, dentre elas a APAE e AACD.

Além, disso, por meio da aplicação de incentivo fiscal vinculado à Lei Rouanet, foram realizados diversos projetos, dentre eles:

- Concertos Brasileiros – executado pela ACTC - Casa do Coração - Associação de Assistência à Criança e ao Adolescentes Cardíacos e aos Transplantados do Coração.
- Fazer Teatral – executado pelo Instituto Verdescola.
- Semeando Leitura – executado pela Fundação Dorina Nowill para Cegos.
- 32ª Bienal de São Paulo – executado pela Fundação Bienal de São Paulo.
- Manutenção da Orquestra Filarmônica de Minas Gerais (Instituto Cultural Filarmônica) e da Fundação Bachiana Filarmônica.

Adicionalmente, por meio da aplicação de incentivo fiscal vinculado à Lei do Esporte foram realizados alguns projetos, entre eles:

- Confederação Brasileira de Rugby: Patrocínio a seleção profissional de Rugby.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

- Patrocínio a Torneio de Challenger de Tênis em Santos, no estado de São Paulo.

Em saúde, foram realizados investimentos em importantes centros de diagnóstico e pesquisa, sendo alguns deles: Hospital do Câncer de Barretos/SP e Fundação Faculdade de Medicina.

Além destes projetos, nós e nossas controladas fazemos doações mensais ao Grupo de Apoio ao Adolescente e a Criança com Câncer (“GRAAC”) e ao Lar Betânia (abrigos para menores na cidade de Ferraz de Vasconcelos).